

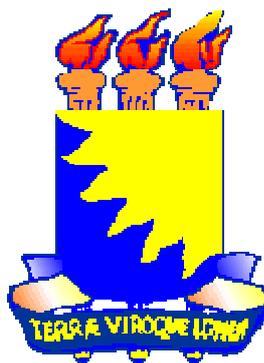
Universidade Estadual da Paraíba  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  
Centro de Pós-Graduação da UEPB  
Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade

**RESQUÍCIOS CANGAÇAIS**  
um resgate memorial dos bandos anônimos

Roniere Leite Soares

Campina Grande – Paraíba – Brasil

2005



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  
Centro de Pós-Graduação  
Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade

Resquícios Cangaçais  
Um resgate memorial dos bandos anônimos

Roniere Leite Soares

Campina Grande – PB  
2005

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade



**Resquícios Cangaçais:  
Um resgate memorial dos bandos anônimos**

RONIERE LEITE SOARES

Dra. Geralda Medeiros Nóbrega  
(orientadora)

Campina Grande–PB  
2005

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL-UEPB

S676r Soares, Roniere Leite  
Resquícius cangaçais: um resgate memorial dos bandos  
anônimos / Roniere Leite Soares.- Campina Grande: UEPB, 2005.

102 f.: il. col.

Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da  
Sociedade) Universidade Estadual da Paraíba

1. História Brasil I. Título.

22 ed. CDD 981

RONIERE LEITE SOARES

Resquícios Cangaçais:  
Um resgate memorial dos bandos anônimos

COMISSÃO EXAMINADORA:

---

Prof<sup>ª</sup> Dra. Geralda Medeiros Nóbrega – Presidente  
(UEPB)

---

Prof<sup>º</sup> Dr. Josemir Camilo de Melo – Membro  
(UEPB)

---

Prof<sup>ª</sup> Dra. Marluce Pereira da Silva – Membro  
(UFRN)

---

Prof<sup>ª</sup> Dra. Maria Dora Ruiz Temoche – Suplente  
(UEPB)

Defesa Pública de Dissertação:  
26/08/2005

Campina Grande – Estado da Paraíba  
2005

**Roniere Leite Soares**

**Resquícios Cangaçais: um resgate memorial dos bandos anônimos**

Dissertação apresentada em cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Sociedade, área de concentração Educação, Linguagem e Cultura, linha de pesquisa Memória e Discurso, elaborada após integralização curricular do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa *Stricto Sensu*, do Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade, promovido pela Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação da Professora Dra. Geralda Medeiros Nóbrega.

Campina Grande – Paraíba

2005

[ ... ]

Já sei que nosso sertão  
Não tem possibilidade  
De acabar cangaceirismo  
Possuir tranqüilidade,  
De viver na paz serena,  
Desfrutando a liberdade.

É sempre e sempre o que vemos:

Barulho, afronta e questão.  
E grupos de cangaceiros  
Por quase todo o sertão,  
Compostos de criminosos,  
De assassino e de ladrão.

Paraíba é agitada  
Quase sempre tem questão.  
A questão de Santa Cruz  
Foi a maior do sertão.  
Depois desta a dos Saldanhas  
E a de Chico Nitão.

Estas mesmo se acabaram  
Já não se fala em tal cousa.  
Quem morreu sei que morreu,  
Repousa na fria lousa.  
Surge agora uma questão  
No município de Sousa.

[ ... ]

**Dedicação:**

Ao Pai Supremo de todas as coisas e ao seu filho Jesus Cristo;

Aos meus pais biológicos Ronaldo Vitorino Soares e Josefa Leite Soares;

A minha esposa Rossana Soares e ao meu filho Rivonaldo Lacerda Soares;

Aos meus irmãos Renato e Raiff Soares e a minha “irmã” Rita;

Ao meu mano e eterna criança Ramalho Leite Soares (*in memoriam*);

Aos meus avós paternos: o chofer Severnino Soares (Biba) e a dona-de-casa Luzia Vitorino;

Aos meus avós maternos: o vaqueiro Antônio Bernardino e a rendeira Laura Leite;

Aos meus tios Ivanaldo Ouriques de Vasconcelos e M<sup>a</sup> do Carmo Ouriques de Vasconcelos;

Aos meus primos Fabrício e Fabíola Soares;

Aos meus sogros Otôn Gomes de Lacerda e Cecília Gouveia;

Aos meus afilhados André, Ingrid, Moisés, Renan e Denílson;

Ao parceiro Inácio Severino Silvano (Inácio de Gurjão), artífice da música popular.

**Agradecimentos:**

A Jesus de Nazaré, pelas luzes que me acendeu durante todo o biênio 2003-2004;

Ao historiador George Gomes de Farias Soares, pela influência involuntária que me fez percorrer os largos caminhos de sua disciplina-mor;

A todos os funcionários do Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade, especialmente a Maria José, Roberto, César, Ciça, Selene, Ricardo e ao copista Erivaldo;

À ex-coordenadora do MICS, a Prof<sup>a</sup> Dra. Maria de Lourdes Barreto de Oliveira, pela notória delicadeza com a qual trata todos os mestrandos deste programa;

À Coordenadora do MICS, a Prof<sup>a</sup> Dra. Sudha Swarnakar, pela compreensão necessária nos momentos que mais precisamos;

À minha orientadora Dra. Geralda Medeiros Nóbrega pela constante disponibilidade, paciência e compreensão, as quais foram características marcantes da nossa convivência;

A toda banca examinadora que, reconheceu neste trabalho, uma contribuição a mais para entendermos o fenômeno do banditismo rural no Brasil;

Ao meu vizinho Martinho dos Santos e sua esposa Criselides, os quais me passaram orientações importantes quando na pesquisa em brejo paraibano;

A João Luís e sua esposa Ruth, co-orientadores na pesquisa de campo feita na cidade brejeira de Areal-PB;

À Escola Técnica Redentorista, parceira involuntária frente a um mestrado sem bolsa;

À Prefeitura Constitucional do Município de Boa Vista – PB, pelo apoio indireto;

Ao fotógrafo Gonzaga, por me acompanhar em pesquisa na cidade de Gurjão-PB;

À minha cidade Boa Vista-PB, por me fazer perceber o anonimato dos bandos;

A todos aqueles aos quais também dediquei este trabalho.

## RESUMO

O resgate histórico dos bandos anônimos cangaçais foi a maneira pela qual tentamos ostentar ao público leitor em geral, a existência de uma demasiada maioria omitida intencionalmente em oposição à canonização individualizada de Lampião como processo semi-acabado de formação discursiva. Tivemos o objetivo geral de retomar os bandos anônimos, realizando especificamente o traçado de pequenas biografias destes bandos, elencados através dos respectivos cangaceiros-chefes, assim como a análise dos discursos dos entrevistados. A partir de uma perspectiva interdisciplinar, buscamos orientar o texto sem nos prendermos a um ou a outro teórico que pudesse nos restringir a uma possível visão unilateral, por isso optamos por lançar mão de elementos semióticos, lingüísticos, históricos, discursivos e sociais. Abarcando diversas visões teóricas em face de um tema que, por si só nos faz desconfiar que a interdisciplinaridade está mais próxima do objeto investigado do que do sujeito investigador, pesquisamos informações em fontes plurais de referências tais como cordéis, jornais, livros, quadrinhos, obras literárias, livros biográficos, revistas, ambientes rurais, produções cinematográficas, além da inquietante história oral dos populares entrevistados. Buscamos fundamentar nosso trabalho a partir de Le Goff, Walter Benjamin, Eric Hobsbawm, Sharpe (*in* Peter Burke) e Eni Orlandi. Fizemos uma contextualização do Nordeste tendo como referência a representação dos principais membros da igreja católica, assim como o coronelismo e o latifúndio, contrapondo estas instituições em face da contra-instituição do cangaço, abordado no final do segundo capítulo, em razão de sua crise conceitual. A proposta de elencarmos os bandos considerados anônimos possibilitou estabelecer pequenas biografias, haja vista que tínhamos como princípio norteador do trabalho uma abordagem que estava centrada nos limites da interpretação, englobando a descrição dos fatos e a análise do discurso dos depoentes. Constatamos ao final do trabalho, que as hipóteses formuladas inicialmente foram confirmadas com: a descoberta de bandos posteriores ao grupo de Corisco, considerado pelo discurso oficial como sendo o último bando cangaçal; a ratificação de que o anonimato dos bandos se deve geralmente a carência de registros fotográficos; e o registro de bandos que percorreram áreas do brejo e do agreste, além do cariri e do sertão, já mencionadas oficialmente.

**Palavras-chave:** banditismo, cultura, cangaço, história, memória, Nordeste.

## ABSTRACT

The historical rescue of the anonymous *cangaçais* groups/bands was the way in which we tried to exhibit the public readers in general, the existence of an exaggerated majority omitted intentionally in opposition to the individualized canonization of Lampião as half-finished process of formation discourse. We've had as general objective to retake the anonymous groups history, carrying through, specifically the tracing small biographies of these groups, grouped through respective *cangaceiros* leaders, as well as the analysis of the speeches of the interviewed ones. From an interdisciplinary perspective, we intend to guide the text without in arresting to one or another theoretician that could restrict our research to a possible unilateral vision, therefore we chose to work with semiotics, linguistic, historical, discourses and social elements. Accumulating a range of theoretical visions in face of a subject that, by itself makes us distrust that the interdisciplinarity is nearer to the investigated object than to the investigated citizen, we've searched for information in plural sources of references such as twines, periodicals, books, cartoons, literary compositions, biographical books, agricultural magazines, countryside environments, cinematographic productions, and also verbal history of the popular interviewed people. We've decided to base our work according to Le Goff, Walter Benjamin, Eric Hobsbawm, Sharpe (in Peter Burke) and Eni Orlandi. We've made a northeast contextualization having as reference the representation of the main members of the catholic church, as well as the coronelism and the large state, opposing these institutions in face of the against-institution of *cangaço*, in the end of the second chapter, in reason of its conceptual crisis. The proposal to elicit/group the considered anonymous groups it made possible to establish small biographies, as we've had as the main principle of the work a boarding that was centered in the limits of the interpretation, covering the description of the facts and the analysis of the speech of the deponents. We've had as evidence at the end of the work, that the hypotheses formulated initially had been confirmed with: the discovery of other groups to the group of *Corisco*, considered, according to the official speech, as the last *cangaçal* group; the ratification that the anonymity of the groups/bands is generally due to the lack of photographic registers; and the register of bands that had covered areas of the wasteland, despite *cariri* and the hinterland, already mentioned officially.

**Key-words:** banditry, culture, cangaço, history, memory, Northeast.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
Capítulo 1 – PERCURSOS TEÓRICOS	
1.1 – A memória e suas variedades .....	16
1.2 – A revelação da fotografia sem negativo .....	19
1.3 – A história do baixo ao cima .....	21
1.4 – O bandido social segundo Hobsbawm .....	23
1.5 – O cangaço como cultura de resistência .....	25
Capítulo 2 – UM NORDESTE MULTIFACETADO	
2.1 – Ibiapina, sem e com batina .....	28
2.2 – Antônio Conselheiro .....	31
2.3 – Padre Cícero do Juazeiro .....	34
2.4 – Coronelismo e latifúndio: uma visão panorâmica .....	36
2.5 – Cangaço: uma reflexão conceitual.....	40
2.6 – Ofuscando o <i>Lampião</i> e reluzindo os <i>Candeeiros</i> .....	46
Capítulo 3 – O DISCURSO E SEUS CURSOS	
3.1 – Fonte local como princípio de história oral .....	67
3.2 – Transcrição parcial do depoimento imparcial.....	71
3.2.1 – NÊGO LUÍS.....	73
3.2.2 – JOÃO DE BANDA.....	75
3.2.3 – PILÃO.....	78
3.2.4 – ZÉ TIMBAÚBA .....	79
3.2.5 – PIRANGI .....	82
3.2.6 – BITÓ .....	84
3.2.7 – BOCA RASGADA .....	86
3.3 – O depoimento sob análise do discurso.....	86
3.3.1 – Conceitos fundamentais.....	86
3.3.2 – O objeto discursivo em transe.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	97
REFERÊNCIAS .....	99

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa procurou realizar uma coleta de cangaceiros desconhecidos que compuseram ou chefiaram vários bandos no interior da Paraíba, denominados aqui de anônimos<sup>1</sup>. Desde o século XVIII, os governos presenciaram uma região brasileira que se tornou palco aberto à proliferação de vários grupos armados, os quais foram maiorias frente aos grupos minoritários registrados após passada a fase do cangaço adjetivado de *professional*. Em virtude da focalização de poucos desses, por parte dos escritores, jornalistas e historiadores, principalmente, a grande parte deles caiu no anonimato ou no total desconhecimento. É com base nos resquícios documentais<sup>2</sup> que podemos ainda trazer à tona a descrição das quadrilhas<sup>3</sup> que foram colocadas à margem nos processos de documentação da história do banditismo rural nordestino. Afunilamos também, sempre que possível, uma preocupação específica com as narrações de fatos importantes envolvendo esses bandos desconhecidos, as quais ainda não tinham sido enfatizadas também, senão muito pouco, pela comunidade científica no decurso da historiografia cangaçal<sup>4</sup>.

A partir das diversas leituras que podemos fazer das inúmeras fontes verbais e não-verbais que tratam o cangaceirismo como objeto de estudo científico, tema artístico ou outros enfoques quaisquer, constata-se uma permanente focalização de Lampião como a figura central do cangaço e, portanto, o “mais importante” chefe, de tal forma que os diversos outros bandos que se formaram no Nordeste brasileiro foram involuntariamente desdenhados na abordagem histórica pela maioria dos estudiosos. Correlacionando essa realidade com o registro oral disseminado popularmente em algumas zonas rurais do território paraibano (e, por indução, temos a certeza de que em outros estados também se dissemina) assim como em cordéis e impressos jornalísticos, percebe-se a passagem dos outros bandos formados nestas terras, tais como, entre outros, os de Vicente Preto (Sumé-PB), Horácio de Matos (Estado da Bahia), José Moleque (Campina Grande-PB, 1930), Massilon Leite (Rio Grande do Norte), Cabeleira (Pernambuco), Bitó do Camará (Paraíba), Floro Novais (Alagoas, 1958-1961), os Germanos (Alagoas), os Porcinos (Pernambuco) e os Viriatos (Ceará).

Dessa maneira, o resgate histórico de alguns cangaceiros-chefe desconhecidos constitui-se uma lacuna despercebida por muitos daqueles que abordaram anteriormente o assunto em pauta. O resultado dessa repetição é a exaustão de paráfrases em livros cheios de informações redundantes quando não contraditórias. Basta percebermos o mono-discurso

<sup>1</sup> São aqueles bandos que geralmente não são conhecidos até mesmo por quem estuda o cangaço.

<sup>2</sup> Compreendem as informações presentes na oralidade popular, impressos, cordéis, livros, jornais antigos etc.

<sup>3</sup> Por vezes, quando mencionados, são reduzidos a citações efêmeras sem nenhum aprofundamento.

<sup>4</sup> Relativo ao cangaço.

apologético nos títulos publicados, como também os variados nomes, datas e locais de nascimento que atribuem a determinados cangaçeiros-modelo ininterruptamente abordados. Isso ocorre algumas vezes devido à transcrição parafraseada de livros para livros, sem um nível de criticidade ou sem alguma preocupação com revisão bibliográfica.

É esse o contexto, grosso modo, no qual se configura a divulgação de um cangaço “explícito” que se julga *oficial*<sup>5</sup>, impresso e expresso, ou seja, reconhecido por primeiros e posteriormente conhecido por terceiros. Em contrapartida, há um cangaço *oficinal*<sup>6</sup>, tão real quanto desconhecido, este que, aliás, em seu tempo era maioria, porém é minoria após a primeira metade do século vinte, porque não foi dada a devida atenção no que se refere à documentação escrita, tampouco imagética. Esse termo vem de *oficina* – lugar onde se executa um determinado ofício, profissão, atividade. Afinal, o que era o cangaço senão um ofício praticado ora por opção, ora por falta de opção? Por sinal, para maioria de determinados jovens sertanejos, no final do séc. XIX e início de séc. XX, era motivo de orgulho e às vezes visto como única alternativa de ascensão social, inclusive como forma de heroísmo (onde o humilde e oprimido rebela-se contra o mais rico e opressor), a adoção do cangaço como meio de vida praticado em tal “oficina”, vale dizer a caatinga, o mato, a brenha. Ao citar o alistamento no bando do paraibano Minervino, Oliveira (1988, p. 62) demonstra o extenso exército de reserva do qual se serviu o cangaço para compor conjuntos de homens predestinados, pois diante de tão difícil teste de incorporação, ainda se havia muitos adeptos que demonstravam interesse em ser mais um membro do bando.

É ainda nesse ambiente chamado oficina – a caatinga – que a catinga de pólvora ainda anda a solta através dos discursos avulsos, sendo estes, fontes inestimáveis de resgate memorial dos bandos que foram por muito tempo condenados ao anonimato.

Assim como o *cangaço oficial* foi também praticado neste ambiente, pouco se extraiu dele, pois o conteúdo foi escolhido e depois selecionado propositalmente. Contudo, perguntamo-nos, inconscientemente, quais interesses ou objetivos desta ênfase em detrimento de uma ocultação? Um pensamento primário nos leva a crer apenas numa simplificação de registro, ou omissão por descuido condicionado. Mesmo assim ficou muito conteúdo inexplorado no *cangaço oficinal*, pois é nele onde os resquícios se montam como peças de um quebra-cabeça espalhadas na lembrança de pessoas que não tiveram vez e voz. Porém há

---

<sup>5</sup> O cangaço oficial é aquele registrado parcialmente pela língua escrita, cujo enfoque estagnado, mitifica alguns bandos minoritários como sendo os modelos estereotipados, representantes máximos de uma suposta maioria.

<sup>6</sup> Entende-se por oficinal o cangaço ainda “vivo” no discurso de quem mora nos ambientes nos quais o mesmo se deu (as ditas oficinas) e se mostra até hoje presente na língua falada dos mais velhos e seus descendentes.

necessidade de se pesquisar também em fontes impressas, a fim de que se possa fazer uma comparação em face de uma posterior comprovação.

O estudo a ser realizado traz a possibilidade de se perceber o fenômeno social através de uma busca mais próxima das fontes mais consistentes do objeto do estudo: os ambientes outrora cangaçais, jornais da época e a entrevista oral com anciãos (lúcidos) que foram contemporâneos ao período terminal do cangaço – fim da primeira metade do século XX (assim considerado oficiosamente).

A relevância do estudo em pauta está exatamente na construção de uma realidade que retoma historicamente essas figuras citadas tão significativas quanto as mitificadas pelas mídias escritas e cinematográficas, ou seja, de forma indireta, constitui-se como um processo gestativo de desmitificação do(s) cânones (s) formado(s) até então.

Em decorrência desse trabalho, podemos abrir leques para produção, por terceiros, de futuros trabalhos de veio artístico abrangendo os mais diversos meios de expressão tais como literatura de cordel, novelas e roteiros para curtas-metragens e filmes, os quais tomarão como base uma abordagem fundamentada numa pesquisa de cunhos oral e escrito, simultaneamente, comprometida com a veracidade dos fatos e com a versão dos anônimos do cangaço, representados enfaticamente por alguns daqueles que pisaram o solo paraibano em suas fases de falange.

A dissertação em foco ainda se justifica devido à possibilidade de se abordar o novo – o(s) “outro(s)” - que, inserido(s) no próprio mundo da marginalização, aprofunda(m)-se mais ainda na cratera do esquecimento. Mas, como se poderia vislumbrar tal brecha em meio aos estereótipos solidamente formados pelas inúmeras publicações de tantas décadas? Somente pela não-leitura destas. Só por alguém que tem suas raízes criadas por uma vivência de quase três décadas no interior, no semi-árido, aprendendo na oficina das esquinas da vida, por reflexão dos textos ouvidos ao léu, a importância dos diálogos proferidos pelos idosos.

Desde quando eu era adolescente, costumava sentar na praça pública e conversar com os “velhos” do Distrito onde me criei. Dialogar aos quinze anos de idade com senhores de setenta anos em diante como se fossemos de gerações próximas foi uma experiência inusitada da qual pude muito mais absorver do que doar.

Essa peculiar prática cotidiana trazida comigo foi amadurecendo aos poucos até perceber que toda aquela carga de história oral absorvida até os vinte e sete anos de idade, ou seja, até o ano 2000, fazia-me ver o ambiente no qual estou inserido de uma forma diferente daqueles que tinham mais ou menos minha faixa etária. Os assuntos envolvidos geralmente pertenciam a uma temática rural: trabalho no eito, caprinos, fazendolas, vaqueiros,

cangaceiros, música nordestina, tropeiros, batizados, novenas, trezenas, procissões, caça na caatinga, seca e uma variedade considerável de temas em torno dos quais se geravam tímidos debates nas pequenas ruas da pacata Boa Vista – a qual só teve sua primeira administração da prefeitura municipal instalada a partir de 1º de janeiro de 1997. Sem dúvida, entre todos os assuntos o cangaço era o que mais me chamava a atenção além de ser o preferido por todos. Os depoimentos que ouvi e que até hoje ainda podemos ouvir são páginas de um livro que não fora escrito. E foi os vendo como uma das matérias-prima palpáveis da pesquisa, que pudemos produzir de forma elaborada, um conhecimento concreto a partir da prática vivenciada.

O presente trabalho se divide em três capítulos: “Percurso teórico”, “Um Nordeste multifacetado” e “O discurso e seus cursos”. No primeiro deles, como o próprio nome sugere, descrevemos a fundamentação em torno da qual a pesquisa foi realizada: conceituando a memória a partir de Le Goff (1992); utilizando Walter Benjamin (1985) para percebermos como a lembrança ocorre na transcrição verbalizada do passado para o presente (tendo como base a obra *“A Recordação do Tempo Perdido”*, do romancista Marcel Proust); lançando mão de Sharpe (*in* BURKE, 1992) para entendermos com a história pode ser construída pelas vozes de pessoas mais simples; aplicando conceitos de Hobsbawm (1970) sobre o bandido social, e finalmente, à luz dos teóricos que fundamentaram os Estudos Culturais, podemos reconhecer o cangaço como cultura de resistência frente às inúmeras culturas de massa que se desenvolvem na pós-modernidade, guiadas pelo poder do consumo e do dinheiro.

No segundo capítulo, o título sugere as duas faces da moeda nordestina: a “instituição” e a “contra-instituição”. De um lado, a religião constituída pelas três representações icônicas do Nordeste que são Padre Ibiapina, Antônio Conselheiro e Padre Cícero, seguidos de aspectos relacionados ao coronelismo e ao latifúndio. De outro lado, o cangaço com todas as facetas que põem em crise o próprio conceito tradicional no subcapítulo 2.5 e, por último, no subcapítulo 2.6, pequenas biografias traçadas com base na pesquisa bibliográfica. Nesse momento, foram considerados anônimos os doze cangaceiros: Cabeleira, José de Barros, Guabiraba, Jesuíno Brilhante, Adolfo Meia Noite, Rio Preto, Minervino, João de Banda, Chico Pereira, Bitó, José de Totô e José Moleque.

Enquanto a metodologia é diluída no decorrer do desenvolvimento dissertativo, no capítulo final, a fonte local vem sendo abordada, em primeira instância, como princípio de história oral em nossa pesquisa. Tendo como referencial Ferreira & Amado (1996) e Garrido (1992/1993), são ressaltados aspectos próprios desse tipo de pesquisa, realizada particularmente em campo. Depois é feita uma transcrição normativa que ressalta aspectos

lingüísticos próprios dos entrevistados. Nesses falares, foram citados os epítetos de Nêgo Luís, João de Banda, Pilão, Zé Timbaúba, Pirangi, Bitó e Boca Rasgada. Em seguida, arrematemos o capítulo três com conceitos fundamentais da análise do discurso, os quais foram aplicados no final, quando trabalhamos os depoimentos nos limites de suas interpretações.

## CAPÍTULO 1 – PERCURSOS TEÓRICOS

### 1.1 – A memória e suas variedades

Tentando compreender a memória a partir de dois contextos distintos nos quais a mesma se configurou, buscamos Le Goff (1992) como ponto de partida para uma investigação conceitual que contemplou as culturas letrada e iletrada. Essa distinção contextual se fez preciso devido ao fato de que as sociedades sem escrita cultivaram uma memória coletiva enquanto que a sociedade da escrita desenvolveu uma memória arquivista.

O desenvolvimento da oralidade pré-histórica à escrita na antiguidade se deu como uma profunda revolução da memória coletiva baseada em três grandes interesses: a idade do grupo que difundiu em seu meio coletivo os mitos de origem, principalmente; o prestígio das famílias dominantes, baseado na expressão genealógica; e o saber técnico que se fundamentou em práticas associadas à magia. (LE GOFF, 1992, p. 431)

Inicialmente, a memória ligada à escrita se configurou por tentativas de registro em osso, estofa e pele, como na Rússia antiga, ou folhas de palmeira (na Índia), além de carapaças de tartaruga usadas na China, até chegarmos ao papiro, pergaminho e papel. (Op. cit., p. 432)

A invenção da escrita no Egito, antes do início do III milênio, permitiu que os anais reais fossem redigidos até o fim da realeza indígena na época romana. Na China, antes do século IX da nossa era, os antigos anais reais eram escritos em bambus. (Op. cit., p. 434)

De acordo com Leroi-Gourhan (*apud* LE GOFF, 1992, p. 433), a evolução da memória ligada ao aparecimento da escrita, dependeu *essencialmente da evolução social e especialmente do desenvolvimento urbano*. As grandes civilizações como a Mesopotâmia, Egito, China e América pré-colombiana utilizaram primeiramente a memória escrita nas distâncias e no calendário. Os reis criaram instituições-memória como bibliotecas, museus e centros arquivísticos nos quais se depositaram tabuletas, algumas das quais descobertas em escavações muito depois de serem soterradas. As estelas gregas e os sarcófagos romanos são depósitos de uma memória funerária onde a história dos reinados se fez testemunho material.

Nesse contexto temporal, há uma associação recíproca entre história e memória, ao passo que o esforço de memorização pautado no mito não manifesta um interesse pelo passado ou exploração do tempo humano. Assim, há um distanciamento da memória com a história na medida em que ela serve de base para argumentar as crenças pitagóricas nos seus adeptos de filosofia, permear a narração poética de Homero e encarnar na mitologia grega a Deusa *Mnemosine*. (Op. cit., p. 438)

Quando chegamos ao medievo ocidental, em meio ao domínio do cristianismo como religião e ideologia dominantes, a memória sofreu relevantes transformações que a bipartiu em memória litúrgica e memória dos mortos. (LE GOFF, 1992, p. 442-443)

No antigo testamento é o *Deuterônimo* que, em especial, apela para o dever da recordação e da memória. A associação entre morte e memória adquiriu uma enorme difusão que se desenvolveu no culto pagão aos antepassados e mortos.

Desenvolveu-se muito cedo na Igreja o costume das orações pelos mortos. Muito cedo também, como aliás também nas comunidades judaicas, as igrejas e as comunidades cristãs passaram a ter *libri memoriales* (chamados a partir do século XVII unicamente *necrólogos* ou *obituários* [cf. Huyghebaert, 1972]), nos quais estavam inscritas as pessoas, vivas e sobretudo mortas, sendo a maioria benfeitores da comunidade, de quem ela queria guardar memória e por quem rezava. (apud LE GOFF, 1992, p. 447)

Os nomes dos mortos memoráveis foram introduzidos no *Memento* do cânon da missa. A veneração aos velhos e aos santos também foi uma prática que se disseminou na Idade Média. Os *ex-votos* consistiam em materialização compensativa em reconhecimento a um milagre alcançado.

A memória escolar teve também uma função semelhante. Os textos sagrados deveriam ser decorados pelo jovem cristão no ensino religioso, assim como era para com o estudante mulçumano ou judeu. Ou seja, sabia-se de verdade quando se sabia de cor.

Com o advento da imprensa na China, a revolução que incide lentamente na memória ocidental passa a exercer um papel de transformação no que concerne à massa a ser atingida. Deu-se a “exteriorização progressiva da memória individual” por meio do impresso. (Op. cit., p. 457) O leitor é colocado em frente a uma gama de memória coletiva que o incita a ler e explorar novos textos<sup>7</sup>. A memória é compartilhada inconscientemente, auto-suficiente, mesmo sem ter sequer uma terminologia própria para conceituá-la.

No entanto, é possível observar um desenvolvimento diacrônico sob o ponto de vista etimológico. A palavra *mémoire*, surgida no século XI desde os primeiros monumentos da língua escrita, antecede o termo *mémorial* usado para designar contas públicas e dossiês administrativos por volta do séc. XIII e *mémorable* no séc. XV. Em 1726 é criado o vocábulo *memorialiste* e em 1777, *memorandum*, derivado do latim através do inglês. No século XIX a ciência médica começa a introduzir a utilização de várias expressões a citar: *mnémonique*

---

<sup>7</sup> No que se refere a publicização de documentos, os Arquivos Nacionais foram criados na França pela Revolução através do decreto de 07 de setembro de 1790. O decreto de 25/06/1794 ordenou a publicidade dos arquivos disponibilizando para todos os interessados a memória nacional francesa.

(1800), *amnésie* (1803), *mnémotechnie* (1823), *mnémotechnique* (1836) e *mémorisation* (1847). Em 1907, surge o *mémosier*. (LE GOFF, 1992, p. 461)

Em meio a essa família léxica da qual o ocidente se apropria, estabeleceram-se novas formas de uso da memória no cotidiano das nações. O calendário propiciou a datação das comemorações diante dos feitos heróicos de um povo ou de realizações políticas que marcaram a história de um país. A apropriação de instrumentos de suporte como medalhas, selos, moedas, estatuetas, bustos, auto-retratos, comendas, placas de parede e similares, experimenta grande florescimento nas nações européias. (Op. cit., p. 464)

Conforme Leroi-Gourhan (*apud* LE GOFF, 1992, p. 467), a história da constituição da memória coletiva se divide nos seguintes processos: transmissão oral, transmissão escrita com tábuas ou índices, fichas simples, mecanografia e seriação eletrônica.

Quando chegamos no século XX, a memória tomou um rumo diferente que não só se resume à direção em si, enquanto vetor determinante, mas ao sentido de tempo pautado na rapidez de manipulação, permitida pelo grande avanço de equipamentos eletroeletrônicos a partir da década de 1950, principalmente. (Op. cit., p. 467) Surge assim a era da memória eletrônica na qual incidiram como atributos adicionais a faculdade de cálculo, armazenamento indeterminado quanto preciso, rapidez, pesquisa e atualização. Além disso, com a democratização da rede mundial de computadores – a internet, o leitor (já dotado de recurso multimídia) ganha uma gama de memória coletiva cada vez mais abundante e que pode ser acessada a longa distância sem qualquer identificação prévia, em qualquer ambiente de qualquer parte do mundo onde se tenha um microcomputador conectado por meio de uma linha telefônica convencional. A memória sai então do impresso e ganha uma nova realidade – a virtual. Como pano de fundo desse grande poder de junção de dados está uma tecnologia de informação chamada base de dados, a qual pode, gerenciada por profissionais específicos na área de sistemas, possibilitar o acesso de várias formas a um grande número de pessoas interessadas. Por causa disso,

[...] A história viveu uma verdadeira revolução documental – aliás, o computador também aqui não é mais que um elemento e a memória arquivista foi revolucionada pelo aparecimento de um novo tipo de memória: o banco de dados (cf. o artigo “Documento/monumento” neste volume de Enciclopédia). (LE GOFF, 1992, p. 467)

Esse poder que a tecnologia binária deu ao acervo mnemônico fez com que a importância da memória nos dias de hoje fosse mais reconhecida, pois é a própria memória que alimenta constantemente a História, procurando “salvar” o passado para servir ao presente

e ao futuro. Foi também por intermédio da memória coletiva que surgiu a história dita “nova”, no esforço de interpretar a multiplicidade a partir de uma contemporaneidade mais lúcida em relação a sua realidade. (LE GOFF, 1992, p. 473)

A memória, sendo um dos elementos primordiais do que hoje denominamos identidade e tradição, tem sido uma das buscas mais incessantes nas sociedades que vivem numa permanente angústia. Além disso, a memória coletiva desencadeou uma conotação de poder que ultrapassa o estágio de conquista, talvez porque o seu domínio simboliza um objeto de poder. (Op. cit., p. 476)

## 1.2 – A revelação da fotografia sem negativo

Conforme nos relata o escritor alemão Walter Benjamin (1985) sobre os treze volumes de *A la recherche du temps perdu*, de lavra do romancista Marcel Proust, esta obra é dotada de qualidades autobiográficas onde a acervo memorialístico é constante. Nessa direção, a própria imagem de Proust – esse jogo interminável entre poesia e vida – evoca nas entrelinhas duma abordagem literária cômica, uma vida não como a mesma se realizou de fato, mas a partir das lembranças de quem a viveu, alçando no texto construído, um retorno de memória catapultado em forma de palavras entrecruzadas, frases paralelas e parágrafos dos quais se extrai uma história monologada na intra-oralidade<sup>8</sup>. Tecida à base de impulsos onde o pensamento busca por intermédio do árduo trabalho de quem rememora, a superação do esquecimento, a obra constitui enquanto materialidade impressa, uma trama de fios cuja combinação tem por fim a montagem de um desenho têxtil como também a colocação exata das peças nos seus devidos lugares. O quebra-cabeça ilimitado da vida toma, em sua totalidade imprecisa, uma nova aparência ao final da arte construtiva e, o tapete virtual da recordação adquire um outro aspecto de completude vital. Assim sendo, um

[...] acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois. Num outro sentido, é a reminiscência que prescreve, com rigor, o modo de textura. Ou seja, a unidade do texto está apenas no *actus purus* da própria recordação, e não na pessoa do autor, e muito menos na ação. Podemos mesmo dizer que as intermitências da ação são o mero reverso do *continuum* da recordação, o padrão invertido da tapeçaria. (BENJAMIN, 1985, p. 37-38)

Nesse estado de comparação onde o eu vivido se entrelaça eternamente com o eu atual introspectivo, ou vice-versa, a *mimesis* se estabelece nessa reciprocidade como um critério de

---

<sup>8</sup> Constitui o conteúdo não-expresso pela língua falada, mas sim pensada e depois escrita.

análise temporal fundamentado na experiência adquirida pelos anos constituintes do pretérito latente. O tempo se torna eterno quando comparado com a inexatidão do processo de composição biográfica.

A textura fina do texto silencioso transformado em texto escrito é correspondente ao acabamento superficial de um espelho fosco no qual é refletida a imagem de um homem que busca por atitude de semelhança, imitar a si próprio e como revelar ao mundo pessoal a proeza empírica de suas vivências eternizadas no livro. Já o mimetismo que lhe acompanha o raciocínio expande a idéia de eternidade em sua literatura referente ao tempo enquanto entidade entrecruzada e não pela expressão do infinito em si. (BENJAMIN, 1985, p. 43)

Seu verdadeiro interesse é consagrado ao fluxo do tempo sob a forma mais real, e por isso mesmo mais entrecruzada, que se manifesta com clareza na reminiscência (internamente) e no envelhecimento (externamente). Compreender a interação do envelhecimento e da reminiscência significa penetrar no coração do mundo proustiano, o universo dos entrecruzamentos. É o mundo em estado de semelhança, e nela reinam as correspondências, captadas inicialmente pelos românticos, e do modo mais íntimo por Baudelaire, mas que Proust foi o único a incorporar em sua existência vivida. É a obra [...] da força rejuvenescedora capaz de enfrentar o implacável envelhecimento. (loc. cit., p. 45)

No contexto semiótico, todas as iniciativas que nos conduzem a uma configuração imagética do passado adocumentado visualmente é, sem sombra de dúvida, a transubstanciação de momentos tridimensionais (e quadrimensionais) que vivemos em impressão insolúvel para as duas dimensões do papel sensível à luz do pensamento. A única resposta é a linguagem que, inseparável da humana faculdade de expressão nata, constrói, à mercê de similitudes, uma situação longínqua vivida que jamais ocorrerá igual a ela mesma numa instância vindoura.

Sem dúvida, a maioria das recordações que buscamos aparecem à nossa frente sob a forma de imagens visuais. Mesmo as formações espontâneas da *mémoire involontaire* são imagens visuais ainda em grande parte isoladas, apesar do caráter enigmático da sua presença. Mas por isso mesmo, se quisermos captar com pleno conhecimento de causa a vibração mais íntima dessa literatura, temos que mergulhar numa camada especial, a mais profunda, dessa memória involuntária, na qual os momentos de reminiscência, não mais isoladamente, com imagens, mais informes, não visuais, indefinidos e densos, anunciam-nos um todo, como o peso da rede anuncia sua presa ao pescador. (BENJAMIN, 1985, p. 48-49)

Na busca insaciável pela substituta mais próxima da imagem fotográfica, o homem recorre a ela mesma no pensamento, construindo na forma mais aproximada que a língua lhe permite, descrever minuciosamente sua reminiscência posta em vibrações imagéticas estáticas. E nesse emaranhado de signos lingüísticos que se combinam entre si, a realidade anteposta à compreensão enunciativa materializada no texto posposto (e também proposto) pelo historiador, é, em suma, uma fotografia textualizada ou quem sabe, um texto fotografalizado no papel monocromático das laudas impressas em preto-e-branco.

### **1.3 – A história do baixo ao cima**

Ao organizar a coletânea de A Escrita da Nova História, Peter Burke (1992) traz no segundo artigo uma resposta sistemática de Jim Sharpe à tradição acadêmica que desdenhou durante muitos séculos a importância d'*a história vista de baixo* – título do texto *sharpeano*. Citando uma carta de um soldado britânico (William Wheeler) que enfrentou gloriosamente o destacamento tirano do exército francês de Napoleão Bonaparte em 18 de junho de 1815, remetida à sua esposa, remontou à posteridade a significação da batalha que havia modificado todo o destino do continente europeu. O que nos surpreende é que a correspondência não foi escrita pelo comandante da 51<sup>a</sup> Infantaria Britânica, embora os livros didáticos que sofreram a influência direta do discurso oficial do governo, anunciam o ganhador da batalha como sendo o Duque de Wellington, naquela aldeia belga de Waterloo. Essa nova perspectiva, que se revela em seguida como ponto de vista no qual à classe menor é dado o direito de expressar suas experiências, foi timidamente desenhada no século dezenove quando, de acordo com Sharpe (*in* BURKE, 1992), o interesse pela história social e econômica foi mais amplo. Todavia, Hobsbawm (*apud* SHARPE, 1992, p.45) declarou recentemente com sua fundamentação para tal linha de pensamento que, a “*história das pessoas comuns*” se tornou realmente aparente mais ou menos em torno de 1789. Mesmo assim, prevaleceu durante muito tempo a prioridade dada à *história vista de cima*, com a qual se munia a elite em suas opiniões e revelações, até quando, em 1936, Bertold Brecht (*apud* SHARPE, 1992) denota em seu poema *Perguntas de um Operário que Lê*, a necessidade de uma alternativa inversa na direção do contar histórico e sua origem. Porém, somente Edward Thompson (*apud* SHARPE, 1992) concretizou em 1966 essa vertente de estudo em ação quando veio à lume o artigo *The History from Below*, em *The Time Literary Supplement*. Em 1989, com a edição acerca da historiografia das Guerras Civis Inglesas, onde na mesma Thompson demarcou, através da priorização das camadas inferiores, o agente locutor, estabeleceu-se uma linha contínua que influenciou nos seguidos vinte anos, diversos estudiosos despertados inicialmente pelo remoto

manuscrito de Wheeler. Este militar talvez jamais pensou em ser historiador, embora involuntariamente fez história como poucos. O seu grande diferencial foi ter vivido intensamente o evento, coisa que nenhum profissional da história teria tido a oportunidade de tê-lo experimentado.

Essa perspectiva atraiu de imediato aqueles historiadores ansiosos por ampliar os limites de sua disciplina, abrir novas áreas de pesquisa e, acima de tudo, explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão freqüentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história. (SHARPE *in* BURKE, 1992, p. 41)

Sem dúvida, o sentido que as camadas superiores dão, quando se referem aos temas onde a voz popular ganha relevo, quase sempre *considera a experiência da massa do povo no passado como inacessível ou sem importância; não a considera um problema histórico; ou, no máximo, considera as pessoas comuns como “um dos problemas com que o governo tinha de lidar”*. (Id., *Ibid.*, p. 41)

Sobre o sujeito transmissor do enredo histórico há de se considerar duas possibilidades quanto ao evento: aquele que o viveu e aquele que não o presenciou. Nessa direção, Thompson (1966, *apud* SHARPE *in* BURKE, 1992, *passim*) argumenta no prefácio de um das principais obras da história inglesa que a superioridade do primeiro tipo de sujeito é incomparável em relação ao segundo, pois desprezá-lo seria então abdicar de penetrar no antes inacessível e de entrar em contato direto com o próprio passado. Desse modo Thompson não se limitou a reconstituir a experiência de um grupo de pessoas comuns na identificação eventual da problemática, mas enfatiza ainda a alternativa *necessidade de tentar compreender o povo no passado, tão distante no tempo, quanto o historiador moderno é capaz, à luz de sua própria experiência e de suas próprias reações a essa experiência*. (*apud* SHARPE, 1992, p. 41)

A primeira restrição que encontramos acerca dessa vertente de estudo exploratório é a que gira em torno da evidência. Além disso, na medida em que nos distanciamos da experiência vivida, mais limitada se faz a variedade de fontes colocadas à disposição dos garimpeiros marxistas da história. Outra problemática diz respeito ao período particular no qual se aloca o evento histórico, dificuldade essa também enfrentada pelos paleógrafos, mas galgada com mais dificuldade por aqueles que não buscam tão somente os documentos oficiais como fonte referencial única.

A abrangência dessa história nova perpassa também pelo âmbito da interlocução. Os ensaios que contemplam temas considerados fora do eixo convencional de abordagem, vão permitir que leitores externos ao campo acadêmico se multipliquem como um universo não atingido como público anteriormente. O interesse originário pelas classes dita “menores” proporciona a expansão não só do alvo final que os locutores por tradição estavam acostumados, mas sobretudo a diversidade das temáticas que agora poderiam ser ineditamente exploradas, pois os tópicos a partir dos quais o comentário histórico vai se valer para justificar suas narrativas são intrinsecamente associados ao próprio povo, descritos nem sempre pelo povo, mas lido em sua grande maioria pelos esquecidos da academia.

O processo de democratização pelo qual a universidade se fez passar nos últimos anos decorre dessa iniciativa dos teóricos conscientes do papel importante, muitas vezes anonimizados pela força do capital e pela omissão do Estado. Só com a emancipação que atualmente se instaura na comunidade erudita é que a historiografia dos temas excêntricos se volta com toda carga teórica para as particularidades normalmente marginalizadas.

#### **1.4 – O bandido social segundo Hobsbawm**

O banditismo é considerado por Hobsbawm (1959) como sendo a forma mais primitiva de protesto social no qual o papel do bandido é desempenhado, muitas vezes, inconscientemente. Isso ocorre por que a rebeldia individual é em si mesma, neutra, podendo servir tanto aos *bandidos camponeses*<sup>9</sup> como aos *bandidos fazendeiros*, ambos encontrados em qualquer sociedade rural. (HOBSBAWM, 1970, p. 25).

O homem violento que não se dispõe a suportar as cargas tradicionais impostas ao homem comum em uma sociedade de classes, a pobreza e a humildade, pode escapar delas unindo-se e servindo os opressores assim como revoltando-se contra os mesmos. (*loco citato*)

Dessa forma, quando estes rebeldes sociais atuam como protetor dos oprimidos, são considerados por estes de tal modo que *a população dificilmente ajuda as autoridades a pegar os “bandidos camponeses”, mas ao contrário os protege.* (HOBSBAWM, 1970, p. 26) Dessa confiança absorvida por eles nasce a traição individual que foi comum para vários bandidos europeus a exemplo de Oleksa Dovbush, bandido dos Cárpatos do século XVIII, traído pela própria amante; Angelo Duca (Angiolillo), c. 1760-1784; Salvatore Giuliano,

---

<sup>9</sup> Embora o adjetivo “camponeses” é empregado neste caso como sendo apenas relativo ao substantivo “campo”, este emprego não é adequado no contexto rural brasileiro porque envolve uma série de variáveis que são próprias das questões do latifúndio no Brasil.

Montelepre, Sicília, 1950; e também com o personagem inglês Robin Hood e com o ladrão tcheco Nikola Shuhaj Loupezniík<sup>10</sup>. No Brasil, Lampião foi traído por seu coiteiro; Adolfo Meia Noite, por seu capataz; e Pilão por um companheiro que se dizia amigo. Contudo, as ordens que, postas em prática pelos policiais militares, tentam justificar sua impotência fazendo com que a população reconheça seu papel aniquilador, mesmo nas ocasiões em que elas não foram diretamente responsáveis pelas capturas ou mortes dos bandidos. Esta prática comum já reconhecida popularmente, é expressa no ditado corso que concebe a rendição de um já derrotado, à condição de que o mesmo foi “assassinado depois de morto como um bandido pela polícia”. (HOBSBAWM, 1970, p. 27)

Em relação aos mitos que constantemente são associados aos bandidos, temos a menção do anel mágico de Angiolillo, que o protegia das balas. A invulnerabilidade de Shuhaj, propriedade esta atribuída a um líquido fermentado preparado por uma bruxa e bebido pelo mesmo. Já o Dovbush só podia ser morto por uma *bala de prata conservada por um ano num prato de brotos de trigo...* (*Id., ibid., p. 27*)

Essas qualidades folclóricas endêmicas – pois acontecem em períodos totalmente distintos e em regiões distantes demasiadamente - são também vistas entre os cangaceiros como as orações de São Cipriano, mencionadas em grupos como o de Antônio Silvino; A reza que torna o corpo fechado e as rosáceas de São Salomão trabalhadas nas abas viradas dos chapéus de couro; O terço rezado em conjunto por Virgolino nas primeiras horas matutinas e uma série de superstições praticadas habitualmente são vistas como uma procura constante por um sustentáculo sobrenatural.

No que se refere à transformação de um camponês<sup>11</sup> em bandido, há um detalhe que põe em contraponto dois contextos sociais: o oficial e o oficinal. O primeiro é a representação do Estado a partir de suas leis às quais o homem do campo está subordinado, entre direitos e deveres. Só que no contexto oficinal, onde a vida diária se faz operacionalização da grande oficina das práticas sociais, a legalidade não sintoniza com os textos impressos da Constituição, que normalmente, tentam ditar um modelo de comportamento para os homens, politizados ou não.

É com esses referenciais que o Estado sempre considerou o cangaceiro como um indivíduo que foge a todas essas regras, quando na realidade, muitas vezes, este acabou honrando uma ofensa recebida com lavagem de sangue, sendo esta uma atitude que no Nordeste arcaico era aceita na comunidade rural como sendo normal, pois se assim não

---

<sup>10</sup> Novela de Ivan Olbracht.

<sup>11</sup> Termo este usado da mesma forma que Hobsbawm usa: relacionado tão somente ao morador do campo ou zona rural.

agisse, tornar-se-ia um ser desprezível. Sobre essa peculiaridade, nos acrescenta Hobsbawm (1970, p. 28) que [...] *Um homem se torna bandido por que faz alguma coisa que não é considerada como um crime pelas convenções de sua localidade, mas que o é pelo Estado [...]*.

### **1.5 – O cangaço como cultura de resistência**

Os Estudos Culturais se constituem como sendo um vasto empreendimento interdisciplinar de cunho sócio-político no qual há uma confluência de interesses das várias áreas do conhecimento científico. Baseados nos três textos britânicos publicados na metade do século XX por Richard Hoggart (1957), Raymond Williams (1958) e E. P. Thompson (1963), respectivamente *The Uses of Literary, Culture and Society* e *The Making of the english working-class*, estabelecem a cultura popular como sendo o foco qualitativo no qual incidem enfaticamente as abordagens, anteriormente resguardadas às culturas hegemônicas detentoras do poder sócio-econômico. Essa nova forma de ver os materiais culturais antes encarados com desdém, respaldada com um novo conceito marxista de cultura reconhecido e elogiado por Stuart Hall, reconhece esta genérica “cultura menor” não apenas como submissa, mas também como forma de resistências às culturas de massa. Nesse entremeio, não há, porém, um confronto bipolar entre as diferentes culturas, mas sim um intercâmbio onde as partes se combinam mutuamente, num empréstimo constante de elementos díspares.

A fundação do CCCS (Centre for Contemporary Cultural Studies) em 1964 por Hoggart, através do Departamento de Língua Inglesa da Universidade de Birmingham, constitui-se como o Centro de Pós-Graduação no qual o eixo de pesquisa se concentra nas relações entre cultura contemporânea e sociedade, assim como nas relações que ela (a cultura) estabelece com as mudanças sociais.

Na passagem da década de 1970 para a sua sucessora, a publicação dos trabalhos de teóricos franceses como Michel de Certeau, Foucault e Pierre Bourdieu, entre outros, caracteriza-se como uma fase de transição onde a despolitização nos estudos culturais se constitui como marca antecessora à fragmentação ocorrida a partir de 1990. No contexto da *Nova Era*, características como a globalização, o entusiasmo das migrações e o papel do Estado Mínimo são forças que interferem diretamente no processo construtor das identidades como um todo.

O meio televisivo foi uma invenção que introduziu, frente à expansão dos meios midiáticos, uma influência epidêmica capaz de aflorar nos ambientes acadêmicos da semiologia, o que Hall nos sugere como sendo a pluralidade socialmente determinada das

modalidades de recepção. A densidade de consumo emergindo em progressão aritmética é algo que na era pós-moderna é marca peculiar.

A modernidade tardia - tal qual é o termo do qual utilizamo-nos para designar a sociedade contemporânea em países de terceiro mundo - é guiada acriticamente pelos inúmeros meios de comunicação que se aperfeiçoaram e até mesmo surgiram com o advento da tecnologia. A mídia (resultado de toda estrutura) passa a criar, construir e fabricar mitos que são trabalhados, propagados e reelaborados ao seu bel prazer. Quem manipula todo esse poder sempre é a classe detentora do maior volume de riquezas, impondo assim sua forma de pensar via sistema capitalista atual unido ao poder político vigente. Com a popularização da arte do cinema no interior, essa parceria entre o televisor doméstico e a sétima arte faz com que a sociedade atual não fuja a este contexto, por que sempre transforma em produto consumível qualquer objeto que tenha esse poder em potencial, mesmo que esse objeto seja, inclusive, um ser humano. Esse sensacionalismo é comum de se constatar em produções cinematográficas: os estrondos das bombas, as ilusões xenofóbicas, as megalomaniias próprias de um povo alucinado pelo consumo do descartável, são constantes peculiares principalmente em meios urbanos. Os filmes geralmente disseminam essa idéia de fantasia no personagem heróico por meio da mídia televisiva.

Em nossa pesquisa paralela, em mais de cinquenta produções que tematizam o cangaço direta ou indiretamente, mais da metade escolhem Lampião como foco central a partir do qual os personagens coadjuvantes são complementados. É a sacramentação definitiva daquele que já é consagrado nos meios impressos como o bandido do qual mais se escreveu no Brasil, em detrimento dos inúmeros outros que se foram antes do seu nome como também daqueles que surgiram depois de sua morte. O novo “herói do Nordeste” é o objeto de consumo no qual todos os telespectadores se debruçam para aplaudir, apreciar, admirar, contemplar e idolatrar intensamente.

Essa modificação de atitudes no cotidiano da sociedade pós-cangaçal é o reflexo de todo o jogo de artifícios arquitetado pelos profissionais da comunicação (cinégrafistas, fotógrafos, repórteres, apresentadores, designers etc) imbuídos de tal tarefa.

*Cultura de massa* vem para designar ou para se referenciar às (multi)mídias e aos efeitos provocados por elas na sociedade dita moderna. Carregam em si a ideologia do poder dominante que submete as classes dominadas às suas verdades (im)postas. Os estudiosos da mídia e dos seus respectivos impactos dividem-se, segundo Eco, em integrados (defensores) e apocalípticos (críticos). Já o termo “Indústria Cultural” foi utilizado pela primeira vez em 1947 por Theodor Adorno e Max Horkheimer, em *Dialética do Esclarecimento*. Em outro

trabalho (ADORNO *in* COHN, 1973, p. 295-297, *apud* HELAL *in* ROCHA, 1998, p. 137) posterior ao referido, acusa a *indústria cultural* como a grande vilã da modernidade: “... impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente”.

De acordo com o apocalíptico Rosenberg (1957, *apud* HELAL *in* ROCHA, 1998, p. 236), é no exato momento histórico em que o homem desenvolve os meios de produção de forma plena, livrando-se assim do trabalho manual, situação esta que lhe dava condições de lapidar a mente e desenvolver o espírito (pela presença de tempo disponível para tanto), que, manipulado pela novidade da homogeneização, cai na armadilha da insatisfação eterna, a qual faz o *homo sapiens* buscar desesperadamente um prazer que jamais será alcançado. Isso faz com que todos os objetos de uso, por mais que sejam melhores, sempre induzirão à necessidade imprescindível do aparecimento de um outro melhor ainda. É o que acontece com o “herói” cangaceiro, pois é um produto elaborado numa sociedade que não estará farta, pelo menos em médio prazo, de tantos heróis, nem que esses sejam analogamente criados e adorados de cima para baixo pelos Estados Unidos, e tão conhecidos como os mocinhos e bandidos que vivenciam de quando em quando, o banguê-banguê retratado nas histórias em quadrinhos e nas telas de cinema.

No caso do cangaceiro idolatrado, a mitificação prolongada (desde a década de 1930 até os dias atuais) se dá pelo fato de que a cada versão assistida ineditamente pelas platéias, há sempre um desejo incontrolável de se produzir uma nova imagem, incrementando-a de leituras e releituras ainda não apreciadas pela maioria dos receptores áudios-visuais. É nessa direção em que a produção concebida pela elite possuidora dos meios tecnológicos dita demasiadamente aquilo que chamamos de discurso oficial do cangaço, enquanto subcultura ou movimento social. Ora, sendo a história, conceituada muitas vezes como sendo o resultado das forças relacionadas às questões econômicas e de classes, percebemos a película como se fosse a própria materialização do discurso histórico, onde a questão da identidade é formatada num só direcionamento, condição esta na qual está centrada um dos leques de apreciação dos estudos culturais: os efeitos da cultura e suas relações com as mudanças sociais.

## CAPÍTULO 2 – UM NORDESTE MULTIFACETADO

### 2.1 – Ibiapina, sem e com batina

“... quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.

Geraldo Vandré

José Antônio Pereira Ibiapina nasceu em 05 de Agosto do ano 1806, na Fazenda Morro do Jaibara, Vila de Sobral, Província do Ceará. Encetou seus estudos primários na Cidade de Icó-CE, onde permaneceu até 1819. Deslocou-se nesse ano para o Crato, permanecendo ali até o ano de 1823, quando então segue seus pais para a Capital Fortaleza. Em 1828 se encontra em Olinda, matriculado na primeira turma do curso jurídico cuja colação de grau se deu a 09 de Outubro de 1832, no Convento de São Bento. No ano seguinte se torna Professor Titular de Direito Natural, no mesmo curso que o tinha tornado bacharel. No final de 1833 é despachado Juiz de Direito, seguindo para exercitar a chefia da Polícia de Quixeramubim – Ceará. Dotado da mais alta dignidade intelectual e moral, foi eleito Deputado (Legislatura de 1834-1837) à Assembléia da Nação<sup>12</sup> como o candidato mais votado. Há notícias de que o mesmo foi lembrado em uma das reuniões ministeriais, chegando até a recusar a presidência de uma província.

Exercendo então a sua judicatura, muitos aborrecimentos frente ao executivo local vieram a abalar seus princípios de independência e autonomia. A maior de suas contrariedades foi a absolvição por parte de decisão unânime de um júri, acionado pelos poderes locais, de um terrível criminoso de Quixeramubim, onde exercia o seu papel de magistrado. Seria muito difícil para um jovem de boa índole, dotado desde infância de uma carga religiosa intensa, propenso às práticas de equidade, bons costumes e justiça, aceitar aquele tipo generalizado de *autoridade no meio sertanejo daqueles tempos*. (MARIZ 1942, p. 16)

Assumindo desde o início “um programa definido contra o crime e os criminosos de toda espécie, que infestavam o sertão”, o novel chefe de polícia se depara com as leis naturais que impedem seu desejo pessoal de fazer com que “de uma vez o crime deixe de zombar das leis”. (IBIAPINA, ofício de comunicação de posse, de 24/12/1834, apud MARIZ, 1942, p. 19).

---

<sup>12</sup> Estava o Brasil no Período de Regência (07/04/1831 até 23/07/1840) em virtude da menoridade de D. Pedro II. Nesse intervalo o País era governado por Regentes.

Em novembro e dezembro do ano de posse, só no Distrito de São João do Príncipe, havia ocorrido oito assassinatos. Em fevereiro de 1835, preocupado com os evidentes efeitos maléficos do protecionismo de potentados locais aos bandidos perigosos do Termo de Tauá, lugarejo de nome Inhamum, chegou a requisitar dezesseis praças ao comandante do destacamento de seu controle, o qual, guiado por ordens do presidente da Província cearense – o Padre Martiniano de Alencar, negou apoio às boas intenções do juiz cuja idéia era a formação de uma volante. Diante de desencantos como esse, o juiz deputado José Ibiapina aproveita o ensejo e pede exoneração da magistratura em 1835, na reunião anual da Corte, na Capital Monárquica sediada no Rio de Janeiro.

Segue desta vez para Recife, trabalhando em seu escritório particular de advocacia, recém-criado. Estendeu suas atuações além das fronteiras pernambucanas. Na Província paraibana, chegou a exercer serviços de jurista notadamente nos foros de Areia, Pilar e São João do Cariri. Depois de ver seu pai fuzilado pela política, um irmão assassinado em Fernando de Noronha, e de ter passado por desilusão amorosa, bem como lamentar suas irmãs abandonadas em casas de parentes, soma-se a essas intempéries o fato de ter perdido em 1850 uma questão cível cuja convicção de ganho de causa era incontestável. A reação no seu espírito cristianíssimo foi brusca: doou os livros e abandonou a profissão de advogado para sempre. Depois do rápido ócio, veio o duradouro sacerdócio.

Mas adiante, pela formação que tinha adquirido (desde infância até o curso de bacharelado) acerca das disciplinas de Filosofia, Teologia e Língua Latina, a adesão à batina em 1853 foi um passo cuja inclinação já vinha se desenhando há muito. Depois de ordenado, rezou a primeira missa na igreja da Madre de Deus no dia 29 de julho do mesmo ano. Mudou seu sobrenome de “Pereira” para “Maria” e passou por consequência a se chamar Padre José Antônio Maria Ibiapina, em homenagem à Mãe de Deus. Este sacerdote não seria comum. Jamais se reduziria a celebrar simplesmente, orar, perdoar, fazer promessas, pregar e ouvir confissões. Realizou obras filantrópicas como as 22 casas de caridade (ou Caridades) para atender órfãos e indigentes, orfanatos, cemitérios, cruzeiros, açudes, estradas, manicômios, escolas, templos e semi-hospitais. Levaria não só a *crença ao sertanejo para afastá-lo do bacamarte e da superstição* (MARIZ, 1942, p. 03), mas modificaria a realidade dos sertões por onde passasse, alteraria o ambiente castigado pelo sol, faria a política e a justiça acontecerem beneficentemente em meio às adversidades das constantes secas e crueldades da realidade do seu povo. Ele que, tomou a atitude de peregrinar, levou a esperança de dias melhores através de ações independentes do poder judiciário e do governo provincial. Realizou de forma autônoma, obras diversas só com a ajuda das comunidades que lhe ouviam

os ensinamentos e conselhos. Era tamanha sua força aliciadora para execução de trabalhos coletivos que há registros de que em Goianinha-PE conseguiu juntar esforços de uma cooperativa para construção da capela, onde somou ao final 12.000 mil voluntários. Em Cajazeiras-PB, fez matrimônio de 60 casais de uma só vez, cujos cônjuges viviam em relação amorosa que não condizia com os princípios morais da Igreja. Afinal, não seria unicamente o ator coadjuvante das missas. Seria ator principal das missões! Valorizou e promoveu as mulheres sertanejas e soube se apropriar do contexto no qual o sertanejo padecia, encontrando soluções de convivência com as estiagens através das construções de açudes, barreiros e barragens, melhorando desta forma as relações entre o vaqueiro e o seu respectivo patrão. Adequou e moldou o meio hostil a quem precisava sobreviver deste e neste: evitou migrações de famílias para centros urbanos e fixou-as por mais tempo.

Em parceria somente com a sociedade civil que lhe era adepta, organizou, liderou e alterou o cotidiano das Vilas por onde passou de maneira efêmera. Articulou lideranças locais para fazer acontecer benefícios aos órfãos e crianças desnutridas, miseráveis, menores abandonados, famintos, flagelados, pedintes, retirantes, desempregados, mães solteiras, prostitutas, doentes, deficientes, analfabetos e demais classes sociais menos favorecidas.

Apesar das dificuldades de viajante sem destino, o padre sempre foi apoiado pelas pessoas que pertenciam ao setor sócio-econômico inferior. Conhecia a realidade de perto. O ambiente no qual “navegava” era sua casa desde infância. Sabia dos problemas e tentou minimizá-los, pois sabia que resolvê-los era tarefa impossível.

O primeiro ato de fundação na Paraíba foi a construção na atual cidade de Soledade, em 1856, de um cemitério ermo para enterrar as vítimas das pestes coléricas que assolaram o sertão da época. Anexo a este, havia uma capela simples em torno da qual surgiram algumas primeiras casas. Desta forma, foi diretamente, fundador de algumas Vilas como neste último caso e em Caldas. Relatos diversos se fazem de verdadeiras obras milagreiras, castigos e execrações para infiéis, e exorcismos em possuídos.

Fazem-se alusões à sua presença em Batalhão (atual Taperoá-PB) em 1860, com a construção de cemitério com capela ao centro, funcionando até o ano de 1905. Outras pequenas materializações são mostras simples do grande dinamismo do trabalho ibiapino: Casa de Caridade (1860) em Santa Luzia do Mossoró; açude e cemitério construídos no período de 19 a 26 de agosto de 1862, em Angicos – RN; na Paraíba, entre outras, fez obras análogas em Alagoa Nova, Alagoa Grande, Cabaceiras, São João do Cariri, Areia e Santa

Luzia do Sabugi; em Barbalha fez uma *Caridade*<sup>13</sup> em apenas um mês; na povoação de Caldas, freguesia de Barbalha, iniciou e terminou a construção de um açude em uma semana; iniciou em 27/09/1862 e terminou em novembro uma Casa em sua cidade natal - Sobral; em fevereiro de 1863 instalou outra em Santa Ana do Acaraú; em 1864 registrou-se a fundação da Casa de Caridade de Acari-RN; em Missão Velha, construiu mais outra no ano 1865; em 1866 fundou as Caridades de Pocinhos e Pombas (hoje Parari); pela segunda vez em Barbalha, deixa ali um cemitério, uma igreja e uma cacimba para o seu avô; Em 1869, funda grande Caridade em Milagres, com anexos para hospital e asilo de inválidos; em 1870 sai de Cajazeiras e segue para missões em Barra de Juá e Sousa-PB; Em 1871, atravessa a Serra do Araripe e chega incansável ao Piauí, no mês de maio, onde na cidade Picos edifica um templo e um cemitério; depois segue progressivamente a Ouricuri, Baixa Verde e Flores; de volta a Pernambuco, reiniciou fundações de cunho educativo.

Também era comum em determinados lugares onde chegava, fazer as pazes entre clãs inimigas, em público. Era recebido por suas benfeitorias nos Vilarejos, distritos e municípios, com muita alegria: cavaleiros iam buscá-lo ao som de bandas de música, precipitação de foguetões e as meninas em traje de virgem, bandeirolas tremulantes na mão, cantavam e recitavam versos ao apóstolo das Caridades.

Até o fim de seus dias, o Padre Ibiapina aconselhava “o trabalho e a virtude, batia a arrogância e o cangaço”. (MARIZ, 1942, p. 146). Teve a oportunidade de abordar cangaceiros em Floresta e Vila Bela, onde, na primeira, persuadiu os malfeitores a deixarem suas armas e enterrá-las num buraco cavado em frente à matriz. Bem diferente do que acontecia quando era do alto escalão da polícia, o vigário “desarmava o cangaceiro sem ofendê-lo, que agora dele somente queria a alma para salvar”. (Id., Ibid., p. 88)

Após sua morte no ano de 1883, foi enterrado em Arara - Paraíba, lugar de seu afeto e da Casa de Caridade Santa Fé.

## 2.2 – Antônio Conselheiro

A família *Maciel*<sup>14</sup> (ou *Carlos*) formava entre Quixearumubim e Tamburil numerosa prole de homens hábeis na lida diária da pecuária. Sediada na povoação de Boa Viagem, travou sangrenta refrega com os Araújos<sup>15</sup>, êmulos estes que escreveram na história da província cearense, páginas de luta e de luto.

<sup>13</sup> Caridades ou Casas são reduções das denominadas “Casas de Caridade”.

<sup>14</sup> “Família pobre em dinheiro, mas rica no trabalho de seus membros”, quase todos vaqueiros.

<sup>15</sup> Família rica e que gozava de grande entrosamento político e filiada a outras famílias tradicionais do Ceará.

O velho tronco dos *Maciéis* era formado pelos irmãos Antônio Carlos Maciel e Miguel Carlos Maciel, todos dois assassinados na estrada de ligação entre Sobral e Quixearumubim por escolta procedente dos *Araújos* e dos *Veras*.

Miguel Carlos Maciel teve como descendentes Miguel Carlos Maciel Filho (assassinado igual ao pai e ao tio), Helena Maciel, Francisca<sup>16</sup> e por último, uma filha de nome ignorado, também assassinada no lugarejo *Passagem*. O velho Miguel também teve outro filho espúrio chamado Vicente Maciel (“assassino” de primeira linha), o qual se casou com Maria Chana e teve três filhos: Francisca, Maria e Antônio (Conselheiro), o qual nasceu em 1828 aproximadamente.

Acusados em 1833 de um roubo sofrido por Antonio de Araújo Costa e Silvestre Rodrigues Veras – fazendeiro do Termo de Vila Nova, os Maciéis foram forçados a deixar esta Vila em direção a Quixearumubim. As famílias Araújo e Veras, que eram parentes entre si, uniram-se com o objetivo de invadir os aposentos da família adversária, o que de fato não teve sucesso dessa primeira vez:

Ainda ahí a sua vingança os foi buscar. Munido de uma ordem de prisão, reuniu um bando de cangaceiros aos filhos e genros, fazendo-se antes de accôrdo com todos os parentes, e os foi prender naquela Villa.

Os Carlos, avisados desse diligencia, não fugiram. Entrincheiraram-se em casa e resistiram com valor e denodo, fazendo-a recuar. (BENÍCIO, 1899, p. 19)

Numa segunda investida promissora, foram auxiliados a pedido pelo capitão do mato José Joaquim Menezes, que vinha de Fortaleza em destino ao Piauí acompanhado de uma turma grande de cangaceiros e do terrível Vicente Lopes – famosíssimo naqueles sertões. Presos os *Maciéis*, os quais entraram em diálogo com seu antigo conhecido José Menezes, foram encaminhados para Sobral sob a promessa dos *Araújos* que somente encaminhar-lhes-iam à justiça de Villa-Nova.

Todavia, a família rival aos Carlos, até enganando o capitão do mato que tinha lavado as mãos daquele caso, preparou uma cilada onde quase todos da família, que já vinham algemados, morreram assassinados. Exceto Miguel Carlos Filho, que correu guenzo<sup>17</sup> de uma perna baleada, escapou ao inimigo espreitado nos aceiros das cercas de vara. Daí por diante a vingança deste sobrevivente maltrapilha seria inevitável. De acordo com Benício, (1899, p. 12) Miguel Filho, “destemido cangaceiro dos sertões do Ceará, desenrolou-se numa série

<sup>16</sup> Deu-se à prostituição. Teve uma filha de nome Brazilina que veio a se casar depois com Antônio Conselheiro.

<sup>17</sup> Capenga, manco.

tremenda de episódios sangrentos, que vieram por terminar com a morte do sobrinho (Conselheiro) em 1897, nos sertões da Bahia.”

De 1834 adiante, houve uma seqüência de vários assassinatos em função desta rixa mortal da qual tomou conhecimento o Juiz de Direito Ibiapina, solidário à família Maciel. Tendo que gozar de férias em determinado período, deixa o exercício de Juiz de Quixearumubim ao novel Antônio Duarte de Queiroz, parente dos Araújo. Nesse ínterim, os Maciéis sofrem dura perseguição das hostes adversárias, da qual várias pessoas morrem de ambas as partes.

Embora o futuro conselheiro Antônio não tivesse nenhum vínculo biológico com os seus antecedentes, os fatores da convivência violenta que o marcaram indelevelmente até mesmo antes do seu nascimento e que inevitavelmente lhe corroe a adolescência a partir dos primeiros anos de vida, foram influentes na escolha por uma forma de vida que uniu a agressividade de um discurso monarquista regado à base de devoção religiosa, com a própria fuga exagerada da violência familiar que lhe perseguira na fase adulta, inclusive com a demasia das dívidas herdadas do pai e que foram colocadas sobre suas costas. O isolamento em um clima comum de paz, rezas, sermões e oratórias parecia ser a forma mais lógica e prazerosa de se viver no ambiente em que turbas de facínoras se multiplicavam. Ainda mais, com a traição conjugal que sua companheira Brazilina tinha lhe causado com um policial no início da década de 1860, desapareceu do Ceará em 1868 aproximadamente. Em 1873, já era visto pregando no Termo de Itapicurú, Bahia, com barbas longas, alpargatas, longos cabelos, túnica longa azul. Fez acontecer longas caminhadas, errante nas províncias de Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Bahia, em torno da qual se deu o fim da saga de Canudos em 02 de outubro de 1897, na qual foram ceifadas cerca de 5.000 vidas. (BENÍCIO, 1899, p. 403).

Em meio a Revolta de Canudos, os apóstolos protetores de Conselheiro foram por este, escolhidos, tendo como critério o item bravura. Como nos acrescenta Benício (1899, p. 168-169), eles eram entre os sectários mencionados:

João Abade, sertanejo brutal e criminoso, dada à devassidão. Era de côr fula.

Pajehú, negro, ex-soldado de linha, enxotado e perseguido pela polícia de Baixa Verde, em Pernambuco, por ocasião do motim de Antonio Director, onde comettêra diversos crimes.

[...]

Raymundinho Doutor, cabra bahiano; sabia lêr e escrever.

Nicoláo Mangaba, Vicentão, Timotheo-sineiro, Pedrão-porteiro, Chico Ema, Jacintho, André da Giboia, Fabrício, Deocleciano de Macedo, Lalau, Gangorra, Maxi, João Tetê, Antonio Fogueteiro, Cypriano<sup>18</sup> e outros valentões e matreiros que iam-se substituindo á proporção que desaparecião e era preciso preencher o numero dos doze apóstolos. [...]

Foi também registrada a passagem temporária do clavinoteiro baiano cujo epíteto era Volta Grande. Este tinha por nome de batismo José Balbino da Silva, o qual tinha em sua companhia alguns irmãos, entre os quais, *Honório* e *Manuel de Paula*. Era o Volta Grande, segundo a citação *ipsis literis* de Benício (1899, p. 178),

[...] o ousado bandido, o famoso sicário que derramou tanto sangue no municipio do Mundo Novo, e que atacou a então villa deste nome, em 1<sup>o</sup> de Fevereiro de 1894, reduzindo em poucas horas, por meio do saque brutal, importantes negociantes e paes de família, á pobreza extrema.

O irmão Paulo, foi morto nas Duas Barras, no dia em que a medonha quadrilha assaltou a casa do infeliz Pedro de Barros e o assassinou.

Volta Grande ferido numa emboscada e perdendo seu irmão Paulo, seguiu para Campestre, onde ainda tomou parte no cerco do Chocó e no assalto á casa de Clementino de Mattos, do arraial dos Milagres, assassinou nessa ocasião ao intrepido Canuto de Mattos, cujo cadaver exhumou para verificar a sua identidade, cevando nelle a sêde de vingança brutal, sómente compativel com esses monstros que de humanos só têm as fórmãs.

Outros chefes de jagunços com antecedentes semelhantes aos citados anteriormente, uniram-se ao ideal de Antônio Vicente Mendes Maciel – o Conselheiro, tais quais Sinhorzinho, Cajaíba, Macambira, Vila Nova, Manoel Quadrado, Taramela e Beatinho.

As relações com o banditismo também se davam no mesmo patamar em que as representações oficiais da Igreja Católica se relacionavam. O próprio meio no qual se configurava o Nordeste, tão múltiplo, era ambiente no qual, jangadeiros, vaqueiros, beatos, padres peregrinos, rezadeiras de ramo em punho, feiticeiros com patuás bentos, cangaceiros, coronéis, políticos e poetas matutos se misturavam numa azáfama onde a formação cultural era, em suma, diversa.

### **2.3 – Padre Cícero do Juazeiro**

Cícero Romão Baptista nasceu em 1844 na cidade do Crato-CE, cujo distrito de Juazeiro seria o palco do conflito armado (1909-1911), no qual estava em jogo a emancipação política almejada por todos os seus habitantes em face de um município também

---

<sup>18</sup> Irmão do chefe de bandidos Volta Grande.

inconformado pela iminente perda de uma porção de terra distrital (lugar denominado Coxá) onde havia uma suposta jazida de cobre. Unido ao político Floro Bartolomeu como também a outros chefes políticos, Padre Cícero mobilizou coronéis da região do Vale do Cariri, estabelecendo em 4 de outubro de 1911, *o pacto dos coronéis* cujo compromisso era assinado por todos os presentes, num documento de nove artigos, os quais discriminavam a parceria recíproca entre estes coronéis e o poder oligárquico representado naquele momento por Antônio Pinto Nogueira Accioly – dominador da política cearense desde 1892. Mesmo assim, Accioly perde posteriormente o poder para o Tenente-Coronel Marcos Franco Rabelo que fora apoiado pelos comerciantes ricos de Fortaleza, os quais fizeram fortuna com o negócio da borracha oriunda da maniçoba. Após a derrota e exilado no Rio de Janeiro, Accioly rompe com Pinheiro Machado<sup>19</sup> e passa a apoiar Rabelo, contraditoriamente àqueles que antes o havia apoiado. Neste ínterim, o aciolismo continuava forte no interior até por força dos acordos firmados no “pacto dos coronéis”, mas diante do desacordo emergente do Partido Conservador Republicano, é desencadeada a criação do Partido Marreta – Aciolismo sem Accioly, do qual Floro tornou-se militante assíduo dessa facção, não por Accioly em si, mas por manter oposição a Rabelo. Curiosamente, o coronel Antônio Luiz Alves Pequeno, do Crato, antigo adversário de Cícero e Floro, fora deposto a mando de Rabelistas. Em face dessa traição, Antônio Pequeno reforça as fileiras de Floro Bartolomeu como forma de protesto.

Por outro lado, grande florescimento de cangaceirismo se deu em meio aos conflitos armados e querelas que se propagavam naquele meio sertanejo. Preocupado com essa disseminação de cangaceiros, Rabelo viabilizou tropas legais que em parceria com os Estados vizinhos e principalmente com as forças do Crato, ameaçavam aqueles que eram “chegados” ao Padrinho Padre Cícero do Juazeiro. Para isso, foram abertos valados<sup>20</sup> em volta de Juazeiro, do dia para a noite, de forma que no final da rebelião, Floro e Padre Cícero saíram vitoriosos. Juazeiro toma condição de município autônomo e Padre Cícero torna-se obviamente o primeiro Prefeito. No entanto, em 1914, ainda o governo estadual Franco Rabelo insatisfeito com a conquista da oposição no interior e sua conseqüente ascensão política, manda um batalhão para conquistar à força Juazeiro e seus romeiros. Padre Cícero une o povo em torno da sumária defesa e convoca *bandidos* e *benditos*, ambos necessários a esta empreitada obrigatória.

[...]

---

<sup>19</sup> Representante máximo das oligarquias do Estado do Ceará.

<sup>20</sup> “Cinturão da Mãe de Deus”.

Nas fronteiras dos macacos  
 Brigaram uma porção  
 E outros soldados armando  
 Um reforçado canhão  
 Para acabar Juazeiro  
 E o Padre Cícero Romão.

[...]

Partiu para Baixa Dantas  
 Trezentos bacamarteiros  
 Ao todo mais de quinhentos  
 Com beatos e romeiros  
 Todos de chapéus de couro  
 Em trajes de cangaceiros.

Os beatos valorosos.  
 Era o beato Vicente  
 Mané-Chiquinha, e Zé Terto  
 Jota Borba, o mais valente  
 Pedro Silvino e Zé Pedro  
 Foram na linha de frente.

[...]

(Cordel “História da Guerra de Juazeiro do Padre Cícero Romão Batista em 1914”, de Antônio Américo Medeiros).

Terminada a revolta na qual os religiosos foram vitoriosos, Franco Rabelo foi deposto, o Coronel Setembrino assumiu como interventor, Liberato Barroso como governador e Pe. Cícero como vice. Floro Bartolomeu se elegeu deputado estadual, presidente da assembléia e teve apoio federal.

Acalmados os ânimos, no final da década de 1920, o padre foi atingido pelo decreto de excomunhão. Após a morte do Padre Cícero ocorrida no dia 20 de Julho de 1934 (aos 91 anos de idade), a grande leva de beatos e remanescentes seguidores deram continuidade às idéias daquele e até nasceram em decorrência de todo esse processo de efervescência religiosa, os penitentes oriundos das classes mais baixas da população.

Várias irmandades surgiram em Juazeiro. Contudo, de todas as irmandades surgidas no Brasil, a Legião da Cruz, fundada desde 1885 e desautorizada em 1898 no Ceará, foi a que atingiu localmente a maior acentuação de defesa para com o milagre do *Padrinho Cícero* junto às representações institucionais e ideológicas da Igreja, as quais não o reconheciam como tal.

#### **2.4 – Coronelismo e latifúndio: uma visão panorâmica**

Desde quando foi organizada no Brasil a divisão territorial a partir das capitâneas hereditárias, os donatários (doze no total) - na realidade eram mandatários - , tornaram-se

donos por doação da Coroa Portuguesa, de uma extensão ilimitada de terras que cortavam longitudinalmente<sup>21</sup> áreas que, apesar de divididas por linha reta imaginária bem definida no papel, não possuíam uma delimitação quando consideradas no sentido transversal<sup>22</sup>. Isto aconteceu quando o Brasil não tinha ainda se quer os limites internos bem definidos em relação às terras exteriores conquistadas pelo domínio espanhol. Na realidade, os portugueses fidalgos que aceitaram voluntariamente a proposta de administrar essas porções imensas, traziam condições pré-estabelecidas pela Coroa de serem, por exemplo: responsáveis totais pela manutenção do solar litorâneo a partir do qual lançavam domínio avançado em direção ao interior; pela propagação da filosofia cristã; pelo manuseio do pessoal subordinado e, em suma, pelo domínio geral de todas as decisões que eram forjadas de cima para baixo, baseado numa hierarquia incontestável. Estava lançada historicamente, a semente mais remota que podemos perceber da figura que, séculos mais tarde, vestiria com roupas novas o “poderoso” Coronel brasileiro.

Os donatários, contudo, poderiam doar aos sesmeiros<sup>23</sup> extensas glebas, as quais tinham dimensão linear de 3.000 braças ou 6.600 metros de comprimento, ou seja, mais de *seis léguas e meia* de campo, dentro daquela demarcação bilateral traçada no mapa. A largura da sesmaria geralmente era maior devido ao fato de se considerar como limite apenas as duas linhas laterais que marcavam as divisas com ambas as capitanias vizinhas. Ao passar de longos anos, colonos como os Oliveira Lêdo (primeiros ocupantes dos sertões da Província da Parahyba) foram se apossando a partir de 1663 de lotes cada vez mais diminutos, um dos quais concedido a estes pela primeira vez em 1665, tendo como requerentes: Custódio de Oliveira Lêdo, Antônio, Constatino, Luiz Albernaz, Francisco, Maria Barbosa Barradas e Alferes Sebastião Barbosa de Almeida, sendo o primeiro destes o pai de Theodósio<sup>24</sup>. Este último foi juntamente com seu pai, nomeado em 1682, Capitão de Infantaria das Ordenanças. Principiou o povoamento sertanejo através da criação de rebanhos bovinos na fazenda situada na segunda data<sup>25</sup> de terras (concedida em 1670) localizada no sertão da Paraíba, ao longo do Rio Espinharas. Com base nesse remoto sistema patriarcal em que o molde de submissão familiar se estabelecia desde a cozinha na qual a obediência era absoluta, até às determinações (externas às casas grandes) transferidas mais tarde para os negros escravizados, chegamos mais tarde à figura do *latifundiário*, proprietário de expansões de terras com tamanhos

---

<sup>21</sup> Sentido Leste-Oeste, ou vice-versa.

<sup>22</sup> Norte-Sul, ou pelo contrário.

<sup>23</sup> Eram aqueles que podiam doar terras para o cultivo de culturas.

<sup>24</sup> Obteve a patente de Capitão Mor transmitida pelo Governador Geral D. João de Lencastro no dia 03 de novembro de 1694. (SOARES, 2003, p. 29)

<sup>25</sup> Termo usado à época para designar grandes porções de terras.

variados expressos em hectares<sup>26</sup>, geralmente associado à exploração de mão-de-obra não especializada, num sistema de servidão, quando não relacionada numa subordinação trabalhista em que os salários eram baixíssimos. Essa conformação autoritária de estrutura social permaneceu no imaginário, como rígido modelo dos sertões nordestinos no Império, quando, em 1831, foi criada a Guarda Nacional em substituição às antigas milícias e ordenanças coloniais.

A roupagem<sup>27</sup> inusitada atribuída aos mandões (*mandatários*) de antes era definitivamente institucionalizada através de títulos honoríficos dados em geral aos grandes fazendeiros sob as patentes de Coronel, Capitão e Major, a primeira das quais mais almejada pelos pretendentes. Era motivo de lisonja ser “escolhido” pelo governo para exercer uma função que enchia de orgulho à família de quem recebia tal benesse. Na realidade, a quantidade de nomeações que cresceu com o início da República<sup>28</sup> era a forma de assegurar a permanência das oligarquias no poder através da massa de manobra vinculada às propriedades dos homens de posse intitulados, pois eram eles os pólos que centralizavam o domínio (através do dinheiro e de favores) sobre a população carente, maioria por sua vez na quantidade de votantes.

O mandonismo que se construiu a partir do reconhecimento estatal, abriu grandes precedentes aos grandes proprietários rurais que puderam formar milícias particulares colocadas à disposição dos objetivos do Estado quando necessário. A cooptação delineada com essa reciprocidade de favores desenhou o que chamamos neste trabalho de Coronhalismo<sup>29</sup>, pois tinham o objetivo de cabrestar o voto contrário aos objetivos estatais na base da *coronha* de uma arma. Era a materialização do Coronelismo na sua forma mais abrupta no âmbito político. O grande alicerce dos currais eleitorais no Nordeste era o maciço armamento com o qual se dispunha a elite coronelística. Além disso, geralmente os chefes de polícia das cidades interioranas compactuavam *in loco* com os chefetes políticos nas escolhas tendenciosas dos delegados locais sob o critério da afinidade partidária. Até mesmo os criminosos eram julgados de forma inescrupulosa, tendendo o resultado sempre para a impunidade. Assim, era um contexto que satisfazia às tendências cangaçais. Esse esquema de apadrinhamento e de justiça inconfiável perdurou explicitamente até o final da primeira república (1889-1930).

---

<sup>26</sup> Unidade de medida agrária equivalente a cem ares ou a um hectômetro quadrado.

<sup>27</sup> Roupagem é tratada aqui em duplo sentido, pois eram também confeccionados fardamentos apropriados.

<sup>28</sup> Aos 15 de novembro de 1889 foi proclamada a República no Brasil pelo Marechal Deodoro da Fonseca.

<sup>29</sup> Neologismo criado a partir do termo Coronelismo, desenvolvendo-se para Coronhelismo e depois para Coronhalismo, sendo este último uma menção à coronha da espingarda usada pelos capangas, a serviço dos coronéis.

No início da década de trinta, com a explosão triunfante dos revolucionários armados, o coronelismo sofre um grande golpe político que abalou o mandonismo de forma indelével. Todavia, na Paraíba, o Presidente João Pessoa já fazia uma preliminar perseguição (sem precedentes) aos coronéis desde 1928<sup>30</sup>, na intenção de varrer corajosamente do Estado a injustiça e o banditismo emergente. Foi um estratagema ainda não usado por um presidente do Nordeste antes da Revolução de 1930, pois seria teoricamente uma atitude suicida na medida em que o alvo era justamente o coronel, o qual junto com os seus adeptos haviam lhe colocado no poder. Por causa disso foi freqüentemente advertido pelo paraibano Eptácio Pessoa, seu tio ex-Presidente da República. A atitude suicida se consagrou na prática, numa indução homicida autodestrutiva.

O mais poderoso Coronel dos quatro cantos do Nordeste, tendo seu reduto em Princesa Izabel-PB, não se deu por satisfeito e conclamando seus asseclas, iniciaram a Guerra de Princesa em 28 de fevereiro de 1930, com a invasão da cidade de Teixeira. O Coronel José Pereira e o povo paraibano tiveram como consequência centenas de mortes que se amontoaram por quase oito meses de Guerra, o assassinato de João Pessoa em 26 de julho de 1930 (em plena guerra), e com a eclosão nacional da Revolução Liberal em 03 de outubro do mesmo ano (GADELHA, 1984, p. 403), Princesa foi derrotada por antecipação, quando já estava totalmente cercada pelas autoridades policiais paraibanas. Não houve intervenção federal como queriam os sertanejos rebelados. A vitória foi do governo liberal da Paraíba.

Os efeitos que se desenrolaram depois do ano de trinta foram sentidos em todos os Estados do Brasil, especialmente no Nordeste. Na Bahia, a própria polícia militar faz uma varredura no interior que arrecadou um total de 90 toneladas de armas e munição que estavam nas mãos dos coronéis mais influentes. (FACÓ, 1991, p. 200) Este saldo tem proporção gigantesca e decorre de uma expedição feita em mais de 900 léguas na zona de Lavras (*loc. cit.*) Comprovou a força de fogo dos Coronéis Franklin Albuquerque e Horácio de Matos<sup>31</sup>, os quais foram presos como cidadãos comuns. Outros chefes de cangaço foram presos, a citar: Marciolínio e Leobas.

No Ceará, foram feitas intensivas *buscas domiciliares de armas em Juazeiro, inclusive nas propriedades do Padre Cícero [...] (Idem, Ibidem, p. 2002-203)* Ocorreu também a *retirada de seu retrato da sede da municipalidade*, seu despojamento do poder político e a derrota do seu candidato nas eleições da Assembléia Constituinte de 1933.

---

<sup>30</sup> Assumiu o Governo do Estado em 22 de outubro de 1928.

<sup>31</sup> Este foi assassinado às escondidas, em Salvador-BA.

## 2.5 – Cangaço: uma reflexão conceitual

Segundo Oliveira (1988, p. 32), “o termo ‘cangaço’ é usado no Nordeste brasileiro desde o século XVIII”. Provém da forma de carregar a espingarda, lembrando uma “canga<sup>32</sup>” sobre o cangote do bovino. Dentre outras diversas explicações possíveis que justificam ou tentam situar a criação e/ou a aplicação do termo em foco, pensamos nas várias semelhanças dessa palavra com aspectos da realidade pragmática que envolvia o “cenário” nordestino onde o fenômeno social nasceu, criou-se e se desenvolveu até findar-se: temos um conceito de dicionário (FERREIRA, 1986, p. 335), o qual aponta *cangaço* como “objetos de uso de casa pobre”, cujo conteúdo semântico lembra, nas entrelinhas, as diversas peças (cacarecos) encontradas nas casas rurais mais simples daquele tempo, objetos esses coincidentemente ornadores da indumentária dos bandos, a citar: copos de flandres dependurados, cuias secas de cabaço, facões, “parnaíbas”, alpercatas, cartucheira, chapéu de couro, terço e crucifixo, escapulário, bornais, bisacos, fumo de rolo, peixeiras, bogó<sup>33</sup>, carne de charque, farinha, rapadura, bijouterias, etc.

A *cangalha* por exemplo, palavra análoga na ortografia, é conhecida regionalmente como a armação (estrutura) posta por sobre o lombo do jegue para colocação das ancoretas – contêineres condutores geralmente de água barrenta de cacimbas para uso quotidiano da família pastoril.

*Canga* é também, em sua variedade polissêmica, o triângulo feito de três varas de madeiras (jucá ou baraúna) entrecruzadas e amarradas com cordas de barbante ou cangatá<sup>34</sup>, colocada nos pescoços dos caprinos e ovinos, para impedir a invasão pelos mesmos da cerca alheia que separa as terras do seu respectivo proprietário vizinho. Ainda abordando um discurso metalingüístico, podemos mencionar a semelhança no emprego dos substantivos coletivos “*cabroeira*” (cabruêra) e *cabruá*, empregados para definir um grupo de cangaceiros<sup>35</sup>, com o vocábulo cabra. A cabra, desde muito tempo e até o presente momento, é um animal priorizado permanentemente na criação de sobrevivência dos vaqueiros e pequenos criadores (inseridos em regiões semi-áridas) como também presente na cultura do couro e seus derivados. Daí o uso do adjetivo “cabra” (membro do bando) para expressar a

<sup>32</sup> Do celta “cambica”, madeira curva.

<sup>33</sup> Bolsa de couro usada no sertão nordestino para guardar pequenos objetos, servindo também para transportar água quando a mesma se constitui de couro cru.

<sup>34</sup> Corda feita de penas.

<sup>35</sup> Sujeitos adeptos ao cangaço que, ao travarem conflitos em batalhas, entoavam cantigas, davam cangapés e relinchavam como jumentos na tentativa de cangar, ou seja, menosprezar (subjugar, oprimir) os seus oponentes.

idéia do cangaceiro que é sempre cabreiro<sup>36</sup> e ao mesmo tempo, *cabra macho* ou *cabra da peste*.

Talvez a relação notória entre tramóia e astúcia com a qual os cangaceiros sempre estiveram familiarizados em suas experiências de vida excêntrica, consigam direcionar justificativas para o sinônimo cangarilhada, ou até mesmo no que tange à canganha<sup>37</sup> (trapaça). Já o verbete cangaraço (ou seu polimorfo cangaço) alude a uma semântica que conota esqueleto disposto em pedaços, como ser humano em estilhaços, trapos de troços espalhados desorganizadamente.

Mas o cangaço em si, como fenômeno social, foi um movimento de participação coletiva que, de acordo com Queiroz (1977, p. 206), é “fundamentalmente ligado às lutas de família e parentela do Nordeste brasileiro”, travando por conseqüência, um desejo de vingança diante de ofensas e injustiças que uma família ou algum ente desta sofreu.

Outra fábrica de cangaceiros que sempre funcionou a pleno rendimento foi, sem dúvida, o abuso da autoridade nos sertões. Se possível fosse levantar um gráfico estatístico dos fatores que mais se têm distinguido no fornecimento de novos elementos às hostes rubras do cangaço, pelo menos até 1930, nenhum, talvez, conseguisse superar as arbitrariedades e desmandos dos agentes do governo, para lá mandados em sua perseguição. (CARVALHO, 1974, p. 90)

No Estado do Ceará, quando houve a briga entre as famílias Monte e Feitosa no séc. XVIII (OLIVEIRA, 1988, p. 32), já se ouvia falar de “cangaceiro”, nome este sugestivo, que instigava temor e respeito à grande maioria da população sertaneja. Dessa maneira, entendemos que cangaceiro era o nordestino, que, por uma situação quase sempre imperativa, proveniente das inúmeras adversidades presentes no meio hostil da época, embrenhou-se formando grupos armados móveis numa certa porção dos 700.000 km<sup>2</sup> de caatinga (carrascal e brejada) - flora nativa ríspida na qual o mesmo desenvolveu suas formas peculiares de sobrevivência e táticas guerreiras.

Quando falamos das adversidades que poderiam acarretar o ingresso de um homem no cangaço, podem-se listar diversos fatores concorrentes que pairam no mínimo, sobre os âmbitos social, político, geográfico e cultural:

---

<sup>36</sup> Desconfiado.

<sup>37</sup> Cangancheiro é um trapasseiro.

Entre 1775 e 1776, quando o Cabeleira começara a aparecer, a Província<sup>38</sup> de Pernambuco foi castigada por uma epidemia de varíola e por uma grande seca. [...] Os roceiros aterrorizados pelos bandidos não tinham escolha além das alternativas: ou auxiliavam os malfeitores, ou fugiam eles também para o mato. [...] Nas secas de 1825 e 1877, a fome se tornava o principal fator da subversão social. Era então que surgiam os bandos de cangaceiros independentes. [...] A seca, portanto, prestava-se a transformar grandes e pequenos fazendeiros, sitiantes, vaqueiros, moradores em esfomeados que pilhavam as propriedades. Cangaceiros e miseráveis tendiam a se misturar. (QUEIROZ, 1977, p. 62)

Erroneamente se confundiam cangaceiros com esfomeados, pois ambos podiam se permutar eventualmente, por necessidade, porém estes últimos duravam apenas um saque, uma pilhagem, enquanto que os cangaceiros formavam pequenos grupos organizados dirigidos por um cangaceiro-chefe de prestígio, estratégico e de coragem comprovada.

Além da seca e da fome, as “pestes<sup>39</sup>” esporádicas foram também fatores que propiciaram o estímulo à formação de grupos independentes. Na década de 1850, a Província da Paraíba foi abalada pela febre-amarela que persistiu impiedosa até 1854, quando começa então a era do cólera, o qual atingiu seu auge em 1856. Calcula-se que em junho desse mesmo ano, trinta mil pessoas tenham morrido na Paraíba, só desse mal. Nesse contexto de calamidade pública, aqueles que fugiam para os matos à procura de um refúgio seguro, comiam muitas vezes, à mercê de uma fome incontrolável, restos de animais encontrados na beira do caminho, mortos pelas estiagens. Isso fez desencadear a peste bubônica. As ações de Padre Ibiapina (afastado de suas atividades em 1876 em virtude de suas enfermidades), por fundação das Casas de Caridade, foram de fundamental importância para o apoio aos pobres, doentes e indigentes da Província paraibana.

A seca tirana de 1877-1879 fez com que seis mil pessoas procurassem a região Norte em busca de uma vida “mais próspera”. Inúmeros retirantes sobreviveram à base de macambira, umbu, juá e quixaba, quando não se envenenavam pela peçonhenta maniçoba, ingerida por famintos desesperados. Só na capital paraibana, mais de sete mil pessoas morrem de fome e quase nove mil flagelados abrigam-se em núcleos-colônia. (RIBEIRO, 2003, p.61)

À toda esta situação vieram se somar as *correrias*, que eram ataques “praticados por malfeitores” que iriam segundo Ribeiro (2003, p. 60), “dar origem ao cangaço”. Aí sim, teríamos regularmente, até mesmo por força da oralidade popular, a terminologia usada de forma precisa e corriqueira pelo povo, em referência ao fenômeno que por sua vez proveio de

<sup>38</sup> É interessante perceber que houve um equívoco do referido autor em falar de província na era colonial, pois só a partir de 1822 é que o período imperial foi inaugurado com suas respectivas províncias. A Capitania de Pernambuco nesse ínterim, era ainda colônia da Metrópole portuguesa.

<sup>39</sup> Doenças geralmente infecciosas que contaminavam e matavam boa parte da população atingida.

um contexto de dificuldades e balbúrdias sociais cujas particularidades marcariam indelevelmente a história do Nordeste brasileiro.

Mesmo assim, como foi visto anteriormente, entendemos que o cangaço surgiu muito antes do triênio 1877-1879. Contudo, como denominação convencionalmente utilizada na boca do povão, o “cangaço” veio se firmar com mais consistência desde as correrias em eqüinos.

Paralelamente, as relações entre as classes, por exemplo, ainda se davam no último quartel do século XIX, de formas cada vez mais autoritárias:

[...] Nem comícios, nem propaganda surtiam efeito, só restando aos candidatos o conchavo, a corrupção ou a violência para fazer um eleitor mudar seu voto. As demonstrações de força eram cada vez mais importantes, com o conseqüente desenvolvimento de milícias particulares. O eleitor, para se manter independente deveria defender a si, seus familiares e agregados dos jagunços<sup>40</sup> do partido rival, ou se pôr sob a proteção de um candidato que o pudesse fazer. Estavam lançadas as sementes do “coronelismo”. (Id., Ibid., p. 66)

Mais adiante, Ribeiro (2003, p. 67) descreve o cotidiano de uma eleição do ano republicano de 1889, na qual o “voto de cabresto” era sempre a única alternativa:

[...] No dia da votação, os votantes ‘escolhiam’ diante do padre, no recinto da igreja, os eleitores<sup>41</sup>. Quase todos os homens adultos e empregados podiam ser votantes, entretanto, para candidatar-se a eleitor era preciso ser rico, e os únicos nestas condições no Distrito de Pocinhos eram Padre Pequeno, Floripes Coutinho e Irineu Joffily, restando, portanto, pouca escolha. Além disto, o voto era aberto, a complicar a situação do votante resolvido a apoiar outro eleitor. Em 13 de setembro, dia da votação, o Dr.Trindade decidiu visitar Pocinhos com cinco capangas<sup>42</sup> para ‘fiscalizar’ o pleito. [...]

O jagunço e o capanga eram personagens que se diferenciavam em detalhes mínimos, como visto nas notas de rodapé. Ambos eram subordinados aos senhores que os mantinham fixos, por muitas vezes, em suas próprias fazendas ou redutos. Por outro lado, quando aconteceu a Revolta de Canudos no Estado da Bahia, aqueles que seguiam, protegiam e defendiam o beato Antônio Conselheiro, eram chamados (e por sinal até hoje são chamados)

---

<sup>40</sup> Estes, mantidos permanentemente pelos coronéis, agiam a mando dos seus patrões apenas em situações de contendas ou em períodos eleitorais quando a ação de “persuasão” dos mesmos sobre os votantes era preciso.

<sup>41</sup> Os eleitores, naquela época, não eram aqueles que elegiam, e sim os que eram apontados como candidatos e provavelmente (certamente) eleitos pelos “cidadãos livres”. Eleitores eram candidatos. Quem votava era votante.

<sup>42</sup> Os capangas eram o que hoje chamamos de “segurança” pessoal, pois apenas guardavam (corpo a corpo) e defendiam quando necessitava, a integridade física daqueles políticos que os contratavam temporariamente.

de jagunços. Isso ocorreu naturalmente por falta de uma palavra que se adequasse ao contexto messiânico que justificava religiosos de armas em punho em prol de um líder conselheiro.

O jagunço, anterior à revolta, e fruto conivente do coronelismo, assim como os capangas e vaqueiros, quando colocados em situações irreversíveis frente à justiça, poderiam se tornar cangaceiros na medida em que, ao se refugiarem como nômades no mato, onde não tinham paradeiro, ficavam ainda assim, sujeitos às manipulações daqueles que detinham o poder financeiro e político. Este tipo de cangaço foi o primeiro a ser verificado em nosso estudo – o cangaço dependente<sup>43</sup>.

O João Calangro, robusto, ruivo e sardento, 32 assassinatos, ascendido em 1876 a chefe do antigo grupo de Inocêncio Vermelho, autodenominou-se General Brigadeiro João de Souza Calangro e dominou toda a região do cariri cearense até 1880 aproximadamente. Ele foi um chefe de bando subordinado aos chefes políticos e aos chefes de parentela, ou seja, era subserviente às ordens de coronéis<sup>44</sup>. Era o cangaço subordinado. Entretanto, foram surgindo bandos que, não estavam mais diretamente ligados aos motivos essenciais de seu próprio surgimento, pois ao passar dos anos, não eram mais sobrepujados pelos chefes políticos e chefes de parentela, ou seja, desvincularam-se da seca, da miséria dos retirantes e de quaisquer tipos de ordens, não só se protegiam da polícia como também retaliavam-na e armavam emboscadas. (OLIVEIRA, 1988, p. 55)

Entre o final do séc. XIX e início do séc. XX, já havia no território do Estado paraibano quadrilhas como a dos irmãos Viriato, que saqueavam o alto sertão e limítrofes do Ceará. No Brejo, da Paraíba destacava-se entre outros, o bando de Liberato, invadindo com frequência Alagoa Nova. Jesuíno Brilhante agia em Pombal e em suas intermediações, enquanto Ludgero dominava a Serra do Teixeira. Os Vales do Piancó e do Sabugi eram torrões férteis para surgimento de inúmeros adeptos atuantes inclusive, nas fronteiras vizinhas do Pajeú e Bodocó, no Estado de Pernambuco.

Dessa forma, *cangaço* é considerado como sendo a forma na qual viveram inúmeros homens predispostos às peculiares guerrilhas predominantes na região nordestina até primeira metade do século XX, produzindo território em movimento contínuo, às vezes circularmente, convivendo com o perigo constante e inseridos em ambiente árido onde predominava o uso da força tanto pelos seus asseclas como por parte da volante policial adversária, sempre à espreita. Direta ou indiretamente, o cangaço foi o “motivo” da morte de um sem-número de

---

<sup>43</sup> Também chamado de cangaço subordinado.

<sup>44</sup> Estes eram quase sempre políticos, ricos, fazendeiros, senhores de engenho ou proprietários de grandiosas porções de terras no interior.

nordestinos no decurso de sua trajetória histórica, tanto como por causa como também por efeito.

Entrementes, nem o cangaço, nem o cangaceiro, existiam por si próprios. Outros personagens coadjuvantes figuravam neste verdadeiro faroeste brasileiro.

A polícia, na missão de minimizar ou até mesmo na tentativa difícilíssima de eliminar a ação desses grupos de guerreiros rurais, formava equipes rotativas de dez, vinte, trinta ou mais militares que “navegavam” perigosamente em ambientes grosseiros não só pelo clima, mas também pelas características espinhosas das plantas comuns, formando o que se denominavam de volantes. Coiteiros eram aqueles que davam apoio de quaisquer níveis aos personagens principais. Desde uma simples informação a respeito de uma força policial diligente ao apoio logístico de armamento, dinheiro, comida e abrigo seguro onde os mesmos se arranchavam, constituíam fatores de sustentáculo fundamental para a propagação, organização e perpetuação de um fenômeno social que atingiu dimensão regional. Os coiteiros eram vaqueiros, clérigos, fazendeiros, políticos comprometidos, sertanejos aficionados pelo mito do cangaceirismo, e homens de posse que, a partir da lei imperial que criou em 16 de Agosto de 1831, os títulos da Guarda Nacional, intitulavam-se sob as patentes de Coronel, Capitão ou Major (SOARES, 2003, p. 133).

Existiram três tipos de cangaceiros: o *aventureiro*, cuja perspectiva era apenas experimentar a forma de vida que até então era bastante “admirada” pelo sertanejo; o *justiceiro*, que ao ver-se prejudicado por algum fato corriqueiro que envolvia entre outras situações do “tempo”, a morte de um ente querido, ou humilhação por parte da polícia, perda de terras para Coronéis ou para vizinhos, rebelava-se contra a situação se entregando às armas; e o *facínora*, por sua vez, tornou-se o modelo estereotipado pela maior porção da população civil, pela prática sem motivo de roubos, homicídios, estupros, latrocínios, entre outras.

A transumância é mais um aspecto característico dos cangaceiros, pois ao se agruparem em bandos, usavam o termo “navegação” para denominar suas passagens efêmeras, porém repetitivas, em pontos estratégicos como fazendas ermas, Vilas longínquas, distritos onde tinham seus apadrinhamentos e até em cidades relativamente desprezadas pela justiça, nesse momento, ainda ineficiente.

Vejamos o que Sinhô Pereira, chefe do primeiro grupo que o célebre *Virgulino* fez parte, em entrevista concedida em 23 de julho de 1975, a Macêdo (1975, p. 30), declarou sobre uma de suas navegadas:

- Acontece que eu era habituado, desde cedo, a essas grandes navegações<sup>45</sup>. Lembro-me de uma feita, no sertão, quando saí numa quarta-feira da serra do Catolé (às 16 horas, precisamente), e no dia seguinte, às 8 da manhã, dei uns tiros no pessoal de Zé Saturnino, inimigo de Lampião. Tinha andado, da noite para o dia, nada menos que dezenove léguas.

Por outro lado, falar de cangaceiro pressupõe retomar a dicotômica idéia de “bandido” e de “herói” que vive às escondidas, inculcada no imaginário das pessoas. Ao pensarmos em julgar os cangaceiros sobre suas práticas, a partir do ponto de vista do discurso oficial, caímos em contradição, haja vista que a força policial praticava horrores contra os sertanejos, vaqueiros e coiteiros, onde em determinadas situações alguns deles, logo após ter sofrido alguma injustiça ou perseguição, tornaram-se adversários irreversíveis da polícia. O cangaceiro era, em suma, aquele que oficialmente se destacava na quantidade de agressões cometidas à comunidade rural.

O banditismo por sua vez, tem sido dividido em três vertentes de abordagem: o “bandido social” é aquele representado em sentido figurativo por Robin Hood, sendo, pois, aquele que, definido por sua condição sócio-econômica, rouba dos homens de grandes posses e em seguida distribui a riqueza entre os mais humildes; o ‘bandido de honra’, mencionado por Eric Hobsbawm, o qual se origina da vingança pessoal ou de clãs rivais, surge sob o pretexto no qual o mal se paga com o mal, independente da classe social envolvida; por fim, o “bandido sanguinário” é aquele que não tem adversário claro e definido, visto que o banditismo nesse caso, torna-se um meio de vida para indivíduos que não tem mais chances de empregos ou ascensão social.

A partir da pesquisa produzida, percebemos que o cangaço é uma forma mesclada de banditismo na qual estão ocorrentes curiosamente as três formas de bandidos. Alguns dos bandos envolvidos tinham uma forma (entre as três observadas no parágrafo anterior) que se destacava mais, assim como um membro de dado bando, caracterizava-se como bandido “social”, ora como “vingativo”, ora como “sanguinário”. Amiúde, um cangaceiro esperto podia se alternar entre as três formas, diante de uma dada causa.

## **2.6 – Ofuscando o Lampião e reluzindo os Candeeiros**

### *Cabeleira*<sup>46</sup>

O mameluco Cabeleira (cognome de José Gomes) estreou seu primeiro crime aproximadamente aos vinte anos de idade, em companhia do seu pai Joaquim Gomes, ambos

<sup>45</sup> Navegações eram as visitas feitas às povoações, Vilas, distritos, cidades, fazendas, coitos e locais ermos.

<sup>46</sup> Ver Távora, 1876.

unidos ao negro Teodósio, com o qual formaram um trio inicial que alcançou já em 1773, grande fama de desordens e crimes na província de Pernambuco, desde o sertão ao litoral. (TÁVORA, 1876). Entre parnaíbas, clavinotes, facas, chuços e pistolas, exportaram terror às terras paraibanas por meio do povoado vizinho de Goiana-PE, onde, a partir do qual

percorriam, não já somente a província donde eram naturais, mas Paraíba e Rio Grande do Norte em todas as direções sem maior perigo, porque, quando as justiças os perseguiram, êles achavam sempre perto de si um refúgio amigo onde se acolhiam, e se aí eram buscados, como muitas vezes aconteceu, resistiam, ajudados por seus iguais com tanta energia e denôdo que sempre a vitória ficava de seu lado. (*Idem, ibidem*, p. 69)

Numa de suas grandes altercações, assassinou seu contendor Liberato, os seus dois filhos Ricardo e Sebastião e ao genro Vicente, bem como aqueles que a estes últimos se juntaram em torno desta empreitada fatal. Por causa de várias desditas desencadeadas em solo pernambucano, fez-se ocorrer movimentações que *n'a região litoral da província, desde Alagoas até Paraíba, estava separada por cordão sanitário, formado pelas milícias volantes dos diferentes distritos rurais.* (loc cit., p. 108)

Dizia-se que, tomando para o norte, atravessara o Capibaribe e ganhara a ribeira do Pilar do Taipu, na Paraíba, a qual muitas vezes percorrera, tendo-a deixado coberta de cadáveres e ruínas. (TÁVORA, 1876, p. 108)

José Gomes foi natural da atual cidade de Vitória de Santo Antão – PE, do lugar Glória do Goitá onde passa o rio Tapacurá. Os principais homens deste bando foram Ventania, Maracajá, Jurema, Jacarandá, Gavião, o estrábico José Trovão, Manuel Corisco (ou Corisco) e Miguel Mulatinho.

O seu duelo final foi travado próximo a Goiana com o capitão-mor Cristóvão de Holanda, o qual prendeu em 1776 o famoso bandido e o levou preso à corte, representada pelo então governador Henrique Luís. Foi levado à forca juntamente com o seu pai e Teodósio em praça pública da capital Recife-PE.

O cancionero popular de O Cabeleira reforça o explícito diálogo que o bandido tinha com os seus entes familiares, mesmo nas horas de desatino.

Fecha a porta gente  
Cabeleira aí vem  
Ele não vem só  
Vem seu pai também

Meu pai me pediu  
 Por sua benção  
 Que eu não fosse carola  
 Fosse valentão

Minha mãe me deu  
 Contas para rezar  
 Meu pai deu-me faca  
 Para eu matar

Certa vez, preso num partido de cana, recria-se o solilóquio afetivo entre pai e filho:

Meu pai me chamou  
 Zé Gomes, vem cá  
 Como tens passado  
 No Canavial?

Responde o Cabeleira ao pai:

Mortinho de fome  
 E sequinho de sede,  
 Só me sustentando  
 Em caninha verde.

Lá na minha terra  
 Lá em Santo Antão,  
 Encontrei um homem  
 Feito um guaribão,  
 Meti-lhe a espingarda  
 Foi pa, pi, no chão.

Pergunta ainda o pai Joaquim Gomes ao seu filho José Gomes:

- Como foi que te prenderam?

José Gomes, o Cabeleira, responde em verso:

Eu me vi cercado  
 De cabos tenentes  
 Cada pé de cana  
 Era um pé de gente.

Levado à forca, Cabeleira se despede de todos assim:

Adeus, ó cidade  
 Adeus, Santa Antão  
 Adeus, mamãezinha  
 Do meu coração.

*José de Barros*<sup>47</sup>

Próximo ao final do período monárquico, D. João VI nomeia Luís do Rego Barreto como governador da área que corresponde atualmente ao Estado de Pernambuco, como forma de agraciamento pela grande liderança deste na repressão à Revolução de 1817. Este mandato foi responsável também pelo massacre imposto aos sebastianistas reunidos na Serra do Rodeador, em Bonito – PE (1821). Naquela época, já era possível notar a formação de vários grupos armados (pequenos e numerosos) atuantes em desordens nas áreas que abarcavam não só as terras pernambucanas, mas também as capitaniadas terras vizinhas e circunvizinhas. A administração central promoveu cruenta perseguição aos grupos desordeiros denominados geralmente de “facinorosos”.

Um desses grupos era liderado por José de Barros, o qual ganhou do governador-geral o cognome de o “Tigre do Sertão”. Agia salteando terras de Alagoas, Bahia, Pernambuco, Paraíba e Ceará. Foi com o esforço cooperativo combinado entre estes governadores que se iniciou uma empreitada sem tréguas com o desígnio de pôr termo a este conjunto de salteadores que iniciaram seus males em 1819 com o ataque à propriedade do Alferes Manoel Lopes da Conceição, em Jacobina-BA.

Em março de 1820 o bando já agia no sul do Ceará com aproximadamente 200 homens. Em setembro do mesmo ano se intensificaram as perseguições em torno deles no sentido de cercar num raio de 140 quilômetros as redondezas de Flores-PE. Enquanto este cerco se formava com tropas oriundas das capitânicas citadas, salvo a da Bahia, os *facinorosos* estavam descansando próximo a Vila de Sousa-PB. Quando foi feita diligência policial nesta localidade, os mesmos já tinham se evadido para o Ceará. Das terras cearenses, empreenderam passos em destino aos limites do oeste nordestino.

Após ter pousado em Crateús, já no Piauí, o “Tigre do Sertão” segue rumo a Vila de Marvão (Castelo do Piauí) com 16 homens em sua companhia. Escapam da perseguição incumbida ao Capitão-Mor Vicente da Rocha Araújo e mobilizam mais uma fuga para o Maranhão, já com seus bando bastante reduzido em virtude da dispersão indômita dos cangaceiros debilitados. O pelotão do Marvão percorre mais de 400 quilômetros até que encontram uma pista que fazia distância temporal de três dias em relação aos perseguidos, que por sua vez já estão acoitados e instalados nas terras do Coronel Francisco Alves Dias Carneiro, na Vila de Caxias do Maranhão. Enquanto tudo isso acontecia, o Capitão Mor Francisco Alves de Castro havia saído da Vila cearense de Inhamuns (jucás) e desde as

---

<sup>47</sup> Ver Oliveira, 2002.

margens do Rio Parnaíba (divisa entre Piauí e Maranhão) peregrinaram até chegar em Caxias-MA.

Em 16 de outubro de 1821 os cearenses de Inhamuns cercam a referida propriedade maranhense e dão voz de prisão ao “Tigre maléfico”. Reagindo com pistola, faca e espingarda, o José de Barros sofre tiro mortal que acabava finalmente com os seus dias de ilegalidade.

Os sobreviventes foram presos e recambiados para a Bahia onde foram punidos rigorosamente dentro da lei: julgados e sentenciados. (OLIVEIRA, 2002, p. 86)

### *Guabiraba*<sup>48</sup>

A primeira vez em que a família Guabiraba se envolveu em luta homicida foi com as autoridades da Vila de Teixeira, na Paraíba. Os irmãos Guabirabas, associados aos Dantas e Cavalcanti Ayres, deram-se às armas no final da década de 1840 por causa de uma investida na qual Cerino Guabiraba foi morto à peixeira pela polícia de Teixeira. Num dos combates entre estes rivais, foi preciso a intervenção pacificadora do Padre Vicente quando apresentou aos lutadores uma imagem erguida de Jesus crucificado como último recurso. Aproximadamente no final da década de 1880 já era declamada pelos poetas populares uma história em versos do A. B. C. dos Guabirabas. (BENÍCIO, 1899, p. 108) Destacamos aqui dois quartetos de tal poema:

Ajuntem-se mulheres, velhos,  
Rapazes, moças solteiras,  
Que eu quero contar um caso  
Que sucedeu no Teixeira.  
[...]  
O delegado de lá,  
Foi prender um Guabiraba,  
Por via desta prisão,  
Quasi o Teixeira se acaba.  
(*autoria de Romano, improvisador ambulante de cantigas*).

Quando Antônio Conselheiro adentrou peregrinando em terras paraibanas, ... *avessando os Cariry Velhos... em 1887 rodeado de todo o seu prestígio e numeroso bando, no município de Cabaceiras ao pé do Rio Parahyba, arranchado no povoado do Boqueirão [...], foi mencionado por Benício (1899) entre os acompanhantes do velho beato, a presença do temível Guabiraba:*

---

<sup>48</sup> Ver Benício, 1899.

[...], o mais terrível cangaceiro que já pisou no domínio da serra do Teixeira, alimpa e azeita os cangaços que brilham ao sol, como água quieta. À proporção que as armas – faca pasmado, pistola e clavinote de bocca de sino – ficam limpas, as vai collocando sobre um tamborete tosco. (BENÍCIO, 1899, p. 106)

Os maiores rivais dos Guabirabas foram os Liberatos – grupo de homens em torno do delegado Liberato de Carvalho Nóbrega. Em dada ocasião, o irmão de Liberato o liberta da cadeia sob o auxílio de uma enorme força de 50 cangaceiros. Este episódio se deu depois que Liberato foi substituído em sua função de lei pelo chefe político e fazendeiro Ildfonso Cavalcanti Ayres, o qual se tornou perseguidor daquele. Esta troca de pessoas no posto de autoridade de justiça era consequência da ênfase política do Partido Liberal com o qual os Dantas e os Cavalcanti Ayres andavam de braços dados na Vila de Teixeira – PB. Assim como a política era policial, a polícia também deveria ser política, pois até os desmandos eram ofuscados e legalizados de acordo com quem regia a política e/ou a polícia.

Por volta de 1830, na região de Teixeira, Batistão (pai de Antônio Silvino) já era associado com sua descendência aos *Cavalcanti Ayres* (e por consequência aos *Dantas*) na luta de parentela com os Conservadores *Carvalho Nóbrega* e os *Batistas*. Manoel Batista de Moraes<sup>49</sup> (ou Né Batista) defende ao final do século XIX a família Ayres, a exemplo do que fez seu pai em toda a vida, só que neste período os Ayres já eram rivais dos Dantas, pois estes eram os responsáveis pela morte do patriarca Ildfonso Ayres.

### *Jesuíno Brilhante*<sup>50</sup>

Jesuíno Alves de Melo Calado era filho de José Alves de Melo Calado e Alexandrina Brilhante de Alencar, irmã do famoso cangaceiro José Brilhante, vulgo Cabé (1824 – maio de 1877). Nasceu potiguar no mês de março de 1844, no Sítio Tuiuiú, a quase uma légua da povoação de Patu, a qual se tornou Vila em 1890 e cidade em 1936. Aos 25 dias de dezembro de 1871, com 27 anos de idade, torna-se homicida em dia de natal, ao descobrir que sua cabra roubada do Tuiuiú tinha sido saboreada pelos Limões, família temida pelo grande número de homens violentos. A vítima foi Honorato Limão, que se gabara do roubo e da surra sofrida por Lucas Brilhante, irmão de Jesuíno.

Decretada a guerra entre os clãs, tiveram os *Limões* do Camucá a proteção dos *Lobatos* de Brejo do Cruz – PB e dos *Lôbos* de Catolé do Rocha – PB. Ficando os *Calados* (ou *Brilhantes*) do Tuiuiú sem proteção política ou policial, perdem o seu membro familiar José

<sup>49</sup> Vulgo Antônio Silvino, em homenagem ao grande latifundiário teixeirense Silvino Ayres.

<sup>50</sup> Ver Teófilo, 1972.

Ferreira Calado (irmão de Jesuíno), no ataque promovido ao sítio Cajueiro, outrora pertencente ao cangaceiro Cabé Brilhante.

Após o último ocorrido, os Brilhantes mudam morada para o sítio Boa Vista, já com remanescentes do bando do tio de Jesuíno, inclusive com a presença marcante do Manuel Pajeú.

José Limão, conhecido por Prêto Limão (nome de excelente repentista da região), tornou-se soldado de polícia com o objetivo especial de retaliar a todos os protegidos por Jesuíno. O Coronel Valentim Lobato apoiou Limão na invasão ao Tuiuiú, ocasião esta na qual foi morto Lúcio Monteiro, cunhado de Jesuíno, maltratada a mulher deste e conduzidos à cadeia de Pombal-PB o pai José Alves e o seu filho Lucas Brilhante. Depois deste fato, Jesuíno esconde sua companheira Maria com os filhos e munição em esconderijo de pedra situado no sítio Cajueiro (ao pé da serra), reúne o grupeto formado por Manuel Pajeú, José Antônio (Padre), Benício, Antônio Duó e Manuel de Ló, além de outros e enfrenta a força policial amparada pelos Agapitos que estava estacionada no local Gravatá-de-Cima. Desfechada a escaramuça e dispersada a força estadual, segue com oito cangaceiros ao destino de Pombal, que fora atacada na madrugada de 19 de fevereiro de 1874, soltando o pai, o irmão e mais 42 detentos, alguns dos quais o seguiram em companhia nas andanças que não parariam mais. Essa ousadia aconteceu de forma semelhante quando este mesmo bando, em outro momento crástico, soltou 43 presos da cadeia pública de Campina Grande - PB.

Em 30 de agosto de 1876 o delegado João Ferreira de Oliveira e mais 15 soldados recebem o bando de Jesuíno na cidade de Imperatriz-RN, com tiroteio que durou mais de uma hora. O objetivo dos invasores era buscar uma moça depositada na casa de Porfírio Leite Pinho e matar um dos entes dos Limões que estava na cadeia pública daquela localidade. O Presidente da Província do Rio Grande do Norte, o Dr. Antônio dos Passos Miranda registrou em sua Fala de 17 de outubro de 1876, o sucesso da tropa estadual que expulsara os invasores. Nessa investida se acrescentaram aos já citados os nomes João Delgado (inseparável e fiel amigo), Lucas, João Alves, os dois irmãos de “Padre”, Antônio Simplício, Manuel Piri e o escravo José, rastejador inigualável.

Em 1877 várias aventuras se sucederam: assaltos aos comboios, saques aos trens carregados de víveres para doação aos famintos sertanejos, montagem de armadilhas para seus perseguidores, além de fugas esporádicas e embates vitoriosos na pedra do pé-de-serra (Casa de Pedra). Jesuíno ficou também afamado por suas boas maneiras ao tratar donzelas e mulheres “mexidas”. Foi de sua autoria os abates aos perigosíssimos bandoleiros Luís Viana (da Paraíba) que tinha o currículo de violentador terrível para com todas as mulheres com as

quais se engraçasse, e ao negro Curió (do Rio Grande), tendo este último como preferência as viúvas e as mulheres cujos esposos estivessem ausentes.

A História de Jesuíno enche até hoje a literatura de cordel com seus feitos românticos e suas histórias dotadas de cortesia e respeito ao menos favorecidos. Como era de costume entre os “cabras”, as batalhas deveriam ser acompanhadas de risos, xingamentos e cânticos de distração com os quais desprezavam estrategicamente as retaliações adversárias. Era de sua predileção a canção corujinha:

*Curujinha que vida é a tua?  
Bebendo cachaça, caindo na rua?  
Isto é bom, Curujinha?  
Isto é bom? (CASCUDO, 1972, p. 102)*

Já o seu cavalo *Exaltação* (ou “Peixe Branco”, segundo alguns), era de tino aguçado capaz de recuar quando pressentia arapucas armadas por tropas policiais ou paisanos. Em lutas, tanto corria admiravelmente como saltava cercas de pedras e ainda soltava coices e patadas caso fossem precisos.

Em meados de 1879, como era de costume, Jesuíno foi a Mossoró comprar gêneros alimentícios, ocasião na qual teve a coragem de passar de frente à residência do Juiz de Direito Manuel Hemérito Rapôso de Melo. Por causa desse atrevimento, houve tiroteio com a soldadesca ativada às pressas nas margens do rio, ficando um dos seus cabras ferido e logo tratado no lugar Sant’ Antônio pelo farmacêutico Manuel Duarte Vieira.

Jesuíno odiava tanto seus antagonistas que arruinava todos os limoeiros que encontrava pela frente. Também arrumou intrigas com a família Suassuna, do sertão paraibano (Catolé do Rocha) com o qual fazia limite Patu e outras adjacências do Rio Grande do Norte. Esta família articulou bandos armados em vão na tentativa de sucumbir ao Jesuíno e aos seus camaradas.

Em dezembro de 1879, nas águas do riacho de Porcos, município de Brejo do Cruz – província paraibana, Jesuíno foi atingido no peito pelo cabo Preto Limão que estava à espreita em companhia dos seus praças com o desígnio de terminar os dias cangaçais do inimigo tradicional. Agonizado e carregado pelos últimos fiéis, morre no caminho do lugarejo *Palha* no qual foi sepultado. Os outros amigos se dispersaram e não mais integraram a aliança dos Brilhantes. Depois da morte do grande cangaceiro-chefe, eram declamadas várias quadras que abordavam a vida de heroísmo e periculosidade na qual se embrenhou o mesmo, tal qual esta:

*Já mataram Jesuíno,  
Acabou-se o valentão!*

*Morreu no campo da honra,  
Sem se entregar à prisão!* (CASCUDO, 1972, p. 102)

### *Adolfo Meia Noite*<sup>51</sup>

Adolfo Rosa Meia Noite nasceu na Vila de Varas<sup>52</sup>, filho de Riqueta, filha do londrino *Richard Breitt* ou *Ricardo Brito*, como era conhecido pelos habitantes daquela comunidade. Riqueta era cunhada de um paraibano advindo de Malta, conhecido como Florêncio, o qual casou-se com Carolina (filha do inglês Richard). A história de Adolfo começou quando ele foi preso e espancado<sup>53</sup> na cadeia pública da então cidade de Ingazeira pelo subdelegado Padre<sup>54</sup> Quaresma pelo fato de ser Adolfo o galã da localidade. Foi fichado como ladrão de cavalos. O seu irmão Manoel José e um parente chamado Manuel Piauí o libertaram da prisão onde houve a vitimação do referido comissário de polícia por disparos de granadeiro e balas de azelha de tacho construídas pelo próprio autor do atentado - Adolfo. Em seguida, fugiu para Malta-PB onde havia parentes do seu pai. Sabendo ali das perseguições que a sua parentela sofria por partes dos policiais e dos paisanos que se achavam a serviço dos coronéis, foi configurada a primeira formação de seu bando, que se dirigiu de volta a Varas para realizar represálias aos seus inimigos representados em sua maior expressão pela família Quicé encabeçada por Praxades José Romeu, o promotor João da Luz e seu capataz Clemente Simão. Integraram-se ao bando Adolfo, Manoel, Nobelino<sup>55</sup>, Cabeça Chata, João Cagado e outros. A partir desta empreitada, a família se valeu do trabuco, sendo Adolfo o chefe de temidos cangaceiros que já dominavam todo o Pajeú na passagem da grande seca (1877-1879). Entre estes se destacavam *Oiticica* – tombado em combate contra os Quicés do sítio Tamanduá – , *Manoel do Gado* (marchante) e *Almeida*<sup>56</sup>, o qual chegou a matar um primo no sítio Extrema apenas por questão envolvendo uma rapadura.

Após fracasso na tentativa de assalto à fazenda Cacimba Nova, ainda em Pernambuco, o grupo seguiu para grande batalha travada na fazenda Cambão, pertencente ao velho Antônio Bernardo, que se quartelava com sua prole, onde houve perda para ambas as partes, inclusive o genro do mencionado fazendeiro. A partir desta data, a família Dantas<sup>57</sup> se uniu a esta outra

<sup>51</sup> Ver Freitas, 1994.

<sup>52</sup> A povoação de Varas, pertencente ao município de Afogados de Ingazeira - PE, foi fundada em 1833 pelo Capitão Francisco Barbosa da Silva depois de erguida capela (1833-1837).

<sup>53</sup> Adolfo sofre das mãos do Tenente Paiva uma pisa de vinte lapadas com vara de espichar couro.

<sup>54</sup> Não se sabe até hoje por que Quaresma tinha este tratamento, pois não tinha relações diretas com a Igreja.

<sup>55</sup> Nobelino se destacava pela coragem e perversidades incomuns. Quando atirava em alguém que caísse vivo, antes de desfecho de misericórdia vinha a seguinte frase: “Te lembrás do nome de Nobelino”.

<sup>56</sup> Almeida foi sucumbido pelo próprio punho de Adolfo por motivo de traição.

<sup>57</sup> Família paraibana de grandes lutas com a qual se envolveu a família Aires da Serra do Teixeira, na Paraíba.

e, auxiliados por Antônio Catolé<sup>58</sup> - grande conhecedor dos costumes dos cangaceiros e, além disso, assalariado pelas famílias inimigas de Adolfo Meia Noite, rechaçaram com grande fereza os passos do bando. Houve ainda pelejas no Riachão, na serra do Brejinho, na serra do Jambre, depois das quais Adolfo perdeu vários homens. O maior de todos os combates se deu na Cacimba de Varzinha onde o mesmo perdeu treze cabras, entre os quais Manoel do Gado.

Ao cruzar a Borborema, na Paraíba, Adolfo e seus irmãos nunca mais voltaram a Pernambuco: tentaram se recolher em lugar ermo na Serra do Teixeira, mas os inimigos jamais lhe dariam guarida. A família Dantas como já era de influência política na Província, recebeu carta branca do chefe da polícia e até numerosa força sob o comando do Tenente Jurubebal. Estes cercaram sua morada às oito horas da noite fazendo “bala roncar” até duas horas da madrugada. Nessa ocasião morreram os irmãos de Meia Noite e vários homens da tropa policial como também civis da força particular dos Dantas. (FREITAS, 1994, p. 43-59)

Adolfo só foi morto em enfrentamento à polícia paraibana por que uma pessoa de sua confiança o traíra, delatando todos os seus costumes e artimanhas no manejo do seu graneiro<sup>59</sup> ao delegado de Patos-PB. Foi morto em Malta deixando duas filhas, das quais se deram numerosos descendentes: *Rosa*, que foi por toda vida habitante maltense, e *Dinamérica* que foi morar em Campina Grande-PB.

### *Rio Preto*<sup>60</sup>

Citado por Sobrinho (2002), foi mais um destemido cangaceiro oriundo do Vale do Teixeira, na Paraíba. Agindo não só nesse Estado, mas como nos respectivos estados vizinhos, *Rio Preto* espalhou terror por onde passou com seu bando numeroso. Foi mais um fruto áspero que nasceu entre os cactos espinhosos do sertão nordestino, inclusive remanescente do grupo de Jesuíno Brilhante.

Em reportagem publicada n’O NORTE, o jornalista Hilton Gouveia retrata algumas particularidades sobre a vida deste bandoleiro. Vejamo-la:

Alto, musculoso, de queixo pontiagudo e braços longos à maneira dos símios, Rio Preto espalhava o terror pelos sertões do nordeste, com sua inigualável malvadez e agilidade. Imitava perfeitamente o

<sup>58</sup> Foi criminoso e era protegido da família Lopes da fazenda Dois Riachos. Trabalhou também para a família Bernardo. Após a expulsão de Adolfo para a Paraíba, regenera-se ante a lei, mas volta a cometer novos crimes. Foi morto por um soldado no Sítio Quixaba.

<sup>59</sup> Esta arma mesmo sendo ronqueira, era perigosíssima, sendo seus cartuchos fabricados e cortados a dente pelo próprio atirador. Levava sessenta caroços de chumbo grosso e duas balas. Não existia espoleta. O tempo para carregamento era de mais ou menos três minutos devido ao trabalho que se tinha em empurrar com o pé da vaqueta e passar a escova. Tudo isso daria apenas um tiro.

<sup>60</sup> Ver Sobrinho, 2002.

relincho de um jerico. Muitos juravam que o preto tinha parte com o demônio: quando a contenda esquentava, ele estourava e desaparecia no ar.

Certa vez o bandido encontrou uma mocinha à saída da Vila do Teixeira na Paraíba e tentou convencê-la a seguir seu bando para torná-la sua mulher. A donzela resistiu. Fez cara de nojo e cuspiu na cara do crioulo. Em represália, Rio Preto ordenou aos seus asseclas em número de 30, que se servissem da mocinha. Em seguida, abriu o ventre da moribunda, encheu-o com terra, costurou-o e deixou-a morrendo lentamente. [...] (*Apud* SOBRINHO, 2002, p. 121)

Em uma de suas noites obscuras de desassossego foi cercado pela polícia paraibana, com a qual desfechou tiroteio incansável. Amanhecendo o dia, o bandido foi capturado com clavina e faca em punho. Com a perna direita fraturada por um tiro de rifle, foi conduzido ao porão de um prédio em Teixeira, onde funcionava a cadeia pública. Depois de pagar por apenas seis meses pelas diversas atrocidades que cometera, consegue fugir ao aproveitar o ensejo no qual uma escada foi colocada para escapatória de um outro bandoleiro que naquele dito recinto se encontrava. Nesta ocasião, já curado do ferimento, espeta um sabre em um dos soldados e em outro investiu uma cacetada que o prostou semimorto ao solo.

Foi morto pela família *Leite* que vivia em seu encalço desde que este tinha lhes praticado o seguinte mal: matou o fazendeiro Chico Leite e violentou a viúva. Os dois filhos do ricaço juravam vingança sobre a desdita dos pais, mesmo sacrificando as adolescências de 16 e 18 anos de idade.

Num dos retornos que o seu bando fez, advindo do Rio Grande do Norte, pernoitou numa fazendola na serra paraibana do Teixeira. Acordado com o estalado de galhos secos e inquietude dos galináceos, foi abordado pelo gosto amargo de um *Leite* azedo do qual jamais quis sentir o sabor.

O cangaceiro-chefe foi surpreendido por componentes da turma dos *Leites* que desencadearam dois disparos certos na altura do peito esquerdo. Próximo ao local da cena citada já havia dois pangarés intranquitos carregando em seus dorsos dois mortos (ex-sentinelas) da facção facínora de Rio Preto.

### *Minervino*<sup>61</sup>

Tornou-se cangaceiro no sertão da Paraíba por influência de seu tio Ildelfonso Ayres, o qual se utilizava do sobrinho para obtenção de poderes. O principal motivo para que o mesmo seguisse o caminho sem volta do cangaço foi o ataque a uma fazenda de Teófilo Marinho nas terras da Serra do Teixeira. Após esse ataque, Minervino assumiu autoria ao lado

---

<sup>61</sup> Ver Oliveira, 1988.

de Manoel Paisano, Pedro Cocada, Tempestade e Pilão Deitado. Estes últimos já tinham fama por aquelas bandas.

Ele e seus cangaceiros assaltavam comboios e saqueavam Vilas até que foram mortos pela Polícia. A rigidez com a qual comandava seus subordinados era conhecida entre os bandidos daquele setor. De acordo com Oliveira (1988), eram feitos testes de seleção para ingresso de “recrutas”:

Tinha uma disciplina férrea com a qual subjugava os seus comandados e estes eram escolhidos dentre os melhores bandidos da região. Realizava os seguintes testes para aceitar novatos:

- a) o candidato tinha que ter coragem, para isto devia segurar na cabeça uma laranja e colocar-se a cerca de vinte metros a fim de que ele a partisse com um tiro de rifle;
- b) o candidato tinha de colocar dois tiros num buraco aberto por um tiro, numa folha de palmatória, esta prova era realizada para determinar a habilidade do candidato com o rifle. (OLIVEIRA, 1988, p. 62)

### *João de Banda*<sup>62</sup>

João era filho dos cônjuges Manuel Rodrigues de Banda e Maria, filha de Antônio Virgínio. Era oitavo-neto do Capitão-Mor das Pinharas *Theodósio de Oliveira Lêdo*, do qual herdou liderança marcante frente aos comandados. Do consórcio amoroso de seus pais nasceram Antônio de Banda, João de Banda, Francisco de Banda, Manuel de Banda, Maria Emília de Banda, José Rodrigues de Banda, Elisa Maria de Jesus de Banda e Pedro Rodrigues de Banda.

Desta geração, João foi quem experimentou a vida no cangaço, integrando-se ao bando do famoso Antônio Silvino quando ainda era muito jovem. Seus contatos iniciais com o referido se deu no Sítio Malhadinha, pertencente ao atual Município de Boa Vista-PB.

João de Banda se dedicou por muito tempo à perseguição do maior rival civil de Antônio Silvino: tratava-se do Sr. José Pereira de Couto, o qual chegou a montar um grupo particular na cidade da Soledade-PB, tanto em prol de sua defesa como por intenção de repressões ao grupo antagonista por meio de tocaias. Uma dessas cenas pitorescas foi sugerida no livro *Malhada das Areias Brancas: Morava José de Couto (José Pesão) no sítio Juá, depois em Malhada da Areia e, afinal, em Cabaças. Num sábado, de Santa Luzia, 13 de dezembro, pelas 10 horas da manhã, riscava uma inesperada comitiva, cercando-lhe a casa. Eram: Antônio Silvino, João e Chico de Banda e outros.* (FILHO, 1974, p. 94). Em todas as

---

<sup>62</sup> Ver Almeida, 1978.

passagens pela comunidade soledadense, era declamada pelos membros daquele bando a seguinte sextilha:

Ao Sr. José de Couto  
Mandarei uma embaixada madura.  
É homem que me persegue.  
Não tem a vida segura,  
E não tem dia nem hora  
Para lhe quebrar a rapadura.

João tornou-se braço direito de Antônio Silvino até meados do ano de 1908, porém diante de sua índole muito agitada foi expulso da tropa cangaçal. Em 07 de maio de 1978, o jornal *O Norte* reimprime (sob a supervisão de Edvanda Cândido e J. Victor) no seu terceiro caderno uma cópia *ipsis literis* de um artigo publicado pela primeira vez em 10 de julho de 1908, de lavra do Sr. Paulo Queiroz, no qual era mencionado o desligamento de João de Banda do seu primeiro grupo: “*Entre os dispensados consta estar João de Banda, pretextando o chefe para a sua dispensa ser ele muito arengueiro. Para o lugar de João de Banda, entrou um sujeito das circunvizinhanças de Alagoa de Remígio*”. Com o desfecho inesperado de sua união trincada com o “Governador do Sertão”, João reúne alguns conhecidos e remanescentes do outro grupo incorporando-os a um novo grupo, inclusive com a presença do pocinhense *Zé Né*. Alguns de seus irmãos o seguiram na vida errante inclusive depois de sua indiferença com o chefe inicial, mas com o tempo tiveram que migrar alguns para o Estado do Ceará enquanto que as suas irmãs se recolheram à cidade de Areial-PB. Contudo, havia o detalhe da separação definitiva de duas facções distintas que a polícia paraibana não conseguiu vislumbrar. Como o grupeto de João era encarado como um subgrupo de Antônio Silvino, as coerções por parte dos soldados eram dirigidas também aos consangüíneos de João como se fossem membros do outro:

A maior parte dessa família foi forçada a emigrar para o Estado do Ceará, em virtude de pressão, ou melhor, da perseguição por parte das Forças Legais que percorriam a região, em tropelia, perseguindo Antonio Silvino. (ALMEIDA, 1978, p. 365)

Em 1909 João de Banda acampou em Pocinhos-PB na praça ao lado da igreja matriz. Sua estadia breve, assim como era a de seu ex-chefe Antônio Silvino, não eram de meter muito medo no povo, pois já tinha se adaptado com o passar dos anos ao estilo de agir apenas quando fosse preciso. Como suas passagens eram comuns nas proximidades do perímetro urbano, principalmente na Fazenda *Cabeça do Boi* de Cristiano Lauritzen, o subdelegado João

Rodrigues não tomou providências no sentido de evitar medida de forças. Como a cidade era pacata assim como seus cidadãos, era de bom senso esperar passar essa cena atípica. Contudo, aconteceu de João de Banda e seus cangaceiros arrumarem forró de frente à matriz, em pleno horário de missa do intranquilo Cônego José Paulino. Ao se digladiarem verbalmente, por reclamações do pároco, João de Banda o ameaça de morte. Essa afronta provocou ao final do mesmo ano, o afastamento do Reverendo (a pedido) para a cidade de Arara-PB, sendo em seguida acariciado por D. Adauto com o título de monsenhor. Em 28 de julho de 1910, o Padre Antônio Galdino, sobrinho do Monsenhor Sales, foi nomeado pároco de Pocinhos. (RIBEIRO, 2003, p. 77)

O que se sabe sobre o fim dos dias de João de Banda é que o mesmo fora se evadir, como era de costume para os cangaceiros nordestinos a exemplo de Sinhô Pereira e Luís Padre, no Estado de Goiás.

### *Chico Pereira*<sup>63</sup>

Francisco Pereira Dantas nasceu e se criou na fazenda Jacu, localidade de Nazarezinho, município de Sousa-PB. Maria Egilda era a sua mãe e o Coronel João Pereira o seu pai. Seus irmãos eram Aproniano, Abdias e Abdon – acadêmico de medicina<sup>64</sup> no Rio de Janeiro. Luís Vaqueiro era o mano de criação e os *Fernandes* se ligaram à família por amizade quase fraterna através de João e Nobilino, ambos residentes muito próximos ao solar dos *Pereiras*. O convívio familiar era formado pelos nomes citados. Infância feliz e tranqüila antecessora a um homem feroz que haveria de se confirmar durante seis anos diante da reparação à violência sofrida pela vida paterna!

O pai de Chico foi assassinado no dia 11 de setembro de 1922 em decorrência de provocações feitas por Zé Mutuca, Chico Dias, Campineiro e Zé Dias que, andando explicitamente armados, desrespeitavam propositalmente a recente lei de desarmamento implantado no povoado de Nazarezinho e estendida à propriedade de São Gonçalo, onde havia a construção do açude que represaria águas do Rio Piranhas, obra encomendada pelo Presidente paraibano Eptácio Pessoa<sup>65</sup> e executada por empresa norte-americana. Dessa hecatombe, saíra vivo somente o agressor Zé Dias, fugido e protegido da polícia partidária à família *Rocha*. O sítio São Gonçalo pertencia ao adversário político dos *Pereiras*, o Sr. Delegado João Rocha. Este foi indenizado pelo governo para a transformação do ambiente

<sup>63</sup> Ver Nóbrega, 1961.

<sup>64</sup> Devido às intempéries sofridas por sua família, abandona o curso e retorna enfermo de tuberculose para Jacu. Morre nos braços da mãe depois de passar por grandes dificuldades financeiras longe dos familiares.

<sup>65</sup> O nortista tinha criado a IFOCS transformada posteriormente no DNOCS.

seco em reservatório de autonomia admirável para aquela época. Mais de mil pessoas vindas de todas as bandas do Nordeste para servir de mão de obra se aglomeravam no trabalho exaustivo que já mudava rapidamente a paisagem daquele interior. A política era colocada em cada fato acontecido no local e a violência que já era comum em dias de feira, traçava uma estatística assombrosa em função das brigas, facadas e homicídios que ocorriam em meio ao ambiente de trabalho regado aos goles de aguardente. Por isso se criou a lei de desarmamento, porém o detalhe é que apenas João Pereira, imbuído de tal papel, ficou responsável por esta observação. Daí veio a desconfiança de que a morte do mesmo foi premeditada, articulada, planejada. A responsabilidade de tal ato decaía naturalmente sobre os *Rochas* ou provavelmente na pessoa do Sr. Otávio Mariz, acusado pela sabedoria popular. Entretanto, nada se provou. Zé Dias foi preso por Chico Pereira que tinha pedido ordens ao Major Genuíno Bezerra para exercer tal papel, já que a própria polícia se dizia incapaz para tanto. Qual não foi a surpresa de todos, em uma semana Zé Dias já estava solto novamente...

Naquele ambiente em que o código de honra era algo indiscutível, Chico Pereira não agüentaria topiar amistosamente em alguma esquina com aquele que matou seu pai. Caso não reagisse, estaria desacreditado diante de seus conterrâneos. O ambiente era pequeno demais para os dois. Mesmo desobedecendo aos pedidos do pai moribundo, o qual indesejava o desfecho de vingança aos seus entes queridos, tocaiou Zé Dias no dia 12 de outubro de 1923.

Foi assim que chegou à casa, já de noite. Vinha cingido de duas cartucheiras: uma, do revólver que trazia na cintura. Outra, do rifle que tinha na mão. Ainda um punhal enorme e dois bornais a tiracolo, cruzando-se sobre o peito. Somente um era de bala. O outro de alimentos. Na cabeça, um chapéu de couro, quebrado na testa. (Assim viveria de agora em diante.) E, por baixo de tudo isto, estava a roupa de luto. E, lá dentro, um rapaz de vinte e três anos. Assassino. (NÓBREGA, 1961, p. 25)

Muitos abraçaram a sua causa na formação do bando que capitanearia em pouco tempo, pois os desafetos d'os *Dias* e *Mariz(es)* se armaram sob o pretexto de defesa e na intenção de ofensas. Em prol de Chico Pereira lhe prestaram socorro tão logo os cabras Chico Américo<sup>66</sup>, o forasteiro cearense Lenço Prêto<sup>67</sup>, Paizinho que “matava rindo”, Bom-de-Vera, Tibúrcio (segundo o próprio, era abençoado por “meu Padim Ciço” para bala nenhuma entrar nele), Vicente de Bela<sup>68</sup>, diversos soldados desertores e por último Manuel Mendes que assim se apresentou:

<sup>66</sup> Inimigo de Otávio Mariz de longas datas.

<sup>67</sup> Tinham-lhe matado o pai no Ceará e por isso tinha matado uns três. Andava procurando um bando para se socar.

<sup>68</sup> Segundo alguns que com ele conviveram, tinha o dom de desaparecer (“de se encantar”) com rezar forte.

- Eu soube que vocês estão em questão com aquele povo e vim me oferecer para cabra. Matei um homem para as bandas de S. Francisco do Cabochão e dei uns tirinhos no patrão. E daí p'ra cá tenho andado escondido. Mas a gente só tem garantia, se metendo num grupo. (NÓBREGA, 1961, p. 25)

Depois, Chico Lopes (conhecido vulgarmente por Chico Chicote), também natural de povoado de Nazarezinho, uniu-se ao seu irmão já incorporado ao grupo de Lampião. Fez-se cangaceiro após sofrer pisa de chicote dada pelo político Otávio Mariz na cidade de Sousa. Trouxe àquela localidade, uma leva de quarenta cangaceiros do grupo de Virgulino Ferreira que, convalescente de ferimentos na sua perna, entregou a responsabilidade da invasão a Sousa aos seus irmãos Levino e Antônio Ferreira. Todos já os esperavam na fazenda Jacu dos Pereira. Ali já estavam Bastião, Inácio Jurema, Lua Branca, Luís Vaqueiro, Zé Clemente<sup>69</sup>, Aristides, Cícero Costa<sup>70</sup>, Chico Barraqueiro e Laranjeira, ansiosos pelo encontro inusitado. Advindos do subgrupo lampiônico podem ser citados Ventania, Perigo, Chumbinho, Curió, Moitinha, Corró, Estrêla Dalva, Jordão, Coqueiro, Caboré, Bentevi, Tempestade, Maçarico, Trovão, Serra Negra, Corisco, Patativa, Relâmpago, Cocada, Jandaia, Juriti, Medalha, Chá Preto, Estrela do Norte, Abismo, Meia Noite e Cajueiro.

Unindo-se a Chico Pereira e seus comandados, juntaram-se perfazendo um total de oitenta e quatro membros do batalhão ilegal. O ataque a Sousa se deu no raiar do sol do dia 27 de julho de 1924.

### *Bitó*<sup>71</sup>

Manoel Porfírio foi pequeno proprietário rural no lugarejo Barra do Camará, pertencente ao Município de Alagoa Nova – PB. Conhecido por suas atitudes de bravura desmesurada, sempre teve decisões rápidas e incoseqüentes. Comentários havia que o mesmo teria dado fim ao próprio padrasto. Era pai biológico de Bitó, Francisco, Sebastião e Cícero, filhos estes que imitavam a valentia paterna. Manoel adotou ainda Crispiniano Alves Bezerra (Ciango), tão perigoso quanto os demais de sua casa.

Todos os domingos, era de costume ir com os seus filhos à feira d'Alagoa do Remígio para comercializar arreios, cachaças, fumos de rôlo, cavalos e observar os melhores cantadores de viola da região brejeira. Em 1926, num certo domingo, Sebastião não acompanhou seu pai. Logo surgiram os comentários que este havia “bolido” uma moça do

<sup>69</sup> Desertor da polícia paraibana.

<sup>70</sup> Vulgo Asa Branca.

<sup>71</sup> Ver Serafim, 1992.

Camará e em consequência disto, com o apoio local e recomendações do Doutor Cunha Lima, Manoel levaria o seu para o exílio, sob os cuidados do Coronel Belizário, no Sertão da Paraíba, onde ali passaria refúgio por mais ou menos um ano até que a poeira baixasse. As sessenta léguas de distância confirmaram o dito popular tão usado naquela época: o braço da justiça é longo! Não tardou um mês, foi oferecida ao refugiado uma buchada premeditada na Casa Grande dos Belizários. Sebastião não se entregou e morreu lutando até o fim das peixeiradas, pois houve outros feridos.

Após chegar a triste notícia ao chefe da família, o sentimento de vingança seria uma constante para todos os membros daquela prole que, após enxugar as lágrimas em lenço sujo de rapé, não demoraria deixar a morada em busca da Cidade de Malta - PB, onde houve o assassinato, saber detalhes sobre o ocorrido.

Após longa cavalgada e levantamento de informações, Manoel Porfírio desceu por corda ao fundo de uma gruta para recolher corajosamente os ossos limpos por urubus famintos e pô-los em um saco de barbante para retorno à terra natal. Levou o fato e também os restos mortais ao Presidente João Suassuna, cujo interesse não passou de conselhos descompromissados. Saiu do Palácio desolado. Estava decretada a sentença: faria justiça com as suas próprias mãos. Juntou os quatro filhos a Taioca, Fumaça e Pilão. Estes rumaram em busca da fazenda dos Belizários.

Numa madrugada de agosto daquele mesmo ano, invadiram os compartimentos da casa matando a todos que ali estavam. Queimaram todas as coisas e sacrificaram até os animais como suínos, caprinos e ovinos que havia no quintal.

De volta ao torrão, logo surgiu o boato de que o Conselheiro da Lagoa de Remígio - o Sr. Joca Soares, teria tido participação na execução de Sebastião. Naquele mesmo ano, Porfírio o ameaçou de morte.

Em meio a todas as agitações provocadas pelas acusações inconseqüentes, a família Porfírio não parava de provocar arruaças aqui e ali: o velho ficou seriamente ferido após briga com gente do Sítio Velho e Cícero matou uma mulher nos limites de Esperança, antiga Banabuié, jogando-a logo após numa cacimba. Não demorou muito e este último também fora assassinado. Os outros irmãos entraram na vida bandoleira com outros, provenientes do Ingá do Bacamarte – agreste paraibano.

No ano posterior, em 10 de maio de 1927, Joca Soares volta da fazenda Acauã – propriedade do Presidente Suassuna, localizada em Sousa, com dois capangas: João Pivete e Chaguinha. A insegurança na Lagoa do Remígio era notícia constante em jornais de todo o Estado da Paraíba.

Aos 29 dias do mês de julho do ano 1927, Manoel Porfírio é assassinado em cilada por criminosos desconhecidos, nas imediações da Lagoa do Remígio.

Não se sabia ao exato quem teria sido tão ousado a ponto de mandar matar “o cabeça” que comandava as atitudes não só dos filhos, mas também dos sobrinhos – estes filhos de Laurentino Carneiro, irmão da vítima. De fato, mesmo com a existência natural de diversos inimigos e com a prática de diversos crimes que os Porfírios somaram ao longo da vida, as convergências para o mando do crime só apontavam para o conselheiro municipal João Soares da Costa cuja amizade com o Delegado de Polícia, o Tenente João Câncio da Costa, dava-lhe sustentáculo e proteção ilusória.

Laurentino telegrafou ao sobrinho Bitó, de Alagoa Nova para o engenho Oiteiro, em Pernambuco, onde se arranchava o bando ao qual o mesmo fazia parte naquele momento. Neste ínterim, Bitó, Francisco, Ciango e primos conseguem reunir experiência suficiente junto ao grupo criminoso de José Amaral, conhecido vulgarmente como José do Totô, o qual já andava em companhia de Pilão, Benedito, Antônio Luiz, Touceira, Chico Andrade e outros, desde a fronteira com a zona da mata pernambucana até os confins dos brejos paraibanos.

A reação foi evidente: o sangue derramado deveria ser pago com sangue. Bitó reuniu os cangaceiros, planejou e liderou a desforra executada num domingo, 11 de setembro de 1927, às 20:00 h, quando Joca Soares fechava as contas de sua casa comercial “Ideal”. Foram fuzilados o conselheiro municipal e o seu filho Aurélio cujo irmão Adatao escapou por um milagre quando, em correria de aflição, peças de fazenda lhe caíam sobre o corpo franzino fazendo-lhe despercebido aos olhos dos matadores. Encerrado este ato, o Conselho Municipal hasteou a bandeira a meio mastro e decretou luto por três dias consecutivos. O sino tocou as próximas vinte e quatro horas e toda a população compareceu ao sepultamento desta ilustre autoridade.

O principal ponto de apoio aos facínoras foi o Sítio do Tauá, de propriedade do Coronel Manuel Lucas de Barros que compartilhava inimizades com Antônio Balbino do Sítio Xique-xique, ao conselheiro e chefe político Joca Soares – epíteto de João Soares da Costa.

Tendo enfrentado diligências desde o primeiro momento do atentado, o Tenente João Câncio da Polícia Militar da Paraíba consegue, depois de uma semana, prender em Ingá o Ciango, tendo este prestado importantes declarações e apontando cúmplices cangaceiros. Na

verdade a captura do foragido foi executada pelo Tenente Nestor Cabral<sup>72</sup>. Participaram de tal extermínio José Soares<sup>73</sup> (vulgo Zé Pilão), Ciango, Benedito Alves Bezerra, Francisco Manoel de Souza (vulgo Basto), José Totô, Antônio Luiz, Antônio Ferreira, José Luiz e Bitó (do Camará).

De volta para as brenhas ao melhor estilo do cangaço, o bando desfilou pelas ruelas da Lagoa do Remígio observado pelas trêmulas janelas entreabertas, cantando os xaxados mesclados de gargalhadas das quais se extraía uma leitura imprecisa sobre o estranho código de costumes com os quais eles se acostumaram a viver perigosamente.

No dia 23 de Setembro de 1927, o referido delegado de polícia remeteu a juízo o inquérito procedido em torno do caso, dirigindo assim ofício ao Chefe de Polícia do Estado - Doutor Júlio Lyra.

Durante a primeira fase do processo, a atmosfera de ameaças, terror policial, surras e prisões, era uma constante por parte da polícia, pois onde houvesse uma desconfiança ou acusação, lá estava a intolerância presente na forma mais brutal.

Padre do Moquém (Francisco Antônio Albuquerque da Trindade) contratou os advogados criminalistas João Duarte Dantas e João da Mata Correia Lima em defesa de Américo Tito, Manoel de Barros e Antônio Balbino, tidos como mandantes, assim como também em defesa dos envolvidos como autores e participantes. A batalha judicial foi bastante intensa, mas a impunidade prevaleceu:

Em sessão do Tribunal de Justiça do Estado, do dia vinte e sete de setembro de 1927, sob a Presidência do Desembargador José Novais, secretariado pelo Desembargador Eurípedes Tavares, tendo como Procurador Geral do Estado, Manoel Simplício de Paiva e ainda, os desembargadores, Heráclito Cavalcanti, Vasco Toledo, Pedro Bandeira, Paulo Hipácio (declarou-se impedido) e Manoel Azevedo, atendendo a petição nº 50 da Comarca da Capital, tendo como relator o Desembargador Presidente, foi concedido “habeas copus” impetrado pelo Bacharel João da Mata Correia de Lima em favor do Coronel Américo Tito de Araújo e José Alonso de Oliveira, vulgo José de Totô. Nessa mesma sessão, atendendo à petição de “habeas copus” nº 51, da Comarca da capital, tendo como impetrantes os bacharéis João da Mata e João Duarte Dantas, o Tribunal concedeu a ordem impetrada em favor do Coronel Manoel Lucas de Barros. (SERAFIM, 1992, p. 163)

---

<sup>72</sup> Em entendimentos com o Dr. Presidente do Estado e com o Chefe de Polícia do Estado, o Deputado Generino Maciel consegue para manipular as demissões do Tenente Nestor Cabral e do Tenente João Cância (substituído pelo Tenente Ascendino Feitosa), sendo esta última demissão ocorrida aos 29 de outubro de 1927.

<sup>73</sup> Indivíduo responsável pela morte do comerciante remigense Samuel Olympio da Costa, em dezembro de 1925, por encomenda de Antônio Balbino Pereira que era proprietário da Fazenda Xique-xique, na qual os cangaceiros se arranchavam esporadicamente.

Todos esses episódios de violência que se sucederam a outros foram nódulos que mancharam a crônica do governo Suassuna (1924-1928) e especialmente o município amedrontado de Areia - PB. Bandoleiros como Pilão<sup>74</sup>, José do Totô, Bastos, Bitó do Camará, Domingos Chicó, Zé Bandeira, Nêgo Surrupião, Militão Patrício e tantos outros andavam livremente pelas ruas de chão batido que dividiam casas indefesas e famílias inocentes dos distritos inseguros dos quais se mudaram dezenas de famílias aterrorizadas. Em entrevista concedida em 1929 a um jornalista do Correio da Manhã, o então Prefeito de Areia, o Sr. Jaime de Almeida, falou sobre a situação na qual se encontrava aquela localidade:

[...] um verdadeiro estado de anarquia. Por toda parte a falta de garantias e de segurança... Nem ordem nem policiamento... Ora, como se vê senhor redator, o município se encontrava sob a impunidade dos crimes e sob a ameaça de terríveis bandoleiros, que fizeram de Areia, lugar de descanso predileto, tais o apoio e conseqüentes garantias mantidas pelos dirigentes locais [...] (SERAFIM, 1992, p. 145)

#### *José de Totô*<sup>75</sup>

Quando João Pessoa se preparava para assumir a presidência do Estado da Paraíba (em 22/10/1928), recebeu extensa carta<sup>76</sup> do chefe político de Ingá – PB, na qual era relatada toda uma onda de criminalidade que contaminou as redondezas daquele município antes mesmo do caso do conselheiro Joca Soares, na Lagoa do Remígio. Manoel Amaral, orientado pelo então Presidente Suassuna, era oposição à chapa honoralista<sup>77</sup> (de Honorato Paiva) que liderava vertiginosamente o pleito municipal para as três vagas existentes no Conselho Municipal de Ingá. Sem chance política, o Sr. Amaral capitaneou um grupo de terríveis bandoleiros homiziado a dois quilômetros da Vila do Ingá, formado por Bitó, Ciango, José Amaral<sup>78</sup> (filho adotivo de Manoel Amaral), Antônio Caboclo (vulgo Pilão), Benedito de Tal, Antônio Luiz, Touceira, Chico Andrade e mais dois desconhecidos. Na fazenda Riachão, o bando emboscou o Coronel Domício de Andrade, ferindo-o gravemente e matando os seus companheiros Nazinho Martins e João Guedes, os quais eram igualmente correligionários do Sr. Honorato Paiva. Após o ocorrido, o Sr. Euclides Coelho foi destituído da Delegacia de Polícia local e o Tenente da Força Pública Augusto Toscano logo foi nomeado delegado daquele Termo:

<sup>74</sup> Este era Antônio Fernandes de Oliveira (Antônio Caboclo), advindo das bandas de Catolé do Rocha, alto sertão da Paraíba. Tinha antecedentes no cangaço sertanejo e trabalha em Remígio-PB para o comerciante Samuel Olympio da Costa.

<sup>75</sup> Ver Serafim, 1992.

<sup>76</sup> Datada de 10 de julho do ano de 1928 e assinada pelo Sr. Horácio Lins.

<sup>77</sup> Que por sua vez era também epítacista.

<sup>78</sup> Conhecido posteriormente pelo nome vulgar *José de Totô*, assinava-se por José Alonso de Oliveira, tendo chegado à casa do seu padraсто com dezoito anos incompletos. O apelido veio após a criminalidade brotada.

O primeiro cuidado do Tenente Toscano, ao assumir o exercício do cargo e o comando do destacamento local, foi entrar em confabulações com os sicários e chamar o Sr. Manoel Amaral e outros elementos deletérios para auxiliarem a ação da polícia, franqueando a todos os bandidos, ordem para andarem armados a rifles pelas ruas da Vila. Cessaram logo por completo as garantias que deveriam ter os epitacistas. A todos, Amaral e o negredado bando ameaçavam de morte e saque. (SERAFIM, 1992, p. 164)

José de Totô foi preso no Ceará onde foi recambiado para a Paraíba, morrendo na prisão em virtude de problemas coronários. Após esta prisão, Pilão que era seu cabra, assume o bando.

*José Moleque*<sup>79</sup>

Cangaceiro paraibano atuante nas adjacências da Borborema e em algumas partes do Rio Grande do Norte, foi abatido pela polícia paraibana no de 26 de junho de 1930, no sítio Mumbuca<sup>80</sup>, distante 3 km de Campina Grande-PB. Nessa data, sua fama já era grande, por isso, caso não tivesse caído na emboscada policial, talvez teria agido ainda por muito tempo, pois com a morte do Presidente Estadual João Pessoa trinta dias depois, as atenções dos efetivos foram voltadas para esta tragédia política somada à guerra de Princesa que estava em plena atividade. Na emboscada que prepararam para o mulato paraibano, foi ferido apenas um soldado. Seu bando já era numeroso, oferecendo resistência. O acontecimento foi noticiado pelo jornal O Goianense (de Pernambuco) no dia 06 de julho de 1930. (MELLO, 2004, p. 233)

---

<sup>79</sup> Ver Mello, 2004.

<sup>80</sup> Hoje pertencente ao município de Pocinhos-PB, próxima à Serra do Bosque.

## CAPÍTULO 3 – O DISCURSO E SEUS CURSOS

### 3.1 – Fonte local como princípio de história oral

De acordo com Chantal de Tourtier-Bonazzi (*apud* FERREIRA & AMADO, 1996, p. 233), a exploração do testemunho oral requer atenção especial para três variáveis das quais o pesquisador não pode se desviar: a seleção da testemunha, o lugar da entrevista e o roteiro da entrevista. No que tange à primeira variável, pudemos mapear através dos diversos contatos que tivemos com vários idosos ou até mesmo com parentes de cangaceiros<sup>81</sup>, indicações preciosas com as quais fizemos as primeiras bases para a construção vertical dos dados colhidos.

As poucas cidades, onde tivemos oportunidade de colher depoimentos, foram apontadas, sugeridas e detalhadas por informantes que também fizeram parte passivamente do processo da pesquisa e, por isso, tiveram seu papel importante, embora coadjuvante. Um dos pré-requisitos para a seleção dos entrevistados foi um conjunto subjetivo de características que resumiam o histórico de vida, o conhecimento de mundo, a descendência rural, o contar de experiências repetidas por gerações anteriores, a idade, a lucidez, etc. Mesmo assim, as precauções tomadas no decurso da entrevista foram deliberadas no contato imediato, de acordo com o contexto que envolvia todo o desenrolar da coleta e até o jeito como fora exposto o mini-gravador de fita cassete com *led* vermelho aceso foi algo que exigiu por parte do pesquisador um certo amadurecimento. Os informes sobre peculiaridades da própria personalidade do depoente foi decisivo sobre a empreitada do diálogo acerca do banditismo rural, pois o tema em foco instigava certas desconfianças para quem recebia um estranho curioso em seu recinto, e ansiedade para quem visitava, conversava, colhia e fazia apontamentos.

Com relação ao lugar da entrevista, achamos por bem abolir qualquer idéia que pudesse retirar o depoente do seu ambiente de costume, de sua residência ou similar, pois a memória seria mais avivada com a presença de objetos, álbum de família e pessoas que lhe proporcionassem mais tranqüilidade e comodidade. A casa é, sem dúvida, o local mais propício para uma conversa que começa despreziosa, mais depois toma rumo com objetivos pré-estabelecidos.

No tangente ao roteiro da entrevista, pudemos detectar com antecedência que, neste caso, o melhor roteiro é a ausência dele mesmo. Apenas a indicação do tópico a partir do qual

---

<sup>81</sup> No caso, a parenta de Zé Timbaúba – Maria dos Santos Soares.

os comentários deverão fluir naturalmente de acordo com o empirismo do depoente, foi fator estratégico onde o objeto de estudo colocado em exposição pelo pesquisador pôde ser debulhado em partes palpáveis para ambas as partes.

A publicação é também uma questão à parte que entra na pauta da nossa abordagem, pois é a partir dela que o leitor passa a ter acesso ao conteúdo textual que fora verbalmente propagado. A questão é como o transcritor deverá assumir o seu papel nesse momento. Em nosso trabalho, o aspecto sociolingüístico enfatizado ganhou relevo devido à transcrição fiel de palavras e expressões que, de acordo com a língua culta, estariam condenadas, mas que pelo seu contexto social estão plenamente justificadas. Essa atitude nos remete ao método de Laurence Bertrand-Dorléac (*apud* FERREIRA & AMADO, 1996, p. 241), o qual inclui as entrevistas no final do seu trabalho para justificá-lo. A originalidade ganha relevo enquanto que a legibilidade é contemplada quando escolhemos trechos não repetitivos e de teor por nós considerado de maior valia. A textualização *ipsis literis* daquilo que foi pronunciado nos dá o conforto de que o conteúdo foi conservado em sua integridade e estado bruto. Nesse sentido o historiador se ausenta da multiplicidade das interpretações não por omissão e, sim, por imunidade e respeito ao que foi dito.

Quanto à questão da documentação, o tratamento dos arquivos sonoros que foram inicialmente armazenados por mecanismos magnéticos teve um cuidado especial em editores computacionais de edição de áudio para eliminação de ruídos e chiados que por ventura dificultariam os ouvintes do *compact disk* disponibilizado em anexo, com os quatorze trechos de alguns depoimentos (es)colhidos. Com essa preocupação, o aspecto da fonte vem à tona abrindo uma discussão que extrapola uma instância prática perpassando por uma abordagem teórica.

Alguns historiadores como é o caso de Jean Del Alcázar i Garrido (1992/1993, p. 33-54), da Universidade de Valença, põem em debate o dilema de se referir à oralidade como pressuposto para pesquisa histórica, tendo como base as rivais terminologias cooplanares *história oral* e *fonte oral*. A colocação desta primeira como imposição alternativa para separar um tipo de história como se a mesma não fosse confiável é resumir o legado da História a uma espécie de lei que apenas considera história como sendo um produto exclusivamente oriundo de documentos escritos. Então porque não é usado convencionalmente o termo *história escrita*, por sua vez bipolar à história dita oral? Essa visão é tão abreviada que nos faz esquecer que qualquer impresso passa antes de tudo por uma concepção de idéia de linguagem ancorada num pensamento ou numa voz ecoada ou silenciosa, própria de uma peculiaridade humana. Isso não é a própria história no seu estado infante, anterior e

igualmente posterior até mesmo à invenção gutenberguiana da imprensa? A tendência de se enfocar a língua falada como uma representação legítima da realidade já vem sendo tomada amiúde como atitude ideológica nos grandes centros universitários até mesmo nos departamentos de letras que possuem estudos sérios no âmbito da lingüística. Marcos Bagno (2003, p. 40) relata em sua mitologia do preconceito lingüístico o quarto mito na sua lista de dez, o qual se intitula “as pessoas sem instrução falam tudo errado”. Este mito sugere nas entrelinhas um *errado* que ultrapassa as barreiras do contexto gramatical e indica implicitamente um *errado* sinônimo de inverídico, enganoso e falível. A idéia é, em suma, considerar o uso preconceituoso do termo história oral como impropriedade na medida em que a fonte oral assim legitimada se revela como mais uma das fontes (para produção histórica), assim como a escrita a é (GARRIDO, 1992/1993, p. 33). É bom lembrar que

Como nos lembra P. Thompson, as fontes orais estão na base da mais antiga e da mais recente forma de fazer história. Os primeiros historiadores *profissionais* foram os depositários das tradições das sociedades iletradas e, mesmo hoje, podemos encontrar na África – e talvez também na América – recitadores que podem nos narrar desastres naturais, façanhas coletivas ou proezas individuais ocorridas dez gerações atrás. Na Europa, por outro lado, até o século XVIII, os testemunhos orais gozaram de um reconhecido prestígio que desapareceria com o desenvolvimento da história acadêmica profissional que se produziu durante o século XIX. (Op. cit., 1992/1993, p. 34)

A atitude de reconhecimento da fonte oral como mais uma opção de fonte documental potencializou o papel de representação de alguns grupos sociais que, nas últimas décadas, começaram a introduzir a sua voz como sujeitos históricos. Alguns desses grupos, lembrados algumas vezes mais por romancistas do que propriamente por historiadores, emergiram do nada para exigir, através daqueles profissionais que seguem essa linha de pensamento, o direito de contar suas histórias e o reconhecimento de sua realidade. De acordo com Garrido (1992/1993, p. 36), é

[...] importante precisar que o uso das fontes orais permite não apenas incorporar indivíduos ou coletividades até agora marginalizados ou pouco representados nos documentos arquivísticos, mas também facilita o estudo dos atos e situações que a racionalidade de um documentos histórico concreto impede que apareçam nos documentos escritos. Assim, portanto, as fontes orais possibilitam incorporar não apenas indivíduos à construção do discurso do historiador mas nos permite conhecer e compreender situações insuficientemente estudadas até agora. (Op. cit., 1992/1993, p. 34)

Em face de termos bebido das fontes orais que foram delimitadas por um plano de abrangência localizado em cidades do interior paraibano, acabamos por entender que a fonte documental da qual dispúnhamos se adjetivou ainda de local.

A História local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma idéia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos. As categorias abstratas de classe social, ao invés de serem pressupostas, têm de ser traduzidas em diferenças ocupacionais e trajetórias de vidas individuais; [...] (SAMUEL, 1989, p.220)

É importante ressaltar a força popular presente no âmago das fontes orais locais, pois elas se manifestam tanto como uma atividade como em forma literária (Op. cit., p. 223). Dentro das várias formas a partir das quais a produção da história local (também chamada de micro-história) pode ser produzida, podemos citar desde os mensários, semanários ou diários, passando pelos impressos produzidos por uma administração política constitucional, até documentos cartoriais e relatórios paroquiais. Junto a essas e a outras formas não-citadas de produção micro-histórica está a unívoca voz do povo da qual se ouve o eco em todos os recantos onde a longevidade armazena na memória coletiva as experiências maiores do passado. Na calçada da praça, no batente da rua principal, no cemitério em dia de finados, no banco do barbeiro ou na bodega de 'Zé Lagoa', os discursos múltiplos que são jogados e propalados ao vento exprimem a energia da fonte oral em um exercício de perpetuação da lembrança que permanentemente são repetidas e parafraseadas. O evento no qual um quilo de sal foi consumido por um cangaceiro falador é talvez, o enredo que mais se repete com múltiplas paráfrases aceitas por aqueles que já conheceram a linha dura de bandido Silvino assim também como armazenada em jovens que poderão discursá-lo novamente em gerações descendentes. Podemos dizer sobre a história local que ela

[...] não se escreve por si mesma, mas, como qualquer tipo de projeto histórico, depende da natureza da evidência e do modo como é lida. Tudo pode variar, desde a escolha do tema até o conteúdo dos parágrafos individuais. (SAMUEL, 1989, p. 237)

Assim, na sua conjuntura micro, a história é latente na oralidade e tão variável discursivamente como o próprio tema a partir do qual se pode partir, ou seja, há tantas

possibilidades de se escrevê-la que o objeto, mais múltiplo do que nunca, é menos múltiplo do que nunca em relação ao sujeito que irá denunciá-lo da forma que bem entender.

### 3.2 - Transcrição parcial do depoimento<sup>82</sup> imparcial

Para melhor estabelecermos a exposição do *corpus* bruto (textos das entrevistas), visando demarcar a passagem desse estágio para o momento de formação do *objeto discursivo*, e, posteriormente, deste para o *processo discursivo* de análise, passamos à forma escrita o que foi dito à viva voz pelos locutores. É a constituição da *superfície lingüística*. (ORLANDI, 2000, p. 68) Estabelecendo esta transcrição *ipsis literis* apenas como uma das inúmeras maneiras de serem ditas, tomamos consciência da desnaturalização da relação palavra-coisa, ou seja, começamos a construir um objeto discursivo que envolve a presença do esquecimento pautado na instância enunciativa. (*Op. cit.*, p. 77)

Vale salientar que, apesar de termos citado no subcapítulo 2.6, os chefes de bando que por nós também foram considerados anônimos, como é o caso de José de Totô, Minervino, e Cabeleira, entre outros, apontando inclusive autores bibliográficos, restringimo-nos a listar neste subcapítulo apenas os que realmente foram enunciados pelos depoentes na pesquisa em campo. Os cangaceiros que se repetiram, citados em ambos os subcapítulos foram Bitó, João de Banda e Pilão.

Dessa forma, o nosso trabalho teve a preocupação de buscar informações sobre esses cangaceiros de tal maneira que englobou tanto a pesquisa escrita como a pesquisa *in loco*. Para promover uma melhor apreciação do que foi dito na íntegra, resolvemos adotar regras de transcrição que pudessem dar destaque às marcas lingüísticas ali encontradas.

As normas<sup>83</sup> usadas para transcrevermos os diálogos foram extraídas de Castilho & Preti, 1986 (*apud* FÁVERO, 1999). A tabela a seguir mostra os eventos orais ocorridos durante as entrevistas e a sua respectiva simbologia para uma inequívoca representação textual impressa. Seguem-se também exemplos incorporados na planilha retirados de inquéritos, NURC-SP nº 338 EF. 331 D2 e 153 D2. Antes, é preciso mencionar oito observações complementares que se seguem:

- a) Iniciais maiúsculas: não se usam em início de períodos, turnos e frases;
- b) Fáticos: *ah, éh, eh, ahn, ehn, uhn, tá* (não por *está*: ta? você *está* brava?);
- c) Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados;

<sup>82</sup> Mesmo singularizado, representa todos os quinze depoimentos escolhidos para constar no corpo deste trabalho estrito.

<sup>83</sup> Extraídas inicialmente de Castilho & Preti (1986). A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo, vol II – Diálogos entre dois informantes. São Paulo. T. A. Queiroz/EDUSP, p. 9-10.

- d) Números: por extenso;  
 e) Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa);  
 f) Não se anota o cadenciamento da frase;  
 g) Podem-se combinar sinais. Por exemplo: oh:::... (alongamento e pausa);  
 h) Não se utilizam sinais de pausa, típicos da língua escrita, como ponto-e-vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de pausa.

TABELA NORMATIVA<sup>84</sup>:

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO
Incompreensão de palavras ou segmentos	( )	do nível de renda... ( ) nível de renda nominal
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	e comé/e reinicia
Entoação enfática	maiúscula	porque as pessoas reTÊM moeda
Alongamento de vogal ou consoante (como s, r)	:: podendo aumentar para::: ou mais	ao emprestarem os... éh:::... o dinheiro
Silabação	–	por motivo de tran-sa-ção
Interrogação	?	e o Banco... Central... certo?
Qualquer pausa	...	são três motivos... ou três razões... que fazem com que se retenha moeda... existe uma... retenção
Comentários descritivos do transcritor	((minúsculas))	((tussiu))
Comentários que quebram a seqüência temática de exposição: desvio temático	– , –	...a demanda de moeda – vamos dar essa notação – demanda de moeda por motivo
Superposição, simultaneidade de vozes	ligando as [ linhas	A. na casa da sua irmã [ B. sexta-feira? A. fizeram lá... [ B. cozinham lá?
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo	(...)	(...) nós vimos que existem...
Citações literais, reproduções de discurso direto ou leituras de textos, durante a gravação	“ ”	Pedro Lima... ah escreve na ocasião... “o cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRREIra entre nós”...

<sup>84</sup> As regras que transcrevemos foram citadas em segunda instância por Fávero, 1999, em seu livro A Oralidade e a Escrita. São Paulo – SP, Editora Cortez.

### 3.2.1 - NÊGO LUÍS

#### 3.2.1.1 - Depoente: Francisco Sales Sampaio (nasceu em 13/05/1906). Sítio Furninhas, Distrito de São José da Mata, Município de Campina Grande-PB (20/08/2004).

- agora tinha uns véio aqui... os Correia (...) aqui nos Navio<sup>85</sup>... um povo véi que cunversava muito viu... mas disse ((que)) tinha aqui um nêgo nessa terra... um nêgo... inventou um cangaceirismo... chamado Nêgo Luís... mas chamavam ele Luís viu...

- quem era os cabras dele?

- cabruá, cabruá, cabruá!... bicho à toa viu... que quer ( ) ocupar (um) meio<sup>86</sup> ruim... segue um seguimento por que quer ser grande... num tem força como esse Nêgo Luís, viu... esse nego só tinha uma desvantagem com ele viu... era o cão... ((por)) moça<sup>87</sup>... (...) viviam com coidado nele, com coidado viu!... Eu cansei de ver o véi Zé Correia acolá no Catolé<sup>88</sup> me contar a mim e a mar<sup>89</sup> Pêdo da Cunha e o véi Mané da Cunha... (...) quando ele cobiçava uma moça viu... nem que ela se socasse no (sofá)... ele derrotava ela... (...) ai o véi Zé Correia contou a nós que tinha um Correia véi viu... irmão dele viu... que tinha uma moça muito bonita...

- ele se engraçou dela?

- se engraçou. se engraçou nela... a feira de Campina era no sabo mermo<sup>90</sup>... (dar mermo gente)... e o Nêgo Luís danou-se... (...) o véi foi pra feira, quando chegou, achou o devoramento... (...) o Nêgo Luís devorou a casa dele viu... [...] devorou a moça... disse que tinha um imã da mulesta... é como um tal de Caréu que tinha aqui no/em São Domingo pra Riacho Fundo viu... era a mesma coisa...

- era na mesma época esse Caréu?

- o Caréu era um cangaceiro... mas só era danado por muié... um sujeito...

- e aí? o pai tomou a providência ou não?

- (...) eles foram à moça do véio... quando o veio chegou... ficou doente...

- eita...

- passou-se... na segunda-feira... pra amanhecer na segunda-feira... o véi arrumou os troço... tudo... arrumou-se, despediu-se da mulher e disse... até dia de júízo viu... eu num venho mais aqui não...

- ôxe!

<sup>85</sup> Sítio Navio, pertencente ao Distrito de São José da Mata, município de Campina Grande-PB.

<sup>86</sup> Meio de vida.

<sup>87</sup> “Moça” está aplicada segunda esta linguagem como um substantivo coletivo feminino que expressa um conjunto de mulheres.

<sup>88</sup> Catolé de Boa Vista, atual Distrito de Campina Grande.

<sup>89</sup> O vocábulo “mar” expresso, quer dizer “mais”.

<sup>90</sup> Mesmo.

- mas o Nêgo Luís tinha um canto aqui nesse bando<sup>91</sup> aqui de Pernambuco... São José do Egito viu... foi simhora... e o véi foi simhora (também)... num deu mais notícia... mas a véia sabia mais ou menos que ele disse que se o Nêgo Luís devora uma filha dele... ele ia matá-lo onde ele tivesse... (...) pois quando chegou no Estado (...) é Pernambuco... ele tirou notícia que ele tinha um... toda noite tinha um... nos sabo, tinha um lugar dele sambear viu... compreende?... fazer um samba... um hoje aqui... outros dia já era como daqui em Boa Vista... outro em Catolé... aí o Nêgo chegou na casa duma veia... numa fazenda... aí arranchou umas barraca... (...) chegou... (...) falou com a véia... é aqui... aí contou tudinho o que ia fazer com ele... mas disse que tinha um pé de oiticica... era uma madeira que tinha aqui no sertão... na porta da véia que disse que cubria o mundo... aí ele vinha fazer um samba de noite... trazer o cabruá dele e as moça pra ele...

- e era com o bando dele?

- era com o povo dele... (...) chamava os vizinho aqui pra trazer as moça e tinha que ir viu... aí falou com a véia pra se socar na oiticica... se abafar... e nada de... só quem sabia era eles dois viu... e a véia era uma véia sertaneja rica viu... quando foi de noite chegou ele mais o povo dele... os cabra dele... Nêgo Luís...

- encourado?

- era... ah... fizeram o baile... quando foi mEla-noite... mEla-noite... ele no ponto dele lá... num é... disse que era um bacamarte... disse que carregou até (colô)<sup>92</sup> de enxada... quando foi meia-noite ele ((Nêgo Luís)) saiu fora... a lua tava clara... disse... eta!... eu vou... agora vou durmir com a filha de fula:::no... ( ) ele... o Nêgo... ( ) chegou pra mijar e... ((talvez no tronco da oiticica)) o véião ((dos Correia)) plantôlo<sup>93</sup> rifle... nesse tempo era um bacamarte... ( ) (deu) foi um tiro danado... e num<sup>94</sup> ficou num<sup>95</sup> tiro ( ) tinha uma ladeira... desceu numa grota... e (caiu) embolando pra dento<sup>96</sup> da grota viu... aí o véio ficou ( ) lá no canto dele né... ( ) o cabruá desapareceu... quando foi no outro dia bem cedo que se levantaro tudo... que se ajeitaro tudinho... aí a véia (foi) onde ele (tava) ( ) foi morrer embaixo na grota... aí tava pronto... Nêgo Luís... (...) disse que era nêgo perverso danado...

- isso foi em que época tio?

- na era de dez pra onze ((mil novecentos e onze))...

- foi antes de Antonio Silvino?

- foi antes...antes de Antonio Silvino... Nêgo Luís...

- o povo dos Correia é quem contava isso?

- era... ainda tem Correia vivo lá...

- ainda é vivo?

<sup>91</sup> O termo “nesse bando” significa “nessas bandas” de Pernambuco...

<sup>92</sup> Forma diminuída do substantivo colôio, muito usado no vocabulário popular nordestino para designar

<sup>93</sup> ... plantou-lhe...

<sup>94</sup> ...não...

<sup>95</sup> ...em um...

<sup>96</sup> dentro.

- é... ainda é vivo... os novo... os véio já acabou-se tudo...

### 3.2.2 - JOÃO DE BANDA

#### 3.2.2.1 - Depoente: Fleuriza Soares – 70 anos de idade. Município de Campina Grande-PB (25/08/2004).

- eu ouvia falar em João de Banda... agora o que eu sei sobre ele... era que ele era afilhado de papai Joaquim Gomes... ela contava assim... num era... só por curiosidade né... ( ) do passado... que um dia... João de Banda... João de Banda andava num banda num é... quando eles acampavam perto de Soledade ((PB))... aí ele sempre ia visitar papai Joaquim Gomes... pedir a bênção... aí quando foi um dia... ele chegou lá... ninguém esperava... quando viu... ele chegou... em Soledade... aí papai Joaquim Gomes mandou butar a ceia... ( ) via menino demais na mesa bem comprida... ( ) a meninada todinha arrodando ali... aí... papai chamou... venha João... venha... venha ceiar com a gente... aí quando estavam ceiando... chegara... chegou a polícia... aí disseram... maJOR... por que o meu avô tinha patente de major... patente comprada né... major... nós soubemos que João de Banda está aqui... nós sabemos que ele é seu afilhado... e o bando tá... acampado aqui perto... e ele veio... toda vida tive atenção ao senhor... e nós queremos dar uma busca na casa... aí meu avô ficou morto... mas já tava tudo na mesa... aí ele disse... pode entrar... ( ) revistar a casa toda... aí João de Banda não se mexeu... tava sentado na mesa... continuou ali... os soldados revistaram a casa toda... chegaram assim na mesa... olharam de um em um... desculpe o incômodo major... tá tudo em ordem aqui... nós vamos embora... a gente volta depois viu... pra fazer outra busca... aí quando saiu... mamãe disse... tava a meninada... todo mundo morrendo de medo... e... papai Joaquim Gomes e (mãe Anjinha)... (todos) dois tremendo... aí papai Joaquim Gomes disse... meu Deus... o que foi que houve? que os soldados olharam pra sua cara e não reconheceram? eu tou<sup>97</sup> morto... tou morto... aí... ele ((João de Banda)) disse... tenha medo não meu padrinho... eu vou embora pro<sup>98</sup> sinhô num<sup>99</sup> se avexar mais... mas num tenha medo não porque... soldado nenhum me vê... eu tenho uma oração forte... agora ele disse assim... eu num posso dizer essa oração a ninguém se não perde a validade... perde a força... quando ele rezava uma oração... e o soldado olhava na cara dele e num reconhecia... também num dava pra misturar com os meninos não num era... um homem... era um homem feito... mamãe disse que era menina nesse tempo... mamãe era das mais velhas...

- como era o nome da fazenda lá... Fleuriza... lá em Soledade?

- Seguro...

- Fazenda Seguro...

- mas num foi na fazenda não... foi em Soledade mesmo...

- ah... foi na zona urbana... você diz...

---

<sup>97</sup> Estou...

<sup>98</sup> Para o...

<sup>99</sup> Não...

- foi na casa de... que chamava... eles chamavam Nova Olinda... era uma casa que era assim no alto... bem no começo da cidade... mas eu soube que demoliram a casa... construíram outra no local...

**3.2.2.2 - Depoente: Abílio Lira de Carvalho – 84 anos de idade. Sítio Monte Alegre, Distrito de São José da Mata, Município de Campina Grande-PB (20/08/2004).**

- ((há grande simultaneidade de vozes no início deste relato)) (...) na serra de maracajá... ele ((João de Banda)) fez um aperto danado a um... o camarada tava enrascado com ele... até... agora... agora... eu tou esquecido o nome do homem... tava enrascado com ele... ( ) e ele tava andando aí pela serra de maracajá... andando por ali... aí o véio foi... tava anotando uma carta pro filho escrever... dando parte de João de Banda a Joaquim Henrique que era delegado em Campina ((Grande))... dando parte... aí João de Banda foi chegando na porta... ouviu a conversa... aí bateu na porta... aí o pobe<sup>100</sup> do véi<sup>101</sup>... era João de Santa... disse... quem é... Joaquim Henrique... ô beleza Joaquim... você por aqui agora... aqui tem um safado por aqui fazendo absurdo... ( ) avisar... depois eu cheguei agora... quando abriu a porta... era João de Banda... aí João de Banda agarrou ele... mas o vei escapuliu... escapuliu... correu... passou numa porteira... passou tão apertado que a ( ) ficou enganchado na porteira...  
- ele ((João de Banda)) tava com o pessoal ((os cangaceiros)) dele também?

- tava... tava... tava... ( )

- mas num deu tempo matar não?

- mas num deu tempo... o véio escapuliu e correu...

- como era o nome de véi?

- era João de Santa...

- João de Santa... aí ele morava aqui perto?

- na serra de maracajá aí...

- certo... certo... e qual foi o mal que ele fez a João de Banda pra ((este)) perseguir ((o outro))?

- disse que andava por lá ( )...

- era um ladrão de bode...

- ( ) tava anotando a carta pra mandar pra Joaquim Henrique... que era delegado em Campina...

---

<sup>100</sup> Pobre.

<sup>101</sup> Velho.

**3.2.2.3 - Depoente: Anísio Balbino de Araújo<sup>102</sup> – 101 anos de idade. Município de Areial-PB (12/06/2003).**

- o senhor conheceu Antônio Silvino?
- conheci...
- João de Banda?
- conheci...
- como era o nome do irmão de João de Banda?
- ahn?
- co-mo e-ra o no-me do ir-mão de João de Banda? ele num tinha um irmão num era? que fazia parte do grupo dele?
- ( ) tinha Antônio...
- Antônio...
- tinha Chico...
- Chico?
- sim... Chico de Banda era o irmão de João?
- era irmão de João...
- sim...
- e Jorge...
- Jorge também era irmão de João... sim... eram quatro irmãos?
- era... e tinha (Vitório) era fii<sup>103</sup> de Antõï...
- sei...
- eles... eles fizeram (bando) com Antõï Silvino... mas se apartaram... fizeram dois grupos...
- dois grupos?
- sim...

---

<sup>102</sup> Anísio foi indicado para o cargo de Delegado da cidade Areial em 1924. Uma peculiaridade a citar é que Anísio era cunhado do finado Antônio Quelé – ex-cangaceiro lampiônico, também apelidado por Lampião de *Tamanduá Vermelho*, após deixar o bando e se dedicar pela Polícia Militar da Paraíba à perseguição sem tréguas ao estado-maior do cangaço na década de 1920.

<sup>103</sup> Filho.

- independentes...

### **3.2.2.4 - Depoente: Roberto de Almeida – 63 anos de idade. Município de Areial-PB (12/06/2003).**

- Ô... cangaceiro... o... que era João de Banda e o irmão... aí eu sei que... o João de Banda... tava almoçando... os cangaceiros tudinho almoçando... Antônio Silvino na cabeça da mesa... e ele almoçando... aí ele disse... Capitão... qual o homem de sua confiança aqui? aí Antônio Silvino apontou para o capataz dele... o que era... aquele ali<sup>104</sup>... o cara pegou um osso... o João de Banda pegou um osso desse tamã<sup>105</sup>... jogou na testa do cara... PUM... que o sangue desceu... aí... Antônio Silvino ficou calado... e o cara não fez nada também... quando terminou o almoço... ele disse... arrume suas bagagens... e desapareça do meu bando que eu num quero gente da sua qualidade no meu bando não... você e seu irmão... e eles ficaram por aí... roubando bode... roubando galinha... mas saiu do bando de Antônio Silvino... Antônio Silvino era um homem direito... agora... era um homem perigoso... se você dissesse qualquer coisinha e ele soubesse... ochente... podia contar que ou levava uma pisa ou morria...

- ô seu Roberto... esse episódio que aconteceu com João de Banda foi aqui em Areial foi?

- foi aqui em Areial... foi aqui em Areial... lá pro lado do Covão...

### **3.2.3 - PILÃO**

#### **3.2.3.1 - Depoente: José Martinho dos Santos – 57 anos de idade. Município de Campina Grande-PB (25/08/2004).**

- tinha o bêco de Pilão... (que era ali na lagoa)... um bequinho estreito que tem... ainda hoje o peste é estreito...

- como é que ele andava lá...

- ele andava com a... com a... ele andava com quenga de coco... ele saía de dentro do matagal... ali na lagoa era uma lagoa fechada... ele vinha pra... do Toá<sup>106</sup>... e aí entrava por dentro do eucalipto... aí pegava uma beira de cerca que tinha... quando ele vinha matar uma pessoa... aí quando chegava... quando ele saía da... de dentro do mata... ele já butava as quengas nos pés... ele... ele... num tem o buraco no olho do coco?

- sei...

- pronto... ele bota um fio ali... aí amarra um troço assim por dentro... aí o fio estica... aí butava aqui dentro ói<sup>107</sup>... e pisava na quenga do coco... aí o caba já sabia que tinha sido ele...

<sup>104</sup> Certamente este cangaceiro seria o Cocada, fiel assecla de Antônio Silvino, visto que a expulsão de João de Banda foi em 1909.

<sup>105</sup> Tamanho.

<sup>106</sup> Sítio Tauá, Município de Remígio-PB.

<sup>107</sup> Olhe.

porque o povo ia olhar o rastro e via essas quenga((s)) de coco... aí o povo já sabia que era Pilão... aí botaram o nome dele Pilão por causa dessas quengas de coco mesmo...

- e era ele que fazia a própria munição Martinho?

- eu acho que... num sei viu...

- ( ) atirava com um pedaço de ferro? de... de vidro?

[

- ele butava uns troço((s)) dentro... é tanto... é tanto... que quando ele atirava numa finta pra matar... ele botava uns pedaços de ferro e arame dentro pra matar... atiraram na cara de Damião... no Cepilho<sup>108</sup>... quando Damião caiu... que chegou lá... os cabas viram... cabeça de prego... arame... arame farpado... ponta de arame... tudo no mundo...

### **3.2.4 - ZÉ TIMBAÚBA**

#### **3.2.4.1 - Depoente: Maria dos Santos Soares – 80 anos de idade. Município de Gurjão-PB (11/10/2004).**

- e a coisa melhor do mundo é a pessoa ser assim... não arrumar pobrema...

- ( )

- ehn?

- ( )

- é... mas eu não gosto de contar de... de... de contar coisa... família... a gente tem que aguardar qualquer coisa né... o que é bom... a gente tem que declarar de família... e o que é ruim... a gente tem que acabar ali mesmo... né?

#### **3.2.4.2 - Depoente: Luís Ramos – 80 anos de idade. Município de Gurjão-PB (11/10/2004).**

- e O Zé Timbaúba... eu sei pouco... muito pouco... mas também eu acho que ninguém quer mais porque... vê como um desinteresse... ou é a falta de cultura... é tão grande...

[

- falta de cultura...

[

- é...

#### **3.2.4.3 - Depoente: Manoel Agostinho dos Santos – 83 anos de idade. Município de Gurjão-PB (11/10/2004).**

---

<sup>108</sup> Sítio Cepilho, Remígio – PB.

A. - aí tinha Biu lá... um cego... um meio curto da vista... aí...à casa amarraram ele... com as mãos pra trás... amarraram as mulheres com as mãos pra trás... as moças botaram pra outro quarto... as mulheres pra outro... aí trancaram ( ) o menino... bote ele por que ele num bole com as meninas não... aí ( ) ói... num bula com os meninos não... não mate eles não... faça que nem fizeram com nós... Cinzino véi... tava pedindo ao povo... se morresse... a mulher pagasse as contas... tava inchado já as mãos...

C. - ai meu Deus...

A. - aí quando eu chego... eu digo... tem um coisa... lá tem COIsa... eu derna<sup>109</sup> de novo... que eu quando imagino uma coisa... dá certinho... aí ele disse... quando você... nós passar... vocês entra... é pertinho a casa... ele disse... não... vocês tem que deixar a gente deitado... eu digo não... vocês entra... aí eu passei... passei... aí eles num instante me agarraram... os dois meninos... ( ) era uns bichão... um rapaizão... aí pegou... aí eu no meu coração bater tuco... tuco... tuco... aí eu digo... lá tem coisa... vocês... num vamo... eu num vou não... você vai... papai só confia em você... aí quando em subi na porta... no batente... que chamei... a gente só chamava de tio... com... Tio Joaquim... vale minha Nossa Senhora... os homens chegaram... os homens chegaram de novo... aí eu digo... ôchen... sabe de uma coisa... aqui tem coisa mesmo... quando demo<sup>110</sup> fé saltou-se... os cabras... seis... sete caba... seis cabas...

B. - era os cangaceiros dele?

A. - era... saltaram... Zé Timbaúba era um bichão gordo... aí ele disse... disse... têje preso... tudo fardado<sup>111</sup>... aí todo tirando corda... e nós no batente impressado... eu fui... disse... vamo correr... aí ( ) o menino disse... vamos... quando nós corremos eles já tomaram a frente... eu passei nas pernas de Zé Timbaúba... ele atirou no batente... o que vinha atrás de tudo foi o rapaz que morreu... pegou a palma<sup>112</sup>... ficou apontado<sup>113</sup>... aí deu aquilo grito... pronto... tá baleado... vamo correr... corremo... pra trás ( )... quando chegamos na... na casa... na... quando chegamos lá... voltemos pra trás... fiquemos doido que nem raposa...

C. - sem saber o que fizesse...

A. - sem saber o que fizesse... passamos na porta... na estrada... que era pertinho... o caba me botou o... uma bala passou raspando meu pé-duvido<sup>114</sup>... queimou o chapéu... saiu queimando... eu pulei três arames... o outro rapaz vinha... passou por debaixo... correndo... quando foi com umas cem braças... fiquemos debaixo de um cardeiro... tinha um mói de espim<sup>115</sup>... eu disse... vamos esperar... a lua CLARA que só um dia... pense num dia à noite... disse... pera<sup>116</sup>... deixa eu... aí... aí eu disse deixa o menino chegar... Aureliano num chegar que ele tá baleado... quando deu fé ele chegou... ele só fez agarrar comigo<sup>117</sup>... Mané Agostim... Pronde<sup>118</sup> nós vamo? Chico Filina... morava... era morador de cumpade<sup>119</sup> Bento...

<sup>109</sup> Desde.

<sup>110</sup> Damos

<sup>111</sup> Trajes próprios de sobrevivência no mato, com cartucheira, etc.

<sup>112</sup> Planta cactácea que é servida para o gado.

<sup>113</sup> Sob a mira da espingarda.

<sup>114</sup> Pé do ouvido.

<sup>115</sup> Espinho.

<sup>116</sup> Espera.

<sup>117</sup> ... "ele só fez se abraçar comigo"...

<sup>118</sup> Pra onde nós vamos.

<sup>119</sup> Compadre.

pra casa de Chico Filina... deixa eu melhorar que eu vou também... aí deu aquele grito... ele me soltou... caí pro riba dele... deixei ele morto... já morto... aí eu disse... tem uma coisa... os caba vem atrás... aí cheguei na casa de Chico Filina... um homem vai entrando... é Mané Agostinho... Maria... ah... é Mané Agostim... aí eu contei a história... ele disse... agora você vai me a((judar))... era (Grilo)... tinha Bento... de Chico Filina... tinha Antõi... o finado Antõi de Naísa... era solteiro... e... Inácio Coco... deram uma espingarda a cada um... me deram uma foice... que diabo eu faço com a foice... ((gargalhadas)) mas eu ia já sem...

C. - sem destino...

[

A. - eu ia torto... sem destino... dizia... paraí<sup>120</sup> menino... outro dizia... vamo escutar... que ali perto... ponha<sup>121</sup> na... ponha na frente... você sabe que eu tô ficando véi... aí saiu... saímos na vareta... quando ( ) adiante... ele... aí... ( ) vamos escutar... se tão falando... a espingarda dele fazia pó.. pó... pó... rapaz... num bata não... quando chegemos lá tava a polícia... os caba ouviram os gritos do menino com o rapaz... foram bater no canto... chegemos... pegamos ele... butamos na rede... arranquemos... quando chegemos na casa de Chico Filina... butemo ele... quando é... aí fôro<sup>122</sup> durmir... e o outro ficou ( ) com o badaleiro<sup>123</sup>... os zói<sup>124</sup> ficou abuticado<sup>125</sup>... que era primo meu... sem conversar... sem nada... calado... os zói buticado... disse... só fez... disse... me dê um canto preu<sup>126</sup> me esconder... vá lá ponde<sup>127</sup> tá o povo... lá pra dentro... ficou eu sozinho mais<sup>128</sup> o menino... com a luz acesa... a garapa e rapadura com bulacha saindo... láí vinha um converseiro... eu disse...

C. - é ele...

A. - minino... o dragão vem ali... os caba vem ali... aquilo passou ( ) quando passou era a polícia de São João<sup>129</sup>... eu na brecha da porta... eu digo... o que é que eu faço? aí descaram... com um pedaço<sup>130</sup> chegou Simão...

B. - isso foi em que ano seu Mané?

A. - foi em quarenta<sup>131</sup>... se deitaram... o Zé Timbaúba... eram sete caba... disse... ei... vamo simbora... que o morto tá emborcado com uma prata de dez tões... na boca... ( ) emborcaram ele... vamimbora que nós vamos ser pegado... aí a polícia quando chegou... chegou lá na casa de Joaquim Martim... disse... Joaquim... seu Joaquim... abra a porta... num posso não... vala meu Deus... não... é a polícia de São João do Cariri... era um tal de Severino Ramos<sup>132</sup>...

B. - Nunes...

---

<sup>120</sup> Pare aí.

<sup>121</sup> Ponha-se.

<sup>122</sup> Foram.

<sup>123</sup> Arma de fogo.

<sup>124</sup> Olhos.

<sup>125</sup> Olhos abertos demasiadamente.

<sup>126</sup> Para eu.

<sup>127</sup> Para onde.

<sup>128</sup> Com.

<sup>129</sup> São João do Cariri-PB.

<sup>130</sup> Tempo.

<sup>131</sup> 1940.

<sup>132</sup> Tratava-se do Delegado Severino Nunes, com sua volante policial de São João do Cariri, pois *Timbaúba do Gurjão* ainda era Distrito do outro.

A. – aí ia um magote<sup>133</sup> (também lá)... ( )

**3.2.4.4 - Depoente: José Ivo de Moraes – 83 anos de idade. Município de Gurjão-PB (11/10/2004).**

- e Zé Timbaúba era filho daqui né?

- era filho daqui... eu sei que ele... ele... era filho de uma tal de Joaquina...

-era... certo...

- ( ) uma tal de Joaquina...

- que era daqui também?

- era também daqui... muito conhecida... tinha muita cobertura...

- ele... ( )

- tinha uma oração que dizia... ela fosse viva... que ele não era preso...

- tinha oração...

- (agente num viu)... mas devia ser num é?

**3.2.5 - PIRANGI**

**3.2.5.1 - Depoente: Antônio Guabiraba da Silva – 67 anos de idade. Município de Solânea-PB (05/01/2005).**

B. - quer dizer que Pirangi era rival de Bitó?

A. - Pirangi era... era rival de Bitó... agora... DETAlhado mesmo quem diz é Ageu... muito velho...

B. - é vivo?

A. - mas é lúcido... e tá no Róger preso... por que a pena foi pra mais de trinta anos né...

B. - sim...

A. - era trinta anos... mas ele veio... pediu pra ficar (pelo menos dentro)... conhecido por Manuel dos Prazeres... lá...

C. - é... Manuel dos Prazeres... conhecido no presídio... ele tá dizendo isso por que ele ia pro Presídio do Róger e trazia troço...

---

<sup>133</sup> Lote ou grupo de homens, marmanjos.

- A. - é... feito por eles... (artesão)...
- [
- C. - por eles... e ele trazia troço que... Arlindo mandava pra Mané... Arlindo foi outro bandido...
- A. - Arlindo foi aquele das nove mortos lá... na Sariema...
- C. - foi...
- A. - Arlindo... ói... de Antônio Silvino a... a Pirangi... a Bitó... o senhor pode ( ) pra lá e...
- B. - conversar com ele...
- [
- A. - meter a mão na máquina... que ele detalha TUdo...
- C. - mãe dizia que Pirangi só matava o caba furando aqui...
- [
- A. - era...
- C. - e era... era... pra fazer esse serviço mesmo... Antônio ((o depoente)) conheceu ele... João Granjeiro de Barra de Santa Rosa... pequenininho... baixinho... chapéu de couro... zoinho azul... ligeirinho... aquilo matou muita gente... aí era João Granjeiro... Pirangi né...
- B. - Ageu...
- [
- C. - juntava João Granjeiro... Pirangi... Ageu... tem outro que eu tou querendo me lembrar do nome dele e num me lembro... Militão Patrício... que Marira tem um (retrato) dele... e até depois ( ) fotografia...
- A. - pronto... aí então você faz assim... ir na João Pessoa... pode ir lá... isso é história todinha dê... dê... dêsse pessoal... inclusive Lampião...
- C. - ele já tá muito véi num já?
- A. - tá véi demais...
- [
- C. - foi preso em quarenta e três foi?
- A. - eihn?
- C. - quarenta e três?
- A. - foi preso faz uma porção de anos... mas também... tá lúcido... que ainda faz aqueles negocinho de chifre... ele faz aqueles currimboquezinho rapaz...
- C. - mandava pra mãe...
- A. - era...

C. - nera? tu trazia troço pra mãe...

[

A. - era... trazia... ( )

[

C. - ele quem fazia os troço...

### 3.2.6 - BITÓ

#### 3.2.6.1 - Depoente: *Padre José Rodrigues Fidélis de Souza* – 84 anos de idade. Município de Remígio-PB (02/09/2004).

##### 3.2.6.1.1 – OS ANÔNIMOS DE BITÓ

- mas tinha... tinha... Bitó... tinha Pilão... e o velho Porfírio mesmo que era muito bom no gatilho... e tinha os cabras do Sítio Velho que nunca deram o((s)) nome((s))<sup>134</sup> a ninguém e só fazia as coisas às escondidas... onde morreram quatorze por causa do rabo de uma ovelha... depois passaram pro rabo da gata... e eles ficam bandido mesmo de raiva quando chamam rabo da gata... os de fora vinham matar os desafetos políticos aqui dentro a mando de outros coronéis... porque o bandido se quer classificar a bandidagem era dos coronéis... eram quem mandavam... quem acoitavam... quem escolhiam aqui... puseram a feira em domingo... ainda hoje tá no domingo... acho que ainda é rancho de coronel que bota o dedo pra num se mudar a feira do domingo... tudo... o domingo é pra descansar... pra visitar os doentes... os enfermos... da oração... da santa missa... olhe... nós éramos cercados de coronéis... se você quiser fazer uma pesquisa... (de cunho ético... fator do banditismo...) que eram os coronéis sempre os mandantes... então o coronelismo é... sofreu a revolução de trinta por causa do banditismo que eles acoitavam... eram os homiziadores dos bandidos... conhecendo o nosso município que era o Mundo Novo<sup>135</sup> dos Cunha Lima... o Mundo Novo dos Cunha Lima... comé<sup>136</sup>? o pai de... de... do Prefeito de Arara... aquele moreno... era coronel lá no... tinha... tinha... um vaqueiro dele... um administrador que era vaqueiro também... que acabava a feira em Arara... era conhecido como bandido... a mandado do velho... ele montava um cavalão de pegar boi... saía dentro da feira num é... no cavalão dele... ele saía... quem... quem tivesse na frente... saísse... aqui quem manda é EU...

##### 3.2.6.1.2 - OS CACETEIROS DE BITÓ

- olhe... quando havia aqui uma política forte... os mesmos coronéis que patrocinavam a... que traziam os cabras caceteiros pra jogar cacete aqui nas beiras dessa lagoa... era a escola do banditismo... aqueles cabra (que mais atirava)... mais corajosos... mais corajosos... e que mais derrubavam pau... eles levavam pra prepará-los pra essas coisas... se preparava Bitó... Bitó... (eu... verde... de...) zelar o tempo de menino... ( ) tanto ele como Zé Pilão... era um grande menino que respeitava muito a nós... e nossos pais tinham muito cuidado da gente... não

<sup>134</sup> Entre os cangaceiros desconhecidos de Bitó, alguns nomes foram elencados durante a pesquisa tais quais: Betânio, Severino Cituca, Rafael (brigava de faca em punho, segurando a manga da camisa oponente pelos dentes), Boinho da Faca Cega, Joana Galega (coiteira), Antôï Boi, Pêdo Fumeiro, Cotó, Boró, Canção, Ferrinho, Marreiro e Goifino. O ferreiro das armas era Zé Chico (ainda vivo), cujo pai Caenga foi cabra que fugiu do grupo de Antônio Silvino depois de desistir da vida malfeitosa.

<sup>135</sup> Sítio Mundo Novo, município de Remígio-PB.

<sup>136</sup> Como é?

demorar com eles... mas trabalharem juntos... se respeitarem... (como disse o meu avô)...  
cobrava respeito... a gente não pode... tudo que o povo conta... contar como... como verdade...

[

- é...

- agora... como havia uma crise política como a... foi de vinte e sete a trinta... até a eleição de João PesSOA... vinte e oito... vinte e nove... trinta... três anos... João... ele fez uma revolução administrativa... João Pessoa... porque... ele declarou-se contra os coronéis... e sofreu até ser assassinado por um filho de coronel que foi João Dantas né... hoje todo mundo defende João Dantas... mas num defende os Dantas de Teixeira que eram mandantes...

- ô Padre Fidélis... Zé Pilão era daqui de Remígio?

- Filho de Cepilho... nós fomos vizinhos lá... musculoso... trabalhador... disposto... e lhe desse o... ( )

### 3.2.6.2 - Depoente: Severino Cavalcante de Albuquerque (o poeta) – 78 anos de idade. Município de Remígio-PB (02/Set/2004).

- tinha um senhor chamada Manoel Porfírio... que era um... um... valentão... e era pai de Zé Pilão... aí Zé Pilão tava lá pra o sertão... que ele vivia assim fazendo contato... matava... ( ) da casa dele... e vivia naquela vida... irregular do cangaço... aí... mataram Manoel Porfírio... tá entendendo a história num tá? aí mataram Manoel Porfírio... aí Bitó... olhe... nunca foi Joca Soares<sup>137</sup> quem mandou... *foi Joca Soares que mandou*<sup>138</sup>... aí a notícia foi pra Zé Pilão... aí Zé Pilão quando soube da história ficou indignado... e voltou pra cá... aí juntou-se com um tal de Ciango... um tal de Bitó... daquela época... e outros mais... e formaram um bando... aí... vinheram já com a intenção de matar o Joca Soares... quando foi um dia... eles... deixou o povoado... mas já era noite... atirando<sup>139</sup>... aí o povo fechou as portas... noite... todo mundo ficou assombrado... foram lá na frente da casa de Joca Soares... que era uma loja de tecidos... e deram muitos tiros lá na casa... mas não tinha mais ninguém que Joca Soares... já tinha vindo pra casa... mais dois filhos que trabalhavam com ele na loja... e... estavam em casa... aí eles lá ( )... vinheram... entraram pelo muro da casa... por trás... fizeram dentro do muro... pelaram um galo... naquela época todo mundo criava galinha... mesmo na rua... e todo mundo tinha um galo pra cantar ali... e aí arrodaram a casa passando por dentro do jardim... e deram... dispararam muitos tiros... fazendo uma ameaça... aí passou... aí o povo ficou em suspense... pronto... a desgraça vai acontecer... vão matar Joca Soares e tal... que quando foi outro dia... eles desceram detardezinha... de rua abaixo... deram tiro... o magote... e assombraram todo mundo... aí quando chegaram na loja... tava Joca Soares e os dois filhos... aí quando entraram foram logo atirando... mataram Joca Soares... mataram um filho... e o outro caiu por debaixo do balcão... e despencou um bocado de peça de fazenda naquele reboliço... caiu por cima dele... não viram... esse escapou... mas Joca Soares e o filho... eles mataram... aí disse que no momento que mataram... ficaram dançando em cima dos cadáveres dizendo... *pisa Pilão... dança Bitó... que dos homi da rua... tiramos o milhó*<sup>140</sup>... pisa Pilão... dança Bitó... e ficaram cantando a casa todinha... aí ficou aquela desgraceira terrível... o...

<sup>137</sup> Depois desse acontecimento, o bando entrava nas ruas de Remígio cantando alto uma modinha que dizia: Olê, Olá/ Quem matou Joca Soares/ Foi Bitó do Camará...

<sup>138</sup> Afirmação do povo interpretada pelo locutor entrevistado.

<sup>139</sup> Os tiros eram inicialmente disparados aleatoriamente de uma frondosa gameleira próxima a Vila, para qualquer ponto desta. Depois, o bando entrava em tropelia pelas ruelas vazias.

<sup>140</sup> Esses versos por inúmeras vezes foi cantado pelo bando ao dançar em coletivamente nos arredores de Alagoa de Remígio.

povoado... quase acabou-se... ele tinha comprado uma banda de música... Joca Soares... tinha... preparado vinte e dois músicos... comprou duas fardas... uma amarela... outra branca... e começou um desmantelo aqui...

### 3.2.7 - BOCA RASGADA

#### 3.2.7.1 - Depoente: Iracema Laureano Nogueira (D. Seminha) – 88 anos de idade. Município de Remígio-PB (02/09/2004).

- tinha Boca Rasgada... aí... Boca Rasgada num andava aqui (não)... era como um cigano num era... ( )... era como um cigano... assim como... todo mundo fechava as portas...

## 3.3 – O depoimento sob análise do discurso

### 3.3.1 – Conceitos fundamentais

A análise do discurso consiste na priorização do estudo da linguagem como questão fundamental. Mesmo englobando a lingüística e a gramática normativa como elementos de subsídio, entre outros, acrescidos ao contexto sócio-histórico, o estudo dos sentidos penetra nos processos e condições de produção da linguagem, refletindo a realidade exterior que lhe serve de anteparo existencial. Nessa confluência múltipla, o discurso é o lugar onde se estabelece a relação entre língua e ideologia, introduzindo a noção de sujeito como característica crucial de herança psicanalítica.

O discurso (efeito de sentido) é o objeto que conota a linguagem no seu estado mais dinâmico, em sua vivacidade que faz significar (significando, em gerúndio) e que se faz significar (significado, em particípio), tendo [...] *em conta o homem na sua história* [...]. (ORLANDI, 2000, p. 16) A análise de discurso reflete sobre a maneira pela qual a linguagem se materializa na ideologia e como esta está imbricada na língua. (*op. cit.*, p. 18) Por isso, a ideologia é tida como a materialidade que dá volume às entrelinhas da língua, as quais generalizamos como *discurso*.

Ela se difere da *análise de conteúdo* porque não separa forma e conteúdo, como a última separa independentemente da situação vivenciada em enunciação, mas instaura a não-transparência como fator que relaciona estrutura e acontecimento como constituintes materiais da produção de significados. (*loc. cit.*) Por causa disso, escolhemos em nossas entrevistas o ambiente no qual o entrevistado sempre se inseriu, observando dessa forma, todo o contexto social que determina a historicidade dos seus dizeres e a ideologia neles embutida. Nessa

perspectiva, a análise de discurso permite trabalhar entre a descrição e interpretação, relacionando os processos de produção de sentidos em suas condições naturais.

A análise de discurso visa fundamentalmente, colocar em relevo a noção de leitura, não interpretando literalmente, mas trabalhando nos limites possíveis da interpretação, de modo que a coisa não significa exatamente, mas pode eventualmente significar. Na análise discursiva se inserem a Filosofia e as Ciências Sociais como substratos constantes, pois a linguagem só é o que é porque faz sentido, assim como esta só faz sentido porque se insere no contexto histórico. (ORLANDI, 2000, p. 25) Para trabalhar o sentido, não mais isolado, mas um sentido que anda de mãos dadas com o componente pragmático, a análise articula três regiões do conhecimento, sendo a primeira, a teoria e sintaxe da enunciação, a segunda, a teoria da ideologia, e a terceira consiste em ressaltar os aspectos de determinação histórica dos processos na significação, tarefa esta desempenhada pela teoria do discurso. (*Op. cit.*) A aplicação delas nos estudos do discurso consiste na problematização do sujeito com o sentido, da língua com a sua história.

A leitura então resulta numa conjuntura que necessita de um artefato teórico capaz de romper a barreira da objetividade e instaurar na interpretação um redimensionamento que amplia seus limites, dinamiza seus mecanismos e derruba a “verdade” da transparência proposta anteriormente pela análise de conteúdo. (*Op. cit.*, p. 26) Não há mais uma verdade escondida por trás do texto, mas formas múltiplas de interpretação com as quais o analista trabalha a maneira pela qual as coisas significam.

Nesse entremeio interpretativo entram em voga três categorias que deverão ser consideradas no estudo do discurso: a *inteligibilidade* se refere ao sentido restrito à língua da qual podemos entender que “alguém falou algo”, proposição esta inteligível, mas não interpretável, pois não se sabe que “quem falou o quê”; a *interpretação* é a determinação desse sujeito com os respectivos complementos; a *compreensão*, por ser mais ampla, verifica outras possibilidades de leitura que não estão explícitas na interpretação, ou seja, pode-se compreender apontando os processos, o contexto, e/ou as possíveis causas pelas quais fulano falou o já conhecido. (*loc. cit.*) Genericamente, podemos dizer que compreender é saber como um objeto simbólico produz significações. No caso, um objeto simbólico é qualquer produção derivada de uma linguagem, seja ela verbal ou não verbal, como por exemplo, um texto (escrito ou falado), uma pintura, uma fotografia, uma música, um produto, ou uma escultura.

A diferenciação do “dispositivo teórico” de interpretação (que une o rigor do método aos limites da análise de discurso) daquilo que chamamos de “dispositivo analítico” é também, fundamental. Este último se constitui como sendo a “questão” da análise cuja

responsabilidade se atribui ao pesquisador. (*loc. cit.*) Assim o dispositivo teórico é único, ao passo que o dispositivo analítico é a questão específica (mesmo sendo, a princípio, múltipla) colocada pelo analista, formada pela natureza do material colhido, suas particularidades, a adoção de determinados conceitos a serem trabalhados, o procedimento usado, sua prática de leitura, o trabalho com a interpretação, e outras variáveis.

As condições de produção compreendem o sujeito e a situação, acionados pela memória. Essas condições de sentido estrito se resumem ao contexto imediato (enunciação) enquanto que as de sentido lato envolvem o contexto sócio-histórico-ideológico. A memória discursiva, tratada como interdiscurso, disponibiliza todos os possíveis dizeres que propiciam ao enunciador a base do dizível (ORLANDI, 2000, p. 31) O dizer não é propriedade particular do qual o locutor se apropria, mas sim formado por milhares de outras vozes ideológicas que se constituem involuntariamente através da história. Ou seja, o que o sujeito diz não é exatamente seu, mas um resultado miniaturizado da macroestrutura que constituiu ao longo do tempo a “sua” voz, em outros lugares. As outras vozes (o que já foi dito) são os interdiscursos que, conforme Courtine (*apud* ORLANDI, 2000, p. 34), falam anônimas na voz a ser dita.

O jogo no qual o discurso é regra, vale-se de dois elementos que se interceptam na enunciação: a *formulação*, que só é possível numa atualidade, lança mão da *constituição*, historicamente construída pelo interdiscurso (ou memória afetada pelo inconsciente).

A prática discursiva de leitura “propõe considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito do outro, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito” (*op. cit.*, 2000, p. 34)

### 3.3.2 – O objeto discursivo em transe

Como um dos nossos objetivos era aplicar a análise do discurso nos depoimentos colhidos na pesquisa feita em campo, acabamos por analisar alguns deles de acordo com a ordem como estão elencados no subcapítulo 3.2 – primeira etapa do processo analítico.

Ao descrevermos parte do depoimento do Sr. FSS<sup>141</sup>, percebemos que mesmo citadas cenas de estupro, há uma presença de racismo que permeia todo o texto, no qual o depoente apelida o Luís de *Nêgo Luís*. Claro que este “Nêgo”, embora não seja masculino de *nêga* (mulher bonita) ou diminutivo lingüístico de *negro*, promove uma discriminação racial que se fortalece com o termo pejorativo “cabruá”, repetido três vezes seguidos. Cabruá é no popular, substantivo coletivo de cabras, cangaceiros. Cabra é feminino de bode, porém no cenário

---

<sup>141</sup> Francisco Sales Sampaio.

social brasileiro é palavra polissêmica que significa, para a elite, mestiço ou pardo. Se é híbrido, não é puro, se é impuro, não merece ser tratado com pompas pelo depoente. Até mesmo quando ele cita “... era o cão por moça...”, reforça o imaginário da cor preta que está atrelada ao “cão”, que neste caso não é cachorro, e sim o capeta. Essa obsessão é mais uma vez observada quando FSS descreve a escuridão extrema no ambiente do episódio da morte de Nêgo Luís: “... Fizeram o baile. Quando foi meia-noite. Meia noite. Ele no ponto dele lá...”.

Mais adiante, FSS já não se ateuve ao cangaceiro Nêgo Luís, mas simplesmente ao negro que ele era: “...aí o Nêgo chegou na casa duma veia. Numa fazenda. Aí arranchou...”

Na verdade, o sujeito enunciador apenas transfere para o texto falado, a historicidade do contexto social no qual o mesmo está inserido. Primeiro porque o depoente tem pele branca. Em segundo lugar, ainda é proprietário das terras visitadas pelo personagem real que é foco do depoimento. E em terceiro lugar foi amigo da família Correia, a qual teve uma de suas virgens “devorada” pelo cangaceiro, por isso toma partido em favor dos Correias. É tão evidente que ao final da história, a vitória do pai que vingou a “honra” da filha, foi contada de forma entusiástica pelo depoente. A posição desse sujeito foi desenhada pela formação discursiva retomada de um sentido pré-determinado.

Se o sentido não existe em si, mas é originado das posições institucionais nas quais o sujeito se assujeita e sua ideologia se determina, é possível afirmar que o que existe como pano de fundo do sujeito é exatamente uma formação discursiva que preconiza o efeito de sentido que pode e que deve ser produzido. Ou seja, as palavras deixam de ter um sentido nelas mesmas e passam a se significar dentro da formação discursiva da qual derivam e na qual se inserem.

Os sentidos não são assim predeterminados por propriedades da língua. Dependem de relações constituídas nas/pelas formações discursivas. No entanto, é preciso não pensar as formações discursivas como blocos homogêneos funcionando automaticamente. Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações. (ORLANDI, 2000, p. 44)

É por isso que o cangaceiro quando se refere ao soldado militar como “macaco”, na realidade está representando o seu lugar enquanto rival do outro. Podemos dizer que ele não fala por si, mas reproduz os *mesmos* que ele é. E podemos até afirmar que não é o cangaceiro que fala, e sim a sua posição, pois influenciado pela linguagem e pela história, sob o modo do

imaginário, o sujeito falante não tem domínio do que diz. (ORLANDI, 2002, p. 48-49) Dessa forma ele é

[...] sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constituiu, ele não fala, não produz sentidos. (Op. cit., p. 49)

No caso da entrevista concedida por ABA<sup>142</sup>, o que ressalta no texto é a união da família em prol de um líder que orgulhava os *Bandas*. De difícil apreensão por parte de quem escuta o depoimento, tivemos a necessidade de enfatizar a repetição de alguns trechos, visando ratificá-los para que, o interlocutor de audição desacomumada, poderia tê-los como compreensíveis. Como João de Banda foi cabra expulso do bando de Antônio Silvino, a incorporação dos irmãos Jorge, Antônio e Chico, somados a outros asseclas inconsanguíneos, fizeram de João de Banda chefe de outro grupo, inclusive rival ao grupo de Silvino. Segundo ABA, os dois chefes eram amigos, “...mas se apartaram. Fizeram dois grupos... Independentes...”

As afirmações de ABA confirmam o depoimento de RA<sup>143</sup>, cujo relato expõe o motivo final da expulsão de João de Banda e Chico de Banda do referido bando, caso ocorrido na cidade de Areial-PB. João era temido em seu convívio por causa do seu temperamento irrequieto. Num almoço oferecido pelo coiteiro (não mencionado), após ser indagado por alguém sobre quem seria o seu homem de confiança, “... Silvino apontou para o capataz dele...” Tomado de inveja e indisciplina, “... João pegou um osso... Jogou na testa do cara. Pum!... O sangue desceu...” Sabendo da valentia ímpar de João, “... Antônio Silvino ficou calado...” e o agredido “... não fez nada...” Após terminada refeição, Antônio Silvino disse a João: “... arrume suas bagagens e desapareça do meu bando... eu não quero gente da sua qualidade no meu bando...”

O que nos chamou a atenção foi a coragem com que João de Banda enfrentou repentinamente a seu chefe e a seu companheiro de bando. Caso tivesse saído impune daquela situação constrangedora, João certamente se tornaria chefe do bando. Essa atitude nos faz lembrar os conceitos de paráfrase e polissemia que estão adjacentes ao episódio citado. João teve um discurso totalmente imprevisível diante daquilo que ele convencionalmente deveria ter, pois não aceitou a escolha daquele que seria o primeiro depois do seu chefe e arriscou: ou

---

<sup>142</sup> Anísio Balbino de Araújo.

<sup>143</sup> Roberto de Almeida.

era subchefe ou então seria chefe do seu próprio bando. Podemos chamar esta particularidade de contradiscurso.

Em relação à paráfrase e à polissemia, é importante percebermos a dicotomia que há entre essas duas nuances extremas do discurso: o mesmo e o diferente. A paráfrase consiste na estabilização do dizível, pois é uma espécie de *retorno aos mesmos espaços do dizer* (ORLANDI, 2000, p. 36), ou seja, as diferentes formulações são, na verdade, modulações de um discurso sedimentado através do tempo, da língua, da instituição na qual os sujeitos se inserem e falam, como também na própria ideologia.

O processo polissêmico, por sua vez, vem a romper a barreira da previsibilidade, estabelecendo uma tensão no jogo lingüístico dos significados, o que vem a convergir e a divergir nos objetos simbólicos em pauta. É um texto que foi produzido fora dos padrões – ruptura dos espaços do dizer.

O contexto prescindia de cuidado, medo, obediência, silêncio, submissão. Mas João foi o contrário disso tudo. Quebrou a barreira da subserviência e implantou a contrariedade da independência pessoal, e por conseqüência particular, familiar. O silêncio da pergunta possibilitou a entrada deslocada do improvável, pois o espaço vazio estava incompleto. A incompletude é uma das condições da linguagem, pois, na medida em que o sujeito e os sentidos não são completos por si próprios, funcionam como se fosse uma azáfama de movimentos onde qualquer ausência é a presença do possível. Como o discurso é a própria linguagem em movimento, o que se movimenta nas entrevistas de ABA e RA é a idéia de liberdade.

O depoimento de FS<sup>144</sup> sobre a oração de encantamento (desaparecimento) de João de Banda nos remete a uma religiosidade atrelada em grande parte ao catolicismo popular brasileiro. “Ele era afilhado de papai Joaquim Gomes”. “... ele sempre ia visitar papai Joaquim Gomes. Pedir a bênção...”. “... Papai Joaquim Gomes mandou botar a ceia... na mesa bem comprida... a meninada todinha arrodando ali...”. A invocação de palavras do mesmo campo semântico como “afilhado”, “bênção”, o tratamento paternalista que recai sobre o que na realidade seria *Avô Joaquim Gomes*, e o ornamento da “ceia” com os meninos preenchendo as arestas do tampo da grande mesa, são retratos semelhantes ao quadro *A Última Ceia*, do pintor italiano Leonardo da Vinci. João, embora cangaceiro, foi convidado por seu companheiro Joaquim, aceito por a misericórdia de Deus, para compor a mesa dos meninos aprendizes (apóstolos). A citação da casa Nova Olinda também remete à Nova Jerusalém,

---

<sup>144</sup> Fleuriza Soares.

onde é feita encenação da santa ceia. FS faz uso da memória religiosa de sua cidade Soledade-PB, de sua família, localizada temporalmente no início do século passado, para entremear o seu discurso de imagens do seu arquivo mnemônico. A interdiscursividade presente no texto, faz com que lembranças sobre os parentes, atreladas a uma infância remota, remontem-se com outros eus implícitos no seu dizer atual. Para entendermos o que é interdiscurso é necessário que consideremos a memória como ponto fundamental, pois em se tratando de um conjunto de *formulações anteriores*, às vezes esquecidas, constitui-se como uma *memória discursiva* que lança mão de um enunciado anônimo para se fazer presente na atualidade de outro enunciado. Ou seja, o dito só é propalado com base no que já foi dito em algum lugar, em outro momento, mesmo distante, por outrem.

Já a invisibilidade atribuída a João de Banda, em virtude de “... uma oração forte.”, resgata o milagre da transfiguração de Cristo, pela incredulidade de São Tomé. O próprio segredo sobre o qual João confessa: “... não posso dizer essa oração a ninguém se não perde a validade.”, retoma a força de São Cipriano, cuja valia é centrada no poder do secreto. É um discurso no qual a trindade do sagrado, do profano e da superstição se confunde. A depoente, acrítica, assume uma posição de sujeito assujeitada porque relata a história como se fosse verdadeira acima de qualquer suspeita. Nenhuma dúvida pode ser colocada, pois é uma versão da própria família, que por sinal deve ser considerada não só por ela, assim com pelos outros, como teoricamente infalível.

Associada à memória discursiva, está a questão do esquecimento. Segundo Pêcheux (*apud* ORLANDI, 2000, p. 34-35) existem dois tipos de esquecimentos: o esquecimento enunciativo e o ideológico. O primeiro deles se refere a maneira pela qual dizemos alguma coisa, maneira esta que é única na enunciação, “auto-suficiente”. Essa ilusão de auto-suficiência nos faz acreditar inconscientemente que a relação tricotômica que há entre o pensamento, a linguagem e o mundo, é direta e realística, mas esquecemos que o que foi dito pode ser dito também de outras formas, com outras palavras, outras expressões e outros pensamentos. Já o segundo tipo de esquecimento, o ideológico, refere-se ao fato de que o discurso não se origina em nós mesmos, pois, na medida em que é um processo no qual adentramos desde quando nascemos, também nos faz pensar que o nosso dizer é próprio, quando na verdade está entremeado por todo um sistema institucional que nos condiciona o que é dizível.

No relato feito pelo Padre JRFS<sup>145</sup> sobre os anônimos de Bitó, o texto foi pretexto para que o padre pudesse instaurar o seu discurso político sobre a influência que o coronelismo teve no âmbito da Igreja. Segundo JRFS, a base de sustentação para florescimento de banditismo na região era o apoio incondicional dos coronéis, pois até os bandidos do *Rabo da Gata* “... vinham matar os desafetos políticos aqui dentro a mando de outros coronéis...” De acordo com a noção de JRFS, o verdadeiro banditismo estava nas mãos da figura do coronel

... por que o bandido, se quer classificar a bandidagem, era a dos coronéis. Eram quem mandavam, quem acoitavam, quem escolhiam. Aqui, puseram a feira no domingo. Ainda hoje está no domingo. O domingo é para descansar, para visitar os doentes, os enfermos, da oração da santa missa... Então o coronelismo, sofreu a revolução de trinta por causa do banditismo que eles acoitavam. Eram os homiziadores de bandidos... (Padre JRFS)

No outro relato sobre a formação do bando de Bitó através das “renas de caceteiros<sup>146</sup>”, o Sr. JRFS menciona a importância que o Presidente João Pessoa teve no combate ao banditismo na Paraíba, no triênio 1928-1930:

Ele fez uma revolução administrativa. Declarou-se contra os coronéis e sofreu até ser assassinado por um filho de coronel que foi João Dantas. Hoje, todo mundo defende João Dantas, mas não defende que os Dantas de Teixeira eram os mandantes. (Padre JRFS)

É em cima dos textos acima que fazemos uma visita à formação imaginária do discurso propalado pelo padre. Representando a instituição na qual o mesmo exerce uma função hierárquica, o padre JRFS fala, na verdade, não por ele, mas sim por todos os padres que naquele momento se presentificam. O discurso implantado pelos coronéis atingiu o discurso da igreja e de seus devotos reservarem o domingo, para que os fiéis pudessem assistir à missa e pôr em práticas as ações de liturgia. O que causa relação adversária é principalmente o fato da mudança do dia de feira para o domingo, pois atrapalha tal dia que, segundo as “escrituras”, é reservado ao descanso.

O fator inicial que incide no eixo das formações imaginárias é o das *relações de sentidos*. De acordo com esta noção, todo discurso nem é começo nem fim em si mesmo, pois considerado unitário, tanto é resultado de outros macrodiscursos antecedentes como também, enquanto microdiscurso, pode ser influência no resultado significativo de outros discursos que

---

<sup>145</sup> Padre José Rodrigues Fidélis de Souza.

<sup>146</sup> Locais onde se jogavam lutas de cacetes.

vêm depois dele. Essa relação recíproca gera um círculo giratório do qual podemos retirar sentidos e no qual podemos inserir significados.

Outro fator importante é o da *antecipação*, segundo o qual todo locutor, conhecendo o seu interlocutor, pode se colocar no papel deste último para, sentindo-se como tal, poder sentir o que o mesmo quer ouvir e como este pode reagir às formulações que pelo outro seriam feitas, tendo deste modo, condição cômoda para, criar um texto de uma forma que se pode obter os resultados cujo locutor inicialmente os desejava. (ORLANDI, 2000, p. 39) Essa cadeia de experimentação, imaginação e estratégia, funciona muito mais de maneira inconsciente do que conscientemente. No caso do padre JRFS, a *antecipação* foi proposital ao introduzir os bandidos para falar nos coronéis, e dos coronéis para falar sobre a influência indesejada dos mesmos na modificação do dia de feira, dia este que seria dedicado para à Igreja.

O terceiro fator é o da *relação de forças*, cuja idéia gira em torno da posição em que o sujeito está na instituição que lhe sustenta como enunciador. Assim, o que o sujeito de uma hierarquia de topo diz, teria significações diferentes daquilo que um subordinado enunciaria com as mesmas palavras ditas (pelo primeiro). Então, as coisas significam de acordo com o sujeito posicionado, tendo o poder de falar aquilo que a sua condição lhe assegura e legitima. Assim, o discurso do padre gira em torno de insatisfação, despeito e rivalidade.

Os três mecanismos de funcionamento do discurso sobre os quais falamos, é base de sustentação para o que chamamos de *formações imaginárias* do discurso. O imaginário, que faz *parte do funcionamento da linguagem* (ORLANDI, 2002, p. 42), incorpora as relações de *sentidos e forças*, unidas ao poder de *antecipação*, para juntas sedimentar a abrangência do mecanismo imaginário.

O tema do depoimento de AGS<sup>147</sup> é a formação do bando de Pirangi – o cangaceiro violeiro -, que se uniu a Manuel dos Prazeres (Ageu), Militão Patrício, Arlindo e aos “Granjeiros” de *Barra de Santa Rosa-PB*. O que rege todo discurso é a sensação de omissão, pois mesmo se sabendo do conhecimento prévio de AGS, com relação a este assunto, o mesmo começa dizendo: “Pirangi era rival de Bitó. Agora, detalhado mesmo quem diz é Ageu, muito velho... Mas é lúcido e está no Roger<sup>148</sup> preso. Porque a pena foi pra mais de trinta anos”. Na verdade, Pirangi foi preso em 1943. Cumpriu a pena, mas preferiu ficar vivendo no Presídio do Roger, por achar que não se adaptaria novamente ao mundo externo.

---

<sup>147</sup> Antônio Guabiraba da Silva.

<sup>148</sup> Presídio do Roger, João Pessoa-PB.

A tentativa de AGS foi se refugiar naquele onde a fonte de informações seria mais óbvia: Ageu – um dos membros do grupeto. Depois, AGS segue dando apontamentos, sugerindo e propondo. Vejamos: “Arlindo foi aquele dos nove mortos lá na Sariema<sup>149</sup>.”, “... de Antônio Silvino, a Pirangi, a Bitó, o senhor pode ir pra lá.”, “... Pronto. Aí então você vai a João Pessoa. Pode ir lá. Isso é a história todinha desse pessoal.”, “Tá velho demais”.

A ausência de um discurso é a presença de dois: aquele que o Sr. AGS assumiu enquanto o omitiu e o outro que é o discurso da própria omissão. O depoente se desdobra para se fazer representar tanto pelo *eu autor* como pelo *eu sujeito*. (ORLANDI, 2000, p. 73)

Como diz Vignaux (1979), o discurso não tem como função constituir a representação de uma realidade. No entanto, ele funciona de modo a assegurar a permanência de uma certa representação. Para isso, diríamos, há na base de todo discurso um projeto totalizante do sujeito, projeto que o converge em autor. O autor é o lugar em que se realiza esse projeto totalizante, o lugar em que se constrói a unidade do sujeito. Como o lugar da unidade é o texto, o sujeito se constitui como autor ao constituir o texto em sua unidade, com sua coerência e completude. Coerência e completude imaginárias. (Op. cit., p. 73)

Temos então a configuração de um sujeito que, ao impor o seu discurso, é autor do *eu autor* (mais evidente neste caso), pois na medida em que a omissão é a completude de sua posição no texto, atributos de continuidade, coerência, claro, distinto, não contradição, conformam-se no texto em oposição aos atributos de um *eu sujeito*. (*id.*, *ibid.*, p. 74) Sendo assim, a autoria textual é uma função do eu discursivo, determinada pela necessidade de representação identitária que é própria do discurso. (FOUCAULT, *apud* ORLANDI, 2000, p. 75)

No depoimento de SCA<sup>150</sup>, o tópico é o assassinato de Manoel Porfírio, evento este que desencadeou as mortes Joca Soares<sup>151</sup> e a de um filho, na casa comercial de sua propriedade. Manoel Porfírio era pai alcoviteiro de Pilão, Bitó e Ciango.

Como Joca Soares era inimigo do velho Porfírio, adepto do cangaço, a autoria incógnita de sua morte foi naturalmente atribuída a Joca – comerciante têxtil de razoável poder aquisitivo. SCA, em defesa do Sr. Joca Soares, justifica que ao ser espalhada essa notícia, sem provas concretas, o povo achou que “... quem mandou foi Joca Soares...”. Mas antes anunciou que “Nunca foi Joca Soares quem mandou”.

<sup>149</sup> Sítio Sariema, município de Pocinhos – PB.

<sup>150</sup> Severino Cavalcante de Albuquerque.

<sup>151</sup> João Soares da Costa, benfeitor e líder político da Alagoa de Remígio.

Talvez, tomado pelo sentimento de paternidade que já lhe afeta, pertinente a qualquer pai de família como ele, SCA acaba por defender o Sr. Soares, mesmo que de forma tênue, ao se referir ao grupo de cangaceiros, que viviam como Pilão, “... naquela vida irregular...”. De quando em quando, dá impressões sobre essa tomada de posição: “Formaram um bando. Aí vinheram com a intenção de matar o Joca Soares.”, “... quando entraram, foram logo atirando... despencou um bocado de peças de fazenda naquele reboliço...”, “Ficaram dançando em cima dos cadáveres dizendo: pisa Pilão, dança Bitó / Que dos homi da rua / Tiramos o milhó”, “... aquela desgraça terrível...”, “O povoado... quase acabou-se... começou um dismantelo aqui.”. Essa citação onde o xaxado ecoa é toda recheada de repúdio por parte de SCA. Na entonação, nos gestos e no semblante.

Tanto nessa fala onde os “bons costumes” da família (em relação aos maus costumes da outra) é a razão norteadora do discurso, como nas outras falas donde o racismo de FSS, a independência e a religiosidade (de João de Banda), o descontentamento do padre JRFS e a ocultação de AGS ecoam, a marca maior é a particularidade de cada uma em relação às outras. Não houve a ocorrência de um determinado tema discursivo que se repetisse em outra fala. Foi por isso que no subcapítulo 3.2, transcrevemos as entrevistas sem a preocupação de agrupamento das falas com base em determinados temas. Mesmo assim, foi de fundamental importância a escolha de algumas dessas falas para que nós pudéssemos pôr o objeto discursivo em transe.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao terminarmos este trabalho, gostaríamos de ressaltar, primeiramente, todos os bandos resgatados historicamente. Englobando aqueles biografados rapidamente, somados àqueles descobertos em nossa pesquisa de campo, podemos listar dezessete cangaceiros-chefes: Cabeleira, José de Barros, Guabiraba, Jesuíno Brilhante, Adolfo Meia Noite, Rio Preto, Minervino, João de Banda, Chico Pereira, José de Totô, José Moleque, Nêgo Luís, Pilão, Zé Timbaúba, Pirangi, Bitó e Boca Rasgada. Os cangaceiros que foram simultaneamente biografados e citados nas entrevistas foram Bitó (do Camará) e João de Banda. Além de todos estes, se considerarmos os asseclas a estes subordinados, poderíamos elencar aproximadamente cem cangaceiros.

Evidenciamos também, as três hipóteses formuladas em nosso projeto de pesquisa. A princípio, o término do cangaço que se julga oficial não culminou com a morte de Corisco em 1940, pois encontramos Zé Timbaúba agindo no cariri-paraibano, ao início desta mesma década. Localizamos ainda, a ação de grupos como o de José de Totô no agreste e de Bitó no brejo, regiões estas que normalmente não são mencionadas pelo discurso oficial. A carência de fotografias dos bandos que se tornaram anônimos é um dos fatores preponderantes para a exclusão destes no discurso histórico, pois não houve ocorrência em nossa pesquisa de registro imagético. Detectamos somente a existência de fotos sob o poder de determinadas famílias que se negaram a expô-las, por receio provocado pela desconfiança que o cangaço nelas inspira.

Acerca dos registros imagéticos é interessante salientar que hoje, com o advento das fotografias digitais e com a edição de arquivos escaneados por meios de programas de computação gráfica, a grande quantidade de retratos antigos advindos da zona rural nordestina para as capitais é uma fonte inestimável com a qual se pode descobrir bandos ou cangaceiros não propagados pelo discurso do cangaço oficial. O manuseio dessas fotos por parte de quem as restaura geralmente não é feito com o objetivo de armazenamento que pudesse viabilizar futuramente a formação de um acervo importante para a história dos bandos armados do interior, todavia pode servir como um elo de ligação ao qual o historiador do hoje ou do amanhã pode se conectar a um passado ainda por poucos conhecido. Descobrimos em nossa pesquisa, empresas de fundo de quintal em Campina Grande-PB que recebem por mês aproximadamente oitocentas fotografias originais, as quais ultrapassam geralmente os sessenta anos de revelação. Entre as quais estão avulsas relíquias da História do Brasil que têm também um valor incomensurável para os estudos semióticos brasileiros.

Ao retomar alguns dos bandos que agiram no interior da Paraíba, denominados aqui de anônimos, estamos contribuindo para a desconstrução dos esteriótipos que estão vinculados às práticas generalizadas de um modelo continuísta. Com base nessas práticas é que foi construído o paradigma de Lampião como sendo o representante homogêneo do cangaço. A apresentação desses outros bandos traz a perspectiva de visualizar o cangaço como propriedade heterogênea a partir da qual se pode (t)ver outros Lampiões, reis em seus próprios espaços, temidos em suas respectivas área de ação, abordados por suas histórias peculiares, estudados através de suas características e analisados como particulares em si mesmos.

A descrição e a interpretação das falas dos sujeitos entrevistados também traz, à luz dos conceitos da análise do discurso, possibilidades diferentes de se abstrair a idéia central que está nos dos efeitos de sentido, proporcionando aos limites da interpretação, a coleta de elementos significativos alheios ao próprio cangaço, como é o caso da “família”, “liberdade”, “racismo” e “religiosidade”, desincorporados ao final da dissertação.

O presente trabalho permite não só a ampliação de seus próprios objetivos em resgatar os anônimos, mas de proporcionar subsídios para que haja, futuramente, a exploração de outros aspectos afins como os quais o mesmo dialoga. O estudo de cangaceiros que foram mencionados de modo efêmero em nossa pesquisa de campo, mas não listados no corpo deste trabalho, como é o caso de Zé de Nonô, Zé Luís (Serra Redonda-PB) e Mói de Ferro (década de 1950, no seridó e carimataú), abre caminhos nos quais é possível trilhar novos passos em novas pesquisas.

A grande descoberta não foi ter achado, moldado, forjado ou lapidado a idéia do que vem ser o cangaço, nem também tê-lo desconstruído, ou construí-lo a partir de um novo ponto de vista, mas, com o brilho que reluz no fim do túnel da (in)compreensão, termos encontrado a própria escuridão, pois o termo não tem consistência em si mesmo uma vez que, ora está atrelado a condições preliminares, ora se desassocia totalmente delas. Além da fragmentação do *conceito*, vislumbramos a situação do *não-conceito* com o qual trouxemos a paz que sempre faltou ao próprio cangaço. O cangaço é tudo isso ou quase isso, é o todo que apresentamos ou às vezes é parte desse todo que se associa numa simbiose especulada imprecisamente pelos curiosos que se atrevem em entendê-la.

Esperamos então que esta monografia sirva como uma contribuição a mais para entendermos o que vem a ser o cangaço com todas as suas facetas, variedades e particularidades, pois concluímos que não existe apenas um cangaço como modelo estereotipado, mas sim conceitos sobre os vários cangaços, com os quais temos que lidar de forma individualizada.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor, HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro-RJ, Brasil. Ed. Zahar, 1985.
- ALMEIDA, Antônio Pereira de. **Os Oliveira Lêdo e a genealogia de Santa Rosa**. Vols. 1 e 2. Editora Gráfica Universal. João Pessoa – PB, 1978.
- ALMEIDA, José Américo de. **Coiteiros**. 2. ed. Rio de Janeiro, INL. Editora Leitura, 1971. 150 p.
- AMAURY, Antônio; FERREIRA, Vera. **De Virgolino a Lampião**. São Paulo: Idéia Visual, 1999. 257 p.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. São Paulo, Brasil. Edições Loyola. 22. ed. 1999. 192 p.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Editora Lucerna. Rio de Janeiro, 2002. 672 p.
- BENÍCIO, Manuel. **O Rei dos jagunços**. Edição fac-similar. Brasília-DF. Senado Federal, 1997. 410 p.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 4. ed. Editora Brasiliense. 1985. 254 p.
- BRITTO, Paulo. **O Cangaco e as volantes: Lampião e Tenente Bezerra**. Recife-PE, 2000. 33 p.
- BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Soares. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. 7ª reimpressão. São Paulo-SP. 355 p.
- CÂMARA, Epaminondas. **Municípios e Freguesias da Paraíba**. Organizadores: Antônio Soares e Moacir Germano. Campina Grande – Paraíba, Núcleo Cultural Português, Edições Caravela, 1997. 124 p.
- CARVALHO, Rodrigues de. **Serrote Preto: Lampião e seus sequazes**. 2ª edição. Sedegra S/A, Gráficos e Editores, Rio de Janeiro, 1974. 490 p.
- CASCUDO, Luís da Câmara Cascudo. **Seleta**. Coleção Brasil Moço, Rio de Janeiro, 1972, páginas 98-107.
- CHANDLER, Billy Jaynes. **Lampião: o rei dos cangaceiros**. Tradução de Sarita Linhares Barsted. 4. ed. 2003. Editora Paz e Terra. Riode Janeiro. 335 p.
- COHN, Gabriel. **Comunicação e Indústria Cultural**. São Paulo-SP, Brasil, 1973. Companhia Editora Nacional. p. 295-297.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo-SP. Editora Martin Claret, 2002. 560 p.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro-RJ. Editora Bertrand Brasil S.A. 1991. 9. ed. 232 p.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Editora Universidade de Brasília-DF. Impressão: Imprensa Oficial. São Paulo-SP, 2001. 316 p. Coordenadora de Tradução: Izabel Magalhães. Título original: Discourse and social change, 1992.

FARIAS, Edésio Rangel de. **Cangaço e polícia: fatos e feitos paraibanos**. Recife-PE, 1995. Editora e gráfica Reproart. 56 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª edição revista e ampliada. 31ª impressão. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro - RJ, 1986. 1838 p.

FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Jorge. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. 304 p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5. ed. São Paulo – SP. Edições Loyola, 1996. 80 p.

FREIRE, Antônio. **Revoltas e Repentes**. Impresso na Nova Paraíba Indústria Gráfica LTDA, João Pessoa – Estado da Paraíba, 1972. p. 47-55, cap. III.

FREITAS, Joaquim Rafael de. Artigo publicado na Revista da História Municipal de Jabitacá - PE. Ano 5, N° 06, p. 43-59. FIAM/CEAM. Recife – PE, Dezembro de 1994.

GADELHA, Marcondes. **Revolução de 30: discussão final**. Anais da Semana Comemorativa da Revolução de 1930. Câmara dos Deputados, 1984, Brasília-DF. Ação Cultural N° 1. 456 p.

GARCIA, Othon Moacir. **Comunicação em prosa moderna**. 22. ed. Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2003. 540 p.

GARRIDO, Jean de Alcázar. **As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate**. In: Revista Brasileira de História, n° 25/26, ANPUH/Marco Zero. 1992/1993. p.33-54.

HELAL, Ronaldo. **Cultura e idolatria: ilusão, consumo e fantasia** in: ROCHA, Everardo. **Cultura & imaginário: interpretação de filmes de filmes e pesquisa de idéias**. André Lázaro... (et al.). – Rio de Janeiro: Mauad, 1998, 170 p.

HOBBSBAWM, Eric J. **Rebeldes primitivos: estudo sobre as formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX**. Tradução de Nice Rissone. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1970. 240 p.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et al]. 2. ed. Campinas – SP. Editora da UNICAMP, 1992.

LUCETTI, Hilário, LUCENA, Magérbio de. **Lampião e o estado maior do cangaço**. 1. ed. Crato-CE. 1995. 326 p.

MACÊDO, Nertan. **Sinhô Pereira: o comandante de Lampião**. Editora Arte Nova S.A., Rio de Janeiro – RJ, 1975. 148 p.

MARTINS, Dileta Silveira, ZILBERKNOP, Lúcia Scliar. **Português instrumental**: de acordo com as atuais normas da ABNT. 23. ed. Editora Sagra Luzatto. Porto Alegre, 2002. 576 p.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do sol**: violência e banditismo rural no Nordeste do Brasil. A Girafa Editora LTDA, 2004. São Paulo-SP. 2. ed. 460 p.

MELO, Fernando. **João Dantas**: uma biografia. 2ª. Ed. Editora Idéia Ltda, 2002. João Pessoa-PB. 198 p.

MELO, Fernando. **João Pessoa**: uma biografia. 3ª. Ed. Editora Idéia Ltda, 2003. João Pessoa-PB. 326 p.

NÓBREGA, Inocêncio. **Malhada das areias brancas** (ou história de uma cidade). 1. ed. Fortaleza – CE, 1974. p. 94-99.

NÓBREGA, Padre Pereira. **Vingança, não**: depoimento sobre Chico Pereira e cangaceiros do Nordeste. 2. ed. Livraria Freitas Bastos S/A. São Paulo, 1961. 330 p.

OLIVEIRA, Bismarck Martins de. **O cangaceirismo no nordeste**. 1. ed. Brasília – DF. Gráfica Pontual Ltda. 1988. 166 p.

\_\_\_\_\_, Bismarck Martins de. **O cangaceirismo no nordeste**. 2. ed. João Pessoa – PB, 2002. 330 p.

OLIVIERI, Antônio Carlos. **O cangaço**. Coleção: guerras e revoluções brasileiras. 4. ed. Editora Ática. São Paulo – SP, 2002. 40 p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 2. ed. Editora Pontes. Campinas – SP, 2000. 100 p.

OTAVIANO, Manuel. **Os Mártires de Piancó**. Editora Teone S.A., João Pessoa - PB, 1954. 155 p.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Editora Pontes. Campinas-SP. 2. ed. 1997. 70 p.

PONTES, Antônio Barroso. **Sertão Brabo**. [2. ed.] João Pessoa – PB, 1979. Cia. Editora União. 165 p.

PROCÓPIO, Severino Gomes. **Meu Depoimento**: Revolta de Princesa – Revolução de 1930. Gráfica A Imprensa, patrocínio da Universidade da Paraíba, João Pessoa -Paraíba, 1962. 193 p.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Os Cangaceiros**. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1997. 226 p.

RIBEIRO, Roberto da Silva. **Pocinhos**: o local e o geral. Campina Grande-PB, RG Gráfica & Editora, 2003. 164 p.

ROCHA, Everardo. **Cultura & imaginário**: interpretação de filmes de filmes e pesquisa de idéias. André Lázaro... (et al.). – Rio de Janeiro: Mauad, 1998, 170 p.

ROSENBERG, Bernard, DAVID, Manning-White. **Cultura de massa**: as artes populares nos Estados Unidos. São Paulo, 1973, Cultrix.

SAMUEL, Raphael. **História local e história oral**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo. ANPUH/Marco Zero, vol. 9 n° 19, set 1989/fev 90. p. 219-243.

SATRIANI, Luigi M. Lombardi. **Antropologia cultural e análise da cultura subalterna**. Tradução de Josildeth Gomes Consorte. Editora Hucitec. São Paulo, 1986.

SERAFIM, Péricles Vitório. **Remígio**: brejos e carrascais. João Pessoa-PB, Editora Universitária, 1992. 340 p.

SOARES, Francisco de Assis Ouriques. **Bôa Vista de Sancta Roza**: de fazenda à municipalidade (1666-1997). Campina Grande – PB, EPgraf, 2003. 500 p.

SOBRINHO, Reinaldo de Oliveira. **Anotações para a história da Paraíba**. 1º Tomo. 1. ed. João Pessoa – PB, 2002. Editora Idéia Ltda. 210 p.

SOUZA, Anildomá Willans de. **Lampião**: o comandante das caatingas. Serra Talhada – PE, 2001. 160 p.

SOUZA, Ilda Ribeiro, ORRICO, Israel Araújo. **Sila, uma cangaceira de Lampião**. Santos – SP. Traço Editora e Distribuidora Ltda. 1984. 136 p.

SHARPE, Jim. **A História vista de baixo in**: BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. Tradução de Magda Soares. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. 7ª reimpressão. São Paulo-SP. p. 39-62.

SYLVESTRE, Josué. **Da Revolução ao Estado Novo**: fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945). Brasília: Senado Federal, centro gráfico, 1993. 402 p.

TÁVORA, Franklin. **O Cabeleira**. Editora Ática LTDA. São Paulo, 1971. 167 p.  
TEMPO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: ORDEC, n° 95, out-nov 1988.

TEÓFILO, Rodolfo. **Os Brilhantes**. 3. ed. Org. por Afrânio Coutinho e Sônia Brayner. Brasília – DF. Coleção de Literatura Brasileira II. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro. 1972. 464 p.

TERRA, Rute Brito Lêmos. **Memórias de Lutas**: literatura de folhetos do Nordeste (1893-1930). Diretor: Jaime Pinsky. São Paulo: Global Editora. 1983. 190 p.

VILAÇA, Marcos Vinícios, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. **Coronel, Coronéis**: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste. 4. ed. Editora Bertrand Brasil. 2003. Rio de Janeiro-RJ. 205 p.